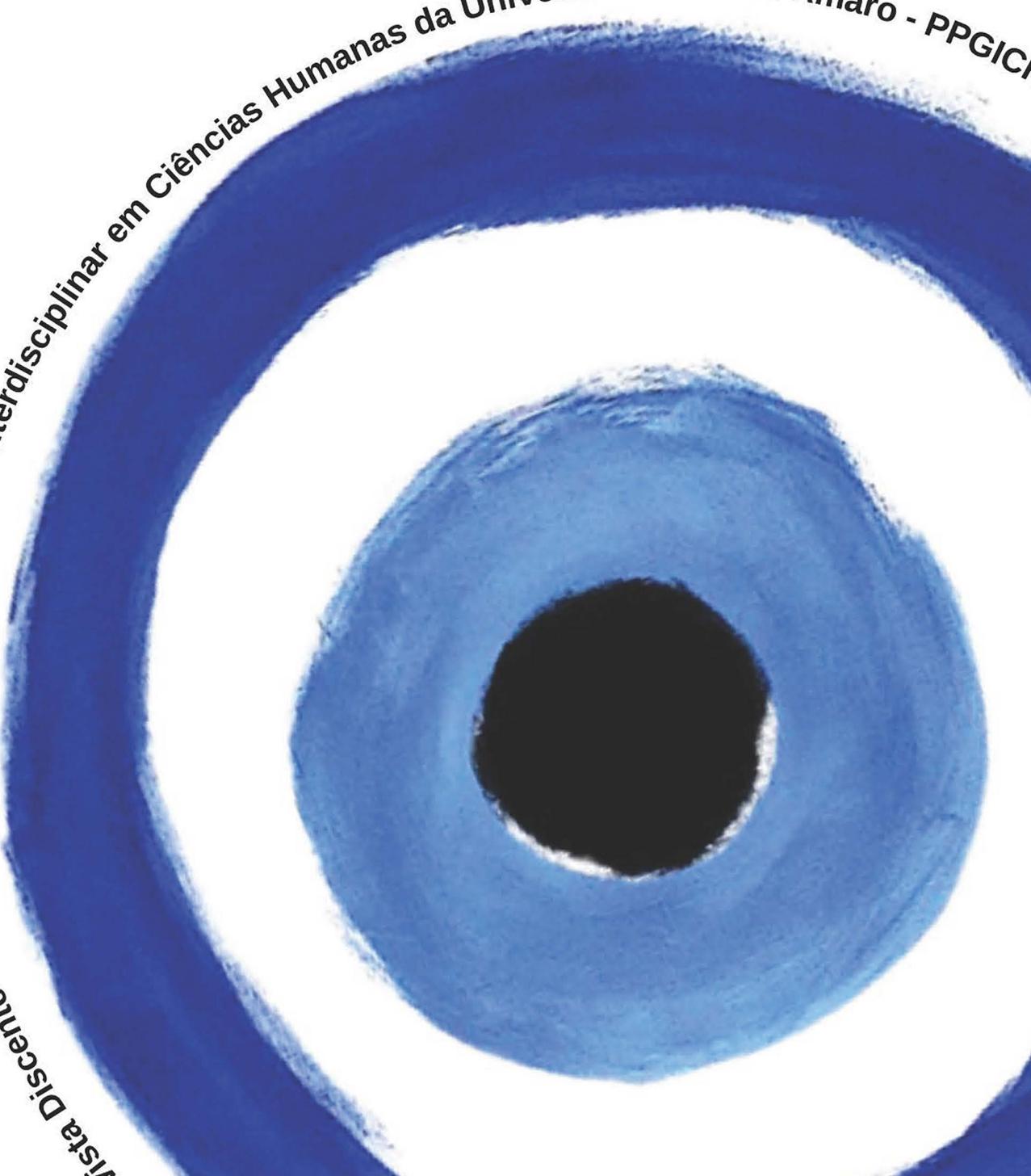


PLURALISTAS

volume 6, número 1, julho de 2023

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro - PPGICH-UNISA



Editor Chefe

Paulo Fernando de Souza Campos - UNISA

Editora Gerente

Thayná Alves Rocha - CISGES/UNISA

Editores Científicos

Alexander William Eugênio de Sousa – Mestrando PPGICH-UNISA

Andrea Paula Piva – Mestranda PPGICH-UNISA

Igor Rodrigues Alves – Mestrando PPGICH-UNISA

Luana Andrade Aragão Madureira - Mestranda PPGICH-UNISA

Lucciano Franco de Lira Siqueira - Mestre PPGICH-UNISA

Luiz Fernando Pereira Garupe - Mestrando PPGICH-UNISA

Luka de Souza Oliveira - Mestrando PPGICH-UNISA

Maria Leopoldina dos Santos – Mestre PPGICH-UNISA

Nicole Estavam Gerárd – Mestranda PPGICH-UNISA

Priscila Lourenço Soares Santos - Mestranda PPGICH-UNISA

Renata Cristina Melloni – Mestranda PPGICH-UNISA

Rita de Cassia Geraldi Menegon – Mestranda PPGICH-UNISA

Rosana de Fátima Seiscentos - Mestranda PPGICH-UNISA

Conselho Consultivo

João Augusto Mattar Neto – PPGICH-UNISA

Juliana Figueira da Hora – PPGICH-UNISA

Maria Auxiliadora Fontana Baseio – PPGICH-UNISA

Patrícia Margarida Farias Coelho – PPGICH-UNISA

Bibliotecários

Jorge Eduardo de Almeida Pereira dos Santos - UNISA

Janice Toledo dos Santos - UNISA

Diagramação

Janice Toledo dos Santos - UNISA

Capa

Thayná Alves Rocha - CISGES/UNISA

Pareceristas

Adriana Anselmi Ramazzina – UNISA

Alcides Cruz Junior - UNISA

Alzira Lobo de Arruda Campos – UNISA

Ana Loureiro - ESES/IP/Santarém

Ana Lúcia Lana Nemi – UNIFESP

Andreza Almeida – PPGCC-ECA-USP

Antônio Ozaí da Silva – UEM

Antônio Sergio Ackel Barbosa – LEER/USP

Barbara Barrinuevo Bonini – FCMHIAE

Bruno Sanches – UNICENTRO

Camila Carolina Hildebrand Galetti – PPGCS-UNB

Cibele Bustamante da Costa – NESPE/RJ

Claudia D'ipolitto de Oliveira Sciré – USP

Claudia Polubriaginof - UNISA

Cleumir Leal – IFMA

Cleyciane Cássia Moreira Pereira –UFPB

Daniel Barsi Lopes – FACAR

Debora Maria Silva – SEESP

Eduardo Sugizaki – PUC-GO

Eloi Francisco Rosa – UNISA

Érico Silva Muniz – UFPA

Esther Simancas – Universidad de Cadiz, Espanha

Expedito Leandro Silva – UNISA

Fabiana Martins – UNISA

Felipe Costa – PPGC-UFPR

Gelson Vanderlei Weschenfelder – UNILASALLE

Gloria Jimenez – Universidad de Sevilla, Espanha

Gustavo Tarelow – MM-FMUSP

Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR

Ivana Guilherme Simili – UEM

Jonas Moraes Filho – UNISA

Julia da Rosa Savian - UNICENTRO

Júlio César Minga Tonetti – LEER/USP

Jussara Parada Amed – UNISA

Kathia Maria Ayres de Godoy – IA-UNESP

Kelly Ichitani Koide – GRAVI-USP IEA/USP

Louise Alfonso Prado – UFPel

Lucas Melo Neves – UNISA

Luiz Antonio Dias – PUC-SP

Marcelo Augusto Pires – PPGH-UNIVERSO

Marcia Cristina da Cruz Mecone - FCMHIAE

Marcos Oliveira Cruz – GPE-UNISA

Maria Celma Borges – UFMS

Maria Isabel Pimentel de Castro Pinto – UNISA

Marianne Sallum – MAC-USP

Marília Gomes Ghizzi Godoy – UNISA

Nelci Vieira de Lima - UNISA

Pablo Oliveira Lopes – PPG-UFABC

Patrícia Martins Montanari – FCMSCMSP

Paula Simões – UFMG

Óscar Manuel Ferreira – ESEL, Lisboa

Renata Capelli - UNISA

Rita de Cassia Caparroz Posse Belmudez - UNISA

Rodrigo Lima – USP

Rogério Costa dos Reis – FCB-Colatina

Rosângela Xavier dos Anjos - UNISA

Silvio Gabriel Serrano Nunes – UNISA

Thaís Juliana Cipriano de Oliveira – CISGES/UNISA

Vinícius Ferreira Lima – SEESP

Walme de Oliveira Lima – PPG-UMESP

Contato

revista.pluralistas@unisa.br

A presente edição da Revista Pluralistas – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro é apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Estratégico de Consolidação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* acadêmicos - PDPG.



Revista Pluralistas: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar e Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro – PPGICH-UNISA / v. 6, n. 1 (julho, 2023). São Paulo: Universidade Santo Amaro, 2023.

Semestral

1. Ciências Humanas. 2. Interdisciplinaridade. I. Universidade Santo Amaro.

Ficha elaborada por Janice Toledo dos Santos — CRB8/8391

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	05
DOSSIÊ TEMÁTICO.....	09
CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): A INSUFICIÊNCIA DOS TESTEMUNHOS DAS VÍTIMAS	
Yara Letícia Martins.....	10
MEMÓRIAS DE MULHERES MILITANTES DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)	
Nicole Maria Babugia Pinto.....	22
AS MORTES DE EDSON LUÍS E JOSÉ GUIMARÃES EM 1968: ENTRE VIOLÊNCIAS, (DES) ILUSÕES E MEMÓRIAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	
Danton Oliveira.....	37
UMA VOZ POLÍTICA NAS ARQUIBANCADAS: A FAIXA PELA “ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA” DA GAVIÕES DA FIEL EM 1979	
Baltasar Gomez Ruiz Júnior e Erica Ambiel Julian.....	49
DEMOCRACIA PARA ALÉM DE UM SISTEMA DE GOVERNO: PERIGOS DE UMA DIFERENÇA MÍNIMA NO PLEITO ELEITORAL	
Dalyson Diego Costa de Souza.....	65
A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA E SEUS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO: O DOICODI	
Sandro Moret Brait Silva e Silvio Gabriel Serrano Nunes.....	74
ARTIGOS LIVRES.....	88
CONSUMO, CULTURA E EDUCAÇÃO: NOVAS FORMAS SIMBÓLICAS DE CONHECIMENTO	
Rodrigo Nazario Geronimo Pinto.....	89
UMA PROPOSTA DE USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CRÍTICA	
Rafael Garcia Madalen Eiras.....	103

ENTREVISTA.....	114
ENTREVISTA COM A PROFESSORA DOUTORA ISABELA CANDELORO CAMPOI Thayná Alves Rocha e Igor Rodrigues Alves.....	115
RESUMOS EXPANDIDOS.....	120
OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: OS EDITORIAIS E MATÉRIAS DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ ENTRE 1964 E 1968 Fabrícia Gonçalves da Silva.....	121
EFFI BRIEST (1894) – MODERNIDADE E TRADIÇÃO NO ROMANCE DE THEODOR FONTANE, EM MEIO À UNIFICAÇÃO ALEMÃ Victor José Saris Moraes.....	126
A RELAÇÃO NOCIVA ENTRE OPERÁRIOS TÊXTEIS, TUBERCULOSE E HABITAÇÕES EM FORTALEZA - CEARÁ (1930-1950) José Cleudon de Oliveira Neto.....	129
RESENHAS.....	132
"OS IRMÃOS KARAMÁZOV" DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI: UM ROMANCE FILOSÓFICO IMERSO NA POLIFONIA DO GÊNERO HUMANO Luka de Souza Oliveira	133

ENTRE PASSADO E PRESENTE: LUTAS PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

ROCHA, Thayná Aves *

* Editora Gerente da Pluralistas. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro - PPGICH/UNISA, Graduada em História pela UNISA, Pesquisadora membro da Linha 1 - Interdisciplinaridade e História do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq e do Grupo de Estudos e Pesquisas Samuel Pessoa (FM-USP). E-mail: thaynalves17@gmail.com.

O amor nos faz sentir vivos. Quando vivemos num estado de desamor, sentimos que poderíamos muito bem estar mortos; tudo dentro de nós é silêncio e imobilidade. “Assassinato da alma” é o termo usado pelos psicanalistas para descrever esse estado de morte em vida. [...] Culturas de dominação cortejam a morte. Por isso a fascinação pela violência, a falsa insistência de que é natural os fortes atacarem os fracos, os poderosos atacarem os sem poder. Em nossa cultura, a adoração da morte é tão intensa que se põe como obstáculo ao amor.

• bell hooks

Em *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2021), bell hooks destaca o poder redentor desse sentimento para a sociedade, para tanto, o amor só pode imperar onde não há dominação e violência. Ao adentrar às questões do amar diante da perda e da morte, a autora parte do problema do culto à morte e à violência como componente central do pensamento patriarcal em nossa sociedade, reiterando que o desamor e o medo nos levam à preferência pela morte ao amor pela vida. As reflexões delineadas por hooks nos permite analisar nossa política e relações de poder e de interesses que atravessam o cenário brasileiro, ao mesmo tempo, também aponta caminhos e soluções para construir um cenário político e social melhor, no qual o lema *ninguém solta a mão de ninguém* não seja ecoado em cenários de terror, mas seja base para a construção de um país mais democrático e inclusivo, uma comunidade amorosa.

A proposta do dossiê *Entre passado e presente: lutas pela democracia no Brasil* surgiu em um cenário de amplas tensões políticas que demarcam uma crise no estado democráti-

co no país, resultado da emergência de movimentos da extrema direita, neonazistas e saudosistas do período da ditadura civil militar brasileira. Essas movimentações tiveram como consequência ameaças e tentativas de golpes, fraudes e uma violenta política contra diversos grupos sociais como mulheres, LGBTQIA+, negros, militantes de esquerda, imigrantes, nordestinos, pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade, embasadas por pressupostos que afirmam que “a minoria deve se curvar diante da maioria”, enfatizando a submissão dessas pessoas aos interesses daqueles que estão no poder, o que evidencia o culto ao ódio e a morte descritos por hooks. Apesar da opressão, medo e tristezas vivenciados pela população brasileira nos últimos anos, importa ressaltar que a submissão visada pelos interesses daqueles que estavam no poder não foi alcançada, de modo que diversos setores e militâncias organizados colaboraram para reforçar a importância da luta por democracia e contra o terror implantado no país, o que justifica a presente temática.

Etimologicamente, *democracia* advém de *demokratía*, originada da junção das palavras gregas *demos* (povo) e *kratos* (poder), remetendo-se, portanto, ao “governo do povo”. No Brasil, a proposta surge com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, por intermédio de um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, marcando o fim do sistema monárquico e dando início ao presidencialismo. Nesse cenário, foram fabricados por meio das narrativas e interesses das elites políticas e intelectuais em ascensão, mitos, heróis, a criação da bandeira como símbolo, inspirada no lema positivista “Ordem e Progresso”, demarcando o rompimento com ideais da monarquia, considerados retrógrados e antiquados e, embasado nos conceitos de democracia e liberalismo, o surgimento de um projeto sobre uma nova ordem social, política e econômica.

Entretanto, como desvela a historiografia brasileira, a história da democracia no país não é progressiva, linear ou concatenada, pois desafios e divergências afetam o estado democrático inicialmente idealizado (SCHWARCZ, 1993; LUCA, 1999; CARVALHO, 2017). Nos anos que se sucederam à instauração da República, tensões como golpes de Estado envolvendo a figura política de Getúlio Vargas nos anos 30 e 40, ditadura civil militar entre os anos 60 até início dos 80, a criação de movimentos e partidos sociais trabalhistas e perseguição de seus membros são eventos que atravessam a história da democracia brasileira. Entre passado e presente, movimentos pelos direitos trabalhistas, femininos, estudantis, políticos, entre outros igualmente necessários, delineiam a participação ativa da população pela democracia na história da república brasileira.

Sendo assim, os artigos que compõem o dossiê temático da presente edição da *Pluralistas* expõem importantes e necessários debates que resgatam histórias, memórias e militâncias de grupos como mulheres, estudantes e torcedores atuantes, destacadamente, no período da ditadura civil militar no Brasil. A entrevista com a Doutora Isabela Candeloro Campoi, Professora Associada do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná

(Campus Paranavaí), também apresenta, a partir da trajetória política e acadêmica da mesma, a urgência dos movimentos femininos em prol da democracia, direito da mulher e a inclusão feminina na política. Esse olhar para o passado permite, portanto, reflexões pertinentes acerca do presente, dessa forma, os trabalhos aqui apresentados sublinham questões e pautas relevantes para o hoje, pois, como afirma Boris Fausto (2006, p. 13), a História “[...] é uma disciplina vital para a formação da cidadania. Não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas.”.

Somando à edição, os artigos da seção livre enfatizam relevantes questões acerca da educação no Brasil, discutindo consumo, cultura e novas tecnologias diante do conhecimento e das relações em sala de aula. Os textos que compõem a seção de resumos expandidos e resenhas, evocam em perspectiva interdisciplinar importantes tópicos da História, Filosofia, Literatura e Saúde. Neste âmbito, os trabalhos apresentam resultados de pesquisa concluídas e em desenvolvimento de pesquisadores das humanidades de diferentes regiões do Brasil, assim como de filiações institucionais.

Como elucidado por Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 32), “As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”. Para além de uma perspectiva única que constrói a história, a autora reitera a importância de todas as histórias, isto é, das narrativas, das memórias e das sensibilidades daqueles que são considerados minorias excluídas e marginalizadas. Desse modo, os trabalhos ora apresentados colaboram para os necessários debates que implicam às *histórias da democracia* no Brasil.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram de alguma forma para a produção de mais uma edição da *Pluralistas* e desejo uma excelente e proveitosa leitura.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2006.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

LUCA, Tania Regina de. **Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DOSSIÊ TEMÁTICO

CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): A INSUFICIÊNCIA DOS TESTEMUNHOS DAS VÍTIMAS

DELITOS SEXUALES CONTRA LAS MUJERES EN LA DICTADURA CIVIL MILITAR BRASILEÑA (1964-1985): LA INSUFICIENCIA DE LOS TESTIMONIOS DE LAS VÍCTIMAS

MARTINS, Yara Letícia *

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em História, Políticas e Bens Culturais pelo PPHPBC. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: yaraleticiamartins@gmail.com.

RESUMO

As graves violações de direitos humanos que assolaram opositores à ditadura civil militar brasileira (1964-1985) trazem consigo marcas permanentes transformadas em traumas psíquicos às vítimas, mesmo após instituído o processo de redemocratização, amplamente difundidos por governos democráticos que sucederam o Estado ditatorial arbitrário. Dar voz às vítimas é mais que as ouvir, é entender que seus percursos no período em que foram vitimizadas precisa ser amplamente difundido na busca por justiça e reparação. Nesse sentido, conduzir estudos e investigações com base no trabalho da justiça de transição no Brasil, focando em suas falhas, parece ser uma forma de contribuição à literatura preocupada com a permanência da democracia inserida no processo transicional brasileiro vigente. Com base nessas informações decidimos pautar este artigo nas investigações dos relatórios de 3 comissões estaduais da verdade (RJ, SP, RS) e na Comissão Nacional da Verdade, em busca das avaliações quanto aos crimes sexuais que vitimizaram inúmeras mulheres durante o período de 1964 a 1985, considerando a perspectiva de gênero dentro destes relatórios. Para que assim analisemos os motivos que levam à insuficiência de depoimentos das vítimas no processo redemocrático executado por essas comissões, para que se adquira justiça e reparação.

Palavras-chave: Gênero; Justiça de transição; Redemocratização; Estupros; Violência de gênero.

RESUMEN

Las graves violaciones de los derechos humanos que asolaron a los opositores de la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985) dejan marcas permanentes, transformadas en traumas psicológicos para las víctimas, incluso después del proceso de redemocratización instituido y ampliamente difundido por los gobiernos democráticos que sucedieron al arbitrario Estado dictatorial. Dar voz a las víctimas es más que escucharlas; es comprender que sus trayectorias durante el período en que fueron victimizadas necesitan ser ampliamente difundidas en la búsqueda de justicia y reparación. En este sentido, realizar estudios e investigaciones a partir del trabajo de la justicia transicional en Brasil, centrándonos en sus deficiencias, parece ser una forma de contribuir a la literatura preocupada por la permanencia de la democracia inserta en el actual proceso transicional brasileño. A partir de esta información decidimos basar este artículo en las investigaciones de los informes de tres comisiones de la verdad estatales (RJ, SP, RS) y de la Comisión Nacional de la Verdad, en busca de las evaluaciones relativas a los crímenes sexuales que victimizaron a numerosas mujeres durante el período de 1964 a 1985, considerando la perspectiva de género dentro de estos informes.

A fim de analisar as razões que levam à insuficiência de testemunhos das vítimas no processo redemocrático levado a cabo pelas referidas comissões, para que se adquira justiça e reparação.

Palabras-clave: Género; Justicia transicional; Redemocratización; Violaciones; Violencia de género.

INTRODUÇÃO

Eu sofri abuso sexual dentro do banheiro. Todo mundo já sabe. Eu posso contar essa história porque há depoimentos e depoimentos. Mas eu levei muito tempo para me tocar que aquilo era abuso sexual, sabe por quê? Eu minimizava aquele episódio porque, afinal, não era pau de arara, não era choque e não era cadeia do dragão. É muito louco isso! É muito louco.

A citação acima refere-se a parte do depoimento de Inês Etienne Romeu, integrante da luta armada e dirigente da *Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares* (VAR-Palmares) e *Organização Revolucionária Marxista Política Operária* (Polop). À época, Inês fora vítima de diversas práticas de tortura e punição destinadas a opositores do regime. Este depoimento integra-se em um conjunto de testemunhos de mulheres presas e torturadas na ditadura que após o cárcere apresentam um padrão em comum; a minimização dos crimes sexuais dos quais foram vítimas.

Estimulando a compreensão do que está circunscrita atrás dessa minimização, há, atualmente, pesquisas preocupadas com a investigação dos padrões de violência utilizados nas mulheres durante a ditadura civil militar brasileira (1964-1985). Desta forma, este trabalho tem a pretensão de inserir-se nesse importante debate, buscando trazer novas elucidações quanto ao tema, e gerar contribuição para o alargamento da literatura. O primeiro ponto que precisamos nos atentar quando queremos compreender a violência na ditadura sob a perspectiva de gênero é ao fato de que em toda a nossa história precedente a mulher fora objetificada rumo à violência sexual. Violência esta concebida ao corpo feminino como forma de busca por prazer e punição.

Antes de problematizarmos o motivo pelo qual há um foco expressivo no corpo da mulher para a prática de atos sexuais sem permissibilidade (estupro) durante a ditadura civil militar brasileira, é importante caracterizar que - ao contrário do juízo de valor há muito perpetuado - esse tipo de violência não acontece apenas quando há penetração de um órgão genital em outro, mas sim quando uma prática abusiva física ou verbal ao corpo de outrem faz com que as vítimas se sintam desmoralizadas, objetificadas, violadas, coagidas, humilhadas e amedrontadas. Para Aparecida Gonçalves, principal voz da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República em 2013, agora a frente do Ministério das Mulheres, a violência sexual é: A mais cruel forma de violência depois do homicídio, porque é a apropriação do corpo da mulher – isto é, alguém está se apropriando e violentando o que de mais íntimo lhe pertence. Muitas vezes, a mulher que sofre essa violência tem vergonha, medo, tem profunda dificuldade de falar, denunciar, pedir ajuda. (GALVÃO *apud* GONÇALVES, [s.d.]).

Apesar do conceito acima entender a violência sexual apenas como prática ao corpo feminino, sabe-se que homens também estão vulneráveis, no entanto, como sistema institucional está mais inclinado a funcionar para punir o corpo da mulher. Segundo Saad (2016), “a violência sexual ocorre majoritariamente contra mulheres, entre 10 e 14 anos de idade, de cor negra, em situação de pobreza, proveniente de famílias numerosas e ambiente doméstico instável.” (SAAD, 2016, p. 7). É considerando esses dados que a análise proposta nesse artigo versará apenas sobre o gênero feminino, sobretudo, porque no contexto da ditadura “as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, in-

CONSIDERAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CRIMES SEXUAIS NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Haraway define o conceito de gênero como sendo “uma perspectiva social desenvolvida para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (1995, p. 221). Essa definição pode ser acrescida ao que Pinto determina sobre sexo, como sendo ele uma base (natural, biológica, invariável) sobre a qual as culturas constroem, por meio da socialização, diferentes concepções do que é masculino ou feminino, analisando assim as principais características que distinguem cada um dos gêneros. Franco e Amadeo (2019) avançam a essa narrativa salientando que os “estudos de gênero nasceram da resposta à (considerada insuficiente) história das mulheres, com a proposta de romper a essencialização de uma identidade feminina.” (FRANCO e AMADEO, 2019. p. 165)

Diante desse rompimento, podemos analisar mais detalhadamente as atribuições sociais destinadas ao gênero feminino e masculino para, a partir de então, delimitarmos quais as imposições praticadas socialmente que contribuem à vivência social dos dois gêneros, bem como de que forma essas imposições influenciam aspectos da violência praticada sobre homens, em comparação a praticada sobre mulheres. Saffioti (2005) contribui ao debate pontuando que o resultado da análise sempre nos mostrará “a mulher como sendo o alvo da violência, principalmente aquela ligada aos crimes sexuais, pois há um consenso de sobreposição do homem perante a mulher” (SAFFIOTI, 2015, p. 145). Dessa forma, entendemos que o homem é um ser sustentado pela forma social dominante, e diante disso não precisa pedir permissão para fazer aquilo que deseja com indivíduos pertencentes ao gênero feminino, servindo como alicerce para as graves violações cometidas contra as mulheres no contexto da ditadura militar.

Segundo Scott (1989) o gênero é, antes de tudo, “a diferença sexual percebida, e ele não está ligado à condição física, mas sim à condição social” (SCOTT, 1989, p. 108). O que pode ser verificado no contexto da ditadura militar, se pensarmos que homens e mulheres atuaram na oposição ao regime, indo em manifestações, combates e luta armada, mas sendo vistos de maneiras diferentes devido às atribuições de gênero. Em outra perspectiva, Colling (1997) apresenta uma abordagem mais pragmática quanto ao tema, propondo a ideia de que grande parte dessas mulheres, levantaram eco às palavras masculinas, consequência perversa da histórica dominação do gênero masculino sobre o feminino, no intuito de mostrarem estarem aptas ao lugar de militância, e só por isso conseguiram ir até o fim da luta. A questão chave em torno do nosso debate mostra que, se a ditadura foi um tempo marcado pela angústia proveniente das violações de direitos, para as mulheres isso recebeu um aspecto ainda mais alargado, considerando que elas tinham sempre um duplo problema, como nos aponta Ventura (1988):

1. combater o inimigo externo, e 2. lutar contra a impaciência dos inimigos internos, representados nesse caso, pela figura dos homens de esquerda, que em sua grande maioria, demonstravam uma certa impaciência de quem é interrompido em meio a uma ativi-

Influindo à teoria de Ventura (1968), quando nos afirma que o poder político é historicamente reservado aos homens, Colling (1997) compreende a ação política da mulher no período da ditadura pautada na luta contra a repressão, mas também na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres, respeitando as diferenças existentes. O fato é que os resultados dessa ação política, foram formados por graves violações aos direitos humanos, e apesar de ambos os gêneros terem lidado com isso, Duque (2018) é precisa, quando afirma que:

A história mostra que homens e mulheres foram estuprados e estupradas como forma de repressão política pelo regime militar brasileiro, mas a sistematicidade da prática deste crime tem uma vítima preferencial. Mesmo quando atinge homens, o faz como modo de transformá-los numa figura feminina. (DUQUE, 2018, p. 12).

Por meio desse traço violento, percebemos uma característica em torno dos crimes sexuais durante a ditadura civil militar: ou são majoritariamente praticados em mulheres, ou são praticados com o intuito de atribuir ao homem uma essencialização feminina, como forma de “zombaria” ou humilhação. Diante disso, é correto afirmar que “a ênfase em violações de ordem física, em geral, experienciadas por homens, oculta violências que envolvam danos coletivos que atingem de maneira preferencial mulheres” (DUQUE, 2018, p. 16). Dito isto, é mais do que comum a utilização do corpo da mulher como ‘arma de guerra’ em momentos de arbítrio, como o caso da ditadura civil militar brasileira.

A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO DEBATE SOBRE GÊNERO E DITADURA CIVIL MILITAR (1964-1985)

Como apontado anteriormente, o debate em relação à violência sexual, especificamente contra mulheres durante muito tempo passou despercebido na justiça de transição brasileira, o que teve influência direta na política de reparação, via uma lógica de causa e consequência que faz completo sentido, como considera Borer: “É óbvio que, se as mulheres e a preocupação com o gênero estão principalmente ausentes na fase de entrada na concepção de mecanismos de justiça de transição, os resultados desses mecanismos - como as políticas de reparação - refletirão isso.” (BORER, 2009, p. 1171), de modo que possamos tratar do conceito de justiça de transição, o *Grupo de Estudos Justiça de Transição Latino-Americanas e Constitucionalismo Democrático* (2017) nos ajuda, quando define a justiça de transição como “apuração minuciosa de casos graves de violação aos direitos humanos”, que têm como principal objetivo dar às vítimas espaço público para tratarem dos temas específicos à reparação.

Diante disso, o fato de o estudo de gênero ter passado tanto tempo despercebido diante dela, mostra haver por parte da justiça de transição, um déficit de reconhecimento perante diversos temas que poderiam ter sido amplamente debatidos, oriundos desse estudo. Quinalha (2012) utiliza “um processo gradual” para teorizar o que em sua determinação é a justiça de transição, o autor chama atenção para que tudo aquilo que passou ou passará pelos seios da

justiça de transição, é realizado de modo bastante lento, reiterando o atraso do tratamento de gênero. Teitel (2011), acredita que a justiça de transição é “uma forma de concepção política com períodos de mudanças sociais” (TEITEL, 2009, p. 11), possuindo o objetivo de dar voz, respeitar e buscar elaborar algo a respeito da violência deixada pela ditadura civil militar, desta forma conseguimos entender que a inclusão do nosso tema nas discussões das CNVs, depende de fatores relativos à alternância de poder e de perspectiva social.

Não obstante, Castro (2017) tira a justiça de transição do seio puramente social e a defende como “um formato pátrio escolhido racionalmente pelos países latino-americanos de modo que com ela, conseguissem enfrentar violações preteridas” (CASTRO, 2017, p. 85) sem que nenhuma categoria de arbitrariedade por parte dos regimes, ficasse de fora. O que entendemos talvez não ter sido o caso brasileiro, ora, se assim fosse, não haveria uma lacuna testemunhal no principal instrumento utilizado pela justiça de transição para relatar crimes, e fomentar reparação às vítimas.

A quantidade desoladora de testemunhos dados por mulheres, sem citações dos crimes sexuais que sofreram ou citados de forma *en passant*, por vergonha, ou descrença no sistema judiciário, qualificando a falha em nossa justiça de transição, e uma das formas de amenizar a dor dessas violações por causa dessa falha, seria por meio de uma verificação atualizada das violações por parte do Estado, pois, muito embora as Comissões da Verdade sejam apenas um dos mecanismos possíveis para se obter escuta dos testemunhos, elas são o mecanismo legitimamente reconhecido nacional e internacionalmente. Não seremos aqui injustos, de modo a ignorarmos o trabalho das Comissões da Verdade do Brasil, visto que até mesmo a CNV “necessitou de um longo caminho para incorporar o tema em seu elenco de assuntos abordados.” (FRANCO; AMADEO, 2019, p. 194).

Contudo, há de se compreender que os problemas relacionados ao tema deste artigo, figuram entre o déficit da justiça de transição, que corresponde à negligência dada ao gênero feminino na repressão, e no processo de redemocratização. Observando o trabalho dos relatórios finais das comissões da verdade que servem como material de observação neste artigo podemos entender que mesmo havendo consideração ao gênero nesses resultados, eles seguem majoritariamente o padrão depreendido na literatura nacional em torno da violência de gênero na ditadura civil militar, gerando um problema expressivo em torno do tema, visto que grande parte da literatura produzida nacionalmente sobre violência sexual na ditadura militar, está preocupada com o exame das agremiações que correspondem a homens e mulheres em conjunto, mantendo os crimes sexuais longe de uma separação por origem de repressão, e caminhar social referente às particularidades dos dois gêneros.

Por outro lado, Nicaise (2015) atribui essa escassez como resultado do tardio tratamento de gênero pelo cenário da justiça de transição em toda a América Latina, salientando que apenas nos anos 2000 o gênero figurou entre elas. O que foi possível (ou só foi possível) devido ao processo de consideração do tema pelo *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Ligando

essa escassez tratada por Nicaise (2015) aos relatórios das comissões, conseguimos inferir que absolutamente todas elas, mesmo após incorporar paulatinamente o recorte de gênero em suas avaliações, reservaram um espaço verdadeiramente pequeno para tratarem do tema. Como podemos notar a partir da tabela a seguir, onde o primeiro bloco direciona-se ao total de páginas dos relatórios, sendo sucedido pelo bloco destinado ao número específico de páginas tratando sobre o tema de gênero, logo após temos o bloco que numera o total de páginas nas quais constam o debate acerca de crimes sexuais contra as mulheres, e o último bloco nos dá a quantidade de depoimentos dessas mulheres presentes no relatório.

Quadro 1 - Incidência dos debates acerca do gênero feminino nos relatórios das comissões analisadas

	Total de páginas dos relatórios	Páginas dedicadas ao recorte de gênero	Páginas dedicadas a tratar sobre crimes sexuais contra mulheres	Total de testemunhos das vítimas
CEV – RJ	229	12	6	4
CEV – SP	2233	47	3	0
CEV – RS	860	0	0	0
CNV	3338	37	23	8

Fonte: elaboração da própria autora a partir da análise comparativa dos relatórios

A análise extratextual dos testemunhos das mulheres nos relatórios permite notar que todas as justificativas quanto aos abusos sexuais que sofreram no período da ditadura estavam ligadas à questão da maternidade, da moral e dos bons costumes, referentes, essencialmente, ao “papel da mulher”. Enquanto as justificativas para os crimes sexuais cometidos contra os homens estavam ligadas à trajetória política, a uma possível feminilidade a eles atribuída, ou para punição às suas parceiras. As poucas mulheres que se sentiram confortáveis para tratar explicitamente dos crimes sexuais pelos quais passaram, apresentam um padrão semelhante: não entendiam anteriormente os abusos como algo importante e digno de merecer uma preocupação maior. Partindo deste seio de análise, entendemos que a culpa da escassez de testemunhos nos relatórios não está exclusivamente ligada ao trabalho das comissões, mas sim,

acima de tudo, aos tratamentos sociais e políticos que os crimes sexuais recebem em toda a nossa história precedentes, que ridiculariza, amedronta e relativiza os sofrimentos das vítimas. Essa relativização dos crimes sexuais fez com que as mulheres optassem pelo silenciamento da questão, juntamente ao medo de retaliação, e serem taxadas como exageradas ou vitimistas.

As mulheres, ao saírem das prisões, apresentavam maior empenho em denunciarem a morte e o desaparecimento de companheiros e companheiras de militância, por acreditarem que o crime sexual não configurava uma tortura que valesse a pena relatar imediatamente. As mulheres não acreditavam que seus algozes seriam julgados, devido a toda uma história precedente de negligência a vítimas de crimes sexuais, sobretudo quando as vítimas são mulheres, assim, havia um medo de que fossem culpabilizadas e responsabilizadas pelos crimes, uma vez que a maior parte das mulheres saíam das prisões envoltas na ideia de que só passaram por tudo aquilo, devido ao fato de terem optado pela militância, ou por terem desviado dos valores femininos.

O silenciamento advindo dos tópicos discriminados acima, constitui o cerne do nosso problema: a produção de uma lacuna expressiva quanto aos testemunhos contendo relatos de crimes sexuais que vitimizam mulheres, contados pela óptica das vítimas, dentro dos relatórios das principais comissões da verdade do país. Em outras palavras: é mais fácil localizar nos relatórios homens dando depoimentos e inserindo em seus depoimentos casos de amigas/parceiras que foram violentadas sexualmente, do que as próprias vítimas contando sobre o que viveram³. Desta forma nos encontramos novamente com todas as situações dos tópicos apresentados anteriormente; mulheres vítimas de crimes sexuais sentem expressiva insegurança ao tratar do tema, o que pode ser coerente à uma violência psíquica oriunda da violência sexual. Como nos aponta Coulourios quando diz:

De uma violência física e moral em que a honra feminina é a honra masculina materializada, genitalizada, tornada propriedade, a violência sexual transforma-se na violência psíquica, ressalta-se o trauma decorrente do medo e da impotência, da humilhação, culpa e vergonha que assombram as vítimas, mulheres e meninas. (COULOURIOS, 2010, p. 176).

Destarte, esperar que os relatórios das comissões tenham robustez em depoimentos dessas mulheres é um tanto utópico, contudo, há de se ter - dessa vez não paulatinamente - imediatamente, uma revisão dos relatórios para que a perspectiva de gênero seja melhor trabalhada, utilizando de preferência ajuda de profissionais qualificados que possam instigar, e ouvir as vítimas, ainda que passados vários anos desde os crimes, isto considerando que a redemocratização ainda está em curso, como consequência da permanência da justiça de transição em países antes acometidos por processos de arbítrio que feriram os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de gênero na perspectiva das violações cometidas na ditadura civil militar brasileira é uma forma recente de observar essas violações, por alguns motivos factuais: i) a

³ Aqui não há uma crítica aos homens que contam em seus testemunhos sobre os crimes sexuais de mulheres que lutaram ao lado deles na ditadura civil militar, mas sim uma crítica ao sistema judiciário que pela método de punição aos algozes geram silenciamentos nas vítimas.

maioria das vítimas de perseguições, assassinatos, prisões arbitrárias e desaparecimentos são homens, ii) a maioria dos integrantes da luta armada e outras formas de resistências são homens, iii) maioria dos diretórios em curso na organização das manifestações de esquerda na época da ditadura são homens; logo, mais homens foram torturados à época. . No entanto, quando iniciada a redemocratização, a análise quantitativa das vítimas (sendo a maioria homens) se sobrepôs a uma análise qualitativa em relações à todas as agremiações que formaram a resistência. Isso só exemplifica o inexpressivo espaço que a mulher ocupava na política, seja na atuação política parlamentar, ou na atuação de resistência política. E, nesse pouco espaço, observamos que além de haver a luta dentro dele - por atitudes machistas e patriarcalistas dos próprios parceiros de resistência - havia outra grande luta, contra os algozes que cometiam crimes influenciados por um terrorismo de Estado.

Em relação a essa segunda luta, o saldo foi traumático para todas essas mulheres, quer seja pela visão à época, um tanto mais engessada que hoje, sobre o lugar da mulher (donas do lar), ou por elas serem as vítimas preferenciais do terrorismo sexual há muito institucionalizado. Apesar da preocupação com essas questões, o artigo ateu-se ao pós-terrorismo, ao momento em que são estabelecidos aparatos responsáveis por investigar e punir os torturadores, e sobretudo; ouvir as vítimas. Isto pois, consideramos insuficientes os testemunhos de mulheres tratando sobre os crimes sexuais aos quais foram vítimas, e quanto a isso existem diversas explicações, entre elas: fragilidade e negligência de escuta às vítimas, despreparo para os momentos dessa escuta, falta de uma análise qualitativa das violações de direitos humanos para com as vítimas em geral, e sobretudo, ineficiência das políticas de Estado quanto a punição de criminosos sexuais.

Desta forma, parecer haver inúmeros “culpados” no problema dessa lacuna de testemunhos das vítimas. Concluimos, analisando o nosso material (os relatórios) que há uma aparente negligência quanto ao tema, mas não gostaríamos de colocar essa negligência no seio das comissões da verdade. Isso seria injusto, visto que elas apresentam fragilidades em seus processos de formação, devido à falta de incentivo estatal. A negligência de forma alguma deve ser colocada nas vítimas, na justificativa de que a falta de acesso a seus depoimentos pode fazer o processo ser lento. As vítimas são as vítimas.

A negligência, em toda a observação feita no processo deste artigo, consegue ser mais bem colocada na forma com a qual os algozes são criminalizados, visto que ainda que presos, a maior culpa recai sobre as mulheres que sofreram em suas mãos; resultado do sistema patriarcalista que descredibiliza a mulher em todos os sentidos e de todas as formas possíveis em prol de sua manutenção. Isto posto, o Estado precisa realinhar a justiça de transição brasileira, reajustar mecanismos de escuta, destinar cuidados profissionais nos momentos dos depoimentos das mulheres vítimas do terrorismo sexual quando na ditadura, depoimentos estes que precisam ser revisitados, precisam ser coletados de forma mais alargada, e precisam, acima de

tudo, ocuparem seus espaços na análise dos crimes, dessa vez sob a perspectiva de gênero, tão necessária para a compreensão geral da figura da mulher na ditadura civil militar.

Esse parece ser o único martelo possível para quebrar o movimento de punição permanente à essas mulheres, que a ela é dado, sem que sejam elas as dignas de punição. Enquanto isso não ocorrer, nosso processo de redemocratização continuará fragilizado. Nos resta, por fim, continuar investigando e tecendo críticas baseadas em pesquisas àqueles que são os responsáveis por punir os que merecem punição. *“Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!”*

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Luís. **A violência tem rosto de mulher**. Brasília: UNB, 2015.

CARVALHO, Claudia Paiva. **Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina: judicialização e arquivos**. Florianópolis: Tribo da Ilha; Belo Horizonte: Projeto Memorial da Anistia; Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT); Centro de Estudos sobre.

CASTRO, Fernanda Telha. **Breve panorama da justiça de transição**. Faculdade de Direito da UFJF - Governador Valadares, Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado, v.1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rdcic/article/view/24827>. Acesso em: 20 de março de 2023.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COULOURIS, Daniella Georges. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DUQUE, Ana Paula Del Vieira. **Gênero e justiça de transição no Brasil: a construção da figura da “vítima” no relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FRANCO, Paula. **A Intersecção entre Comissões da Verdade e a Questão de Gênero na América Latina**. In: AMADEO, J. Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, justiça de transição e antropologia forense. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. p. 165-194.

GALVÃO, Patricia. **Estupro**. S.l., 2020. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-deviolencia/estupro/>. Acesso em: 17

maio de 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

JOFFILY, Mariana. **Memória, gênero e repressão política no Cone Sul**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis: UDESC, v.2, n. 1, p. 11 – 135. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/80243193-Memoria-genero-e-repressao-politica-no-cone-sul-1.html>. Acesso em: 20 de março de 2023.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista. Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Justiça de transição em perspectiva transnacional / Emilio Peluso Neder Meyer (organização). – Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG.

MEZARROBA, Glenda. De que se fala quando se diz “Justiça de Transição?”. BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 67, p. 111-122, 2009. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-67>. Acesso em: 18 de março de 2023.

MONNERAT, Sílvia. Entre malucos e milicos: etnografia, estereótipos familiares e papel da mulher nas relações de cuidado. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, p. 97-114, 2015.

NICAISE, Natacha. **Acordar as múltiplas vozes silenciadas. Ex-presas políticas na Justiça de Transição Brasileira**. Contribuição para o capítulo Ditadura e Gênero. Mulheres atingidas pela violência de Estado”, Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio - 2015.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência** [Internet]. Genebra (CH): OMS; 2010. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/279104>. Acesso em: 30 de março de 2023.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e a verdade: comissões da verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, 2011.

QUINALHA, Renan. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. Projeto final de mestrado USP. 2012.

RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br>. Acesso: 11 de março de 2023.

RELATÓRIO da Comissão Estadual da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf>. Acesso: 8 de março de 2023.

RELATÓRIO da Comissão da Verdade de São Paulo. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 8 de março de 2023.

RELATÓRIO da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Relat%C3%B3rio%20Subcomissao%20Verdade,%20Mem%C3%B3ria%20e%20Justi%C3%A7a.pdf. Acesso em: 8 de março de 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. (tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila). Texto originalmente publicado em: *Gender and the politics of History*, New York, Columbia University Press, 1989.

TEITEL, Ruti G. Genealogia da Justiça Transicional. *In*: REÁTEGUI, Félix. **Justiça de transição**: Manual para a América Latina. Brasília/ Nova Iorque: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça/Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.



MEMÓRIAS DE MULHERES
MILITANTES DA VANGUARDA
POPULAR REVOLUCIONÁRIA
DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR BRASILEIRA (1964-
1985)

MILITANT WOMEN
MEMORIES OF THE
VANGUARDA POPULAR
REVOLUCIONÁRIA IN THE
BRAZILIAN CIVIL-MILITARY
DICTATORSHIP (1964-1985)

PINTO, Nicole Maria Babugia *

* Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: nicolebabugia@gmail.com.

RESUMO

A Vanguarda Popular Revolucionária, mais conhecida como VPR, foi uma organização de carácter armado que surgiu, em 1968, a partir da união de participantes remanescentes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) com dissidentes da Organização Revolucionária Marxista -Política Operária (ORM-POLOP) criada, em 1961, após a ruptura com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por desenvolver sua militância e sua estratégia durante a ditadura civil-militar, a VPR foi muito visada pela repressão, tanto pelas ações e sequestros que realizou, quanto por seu líder ser Carlos Lamarca (1937-1971), um dos “subversivos” mais procurados à época. Assim sendo, a pesquisa envolveu a análise de transcrições de depoimentos dados por mulheres militantes na VPR à Comissão da Verdade (CV) para, desse modo, investigar a atuação de mulheres militantes na VPR, pois o imaginário que cerca as organizações de carácter armado é majoritariamente masculino, portanto, estudar a atuação de mulheres nos movimentos revolucionários contribui para desmistificar esse mesmo imaginário.

Palavras-chave: Mulheres; Militância; Vanguarda Popular Revolucionária.

ABSTRACT

The Vanguarda Popular Revolucionária, better known as VPR, was an armed organization that emerged in 1968 from the union of remaining members of the Movimento Nacional Revolucionário (MNR) with dissidents from the Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) created in 1961 after the rupture with the Partido Comunista Brasileiro (PCB). For developing its militancy and its strategy during the civil-military dictatorship, the VPR was much targeted by repression, both for the actions and kidnappings it carried out, and for its leader being Carlos Lamarca (1937-1971), one of the most wanted “subversives” at the time. Therefore, the research involved the analysis of transcripts of testimonies given by women militants in the VPR to the Comissão da Verdade (CV), in this way, investigate the performance of women militants in the VPR, since the imaginary that surrounds armed organizations is mostly male, therefore, studying the performance of women in revolutionary movements helps to demystify this same imaginary.

Key-words: Women; Militancy; Vanguarda Popular Revolucionária.

INTRODUÇÃO

A história da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) se insere em um contexto singular de surgimento das organizações armadas no período posterior a 1964. De acordo com Carla Luciana Silva (2021), a partir do golpe ditatorial, os debates sobre a concretização dos movimentos e organizações que ambicionavam reformar ou instaurar uma revolução são obrigados a levar em conta os destinos políticos do Brasil, isto é, de supressão de direitos e de violência armada. Nesse sentido, a discussão sobre a instauração de uma revolução esteve ligada aos debates sobre resistência contra mecanismos de opressão desenvolvidos pelo Estado brasileiro para perseguir todos os “indivíduos” considerados/as “subversivos/as” ou ameaças à segurança nacional (SILVA, 2021).

Além de vinculados à luta de resistência movimentos de esquerda armada, dos quais a VPR é parte, estavam imersos no contexto da Guerra Fria (1947-1991), vale dizer, caracterizado pela disputa não declarada entre Estados Unidos e União Soviética. Nesse contexto, ocorre a eclosão da Revolução Cubana (1959) fazendo com que países da América Latina assumissem ideais de cunho reformista ou de viés revolucionário, uma vez que criavam a esperança de transformar a realidade desigual desses países (DIAS, 2014).

A estratégia desenvolvida pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em meio a essa conjuntura esteve permeada pelo dilema entre luta armada e conscientização política dos trabalhadores/as. De um lado, o confronto direto com base no foquismo¹, ou seja, no desenvolvimento de colunas guerrilheiras nas áreas rurais cercando as cidades, do outro, nas políticas de conscientização popular que tinham por objetivo desenvolver a importância da luta revolucionária na mentalidade dos/as trabalhadores/as para, assim, obter apoio da população urbana (SILVA, 2021).

Mesmo que durante o período de atividade da VPR ainda tenha existido movimentos de mobilização das massas trabalhadoras, principalmente, durante as greves de Osasco e de Contagem, em 1968, como defende Silva (2021), a organização acabou ficando mais conhecida por sua atuação na luta armada. Entre militantes que constituíam a VPR, algumas mulheres foram significativas para a história do movimento, muitas das quais não receberam a merecida atenção nos estudos historiográficos sobre o movimento. Nesse sentido, o artigo analisa o lugar do feminino na VPR por meio de relatos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) entre 2012 e 2014. Instituída por meio da Lei nº12.528/2011 com o objetivo investigar as graves violações de direitos humanos que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a CNV evoca o papel das mulheres militantes que emergem nas organizações de carácter armado, uma vez que, conforme Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013), o imagi-

¹ O foquismo se associa à teoria oficial da Revolução Cubana que adentrou no Brasil por meio dos escritos de Che Guevara e de Régis Debray. O foco se inicia com homens que atuavam junto ao campesinato em uma região em que as condições naturais dificultassem ataques. Depois, colunas guerrilheiras se deslocariam da região inicial levando a luta armada a outras regiões (GORENDER, 1987, p. 80).

nário acerca de quem participa da guerrilha é majoritariamente masculino.

Sendo assim, nosso objetivo é entender qual a função das mulheres na organização, de quais tipos de ações elas faziam parte, como interpretam a militância feminina no movimento e as consequências de suas atuações políticas em seus corpos. Como assegurado pela CNV (BRASIL, 2014), as mulheres tiveram seus corpos violentados segundo a categoria de gênero feminino no qual se enquadram na medida em que suas feminilidades foram questionadas. Isso não significa, porém, que por serem consideradas “sexo frágil” torturas foram abrandadas, ao contrário, a violência se intensificou na medida em que teriam “agido ‘como machos’ ao pegarem em armas” (ROVAI, 2013, p. 7).

GÊNERO E MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: OS DEPOIMENTOS DAS MULHERES MILITANTES

Os materiais selecionados para esse artigo constituem 9 depoimentos de mulheres militantes da VPR coletados pela Cnv entre os 116 depoimentos disponíveis no site oficial². As mulheres selecionadas foram Vera Vani Alves Pinho, Marlene de Souza Soccas, Ana Maria Gomes, Lúcia Velloso Mauricio, Marília Carvalho Guimarães, Eva Tereza Skazufka, Zenaide Machado de Oliveira, Damaris Lucena e Dulce Maia Souza tendo como critério de inclusão a participação de algum modo no VPR.

A investigação das atuações de mulheres utiliza o termo gênero como uma categoria de análise que permite identificar como diferenças físicas entre os sexos foram hierarquizadas conforme o valor atribuído a cada característica física, no caso, em destaque, as assimiladas como natural à composição feminina e aceita socialmente (SCOTT, 1995). Assim, seguindo noções estabelecidas às mulheres delimitava-se o espaço privado do lar, enquanto aos homens era destinado o espaço público, logo, político. Para aquelas que ousavam adentrar o espaço público era designado o rótulo de mulheres públicas, vale dizer, pertencentes a todos, vulgarizadas em suas feminilidades e significadas como sem prestígio algum (COLLING, 2004).

As diferenças socialmente estabelecidas perpassavam não só a repressão, mesmo às organizações quer sejam armadas ou não. A discussão sobre a peculiaridade feminina era tratada como algo que pudesse levar o movimento a se evadir do verdadeiro foco, isto é, a luta revolucionária que supostamente acabaria com todas as desigualdades. Contudo, a participação feminina na repressão estatal fez com que mulheres sofressem formas específicas de violências por serem mulheres. Para a repressão as mulheres militantes eram tidas como “Putá Comunista”, em outras palavras, duplamente desviantes, pois ao mesmo tempo em que com-

² Para uma consulta mais detida acerca dos depoimentos de mulheres que atuaram em movimentos revolucionários contra a ditadura civil-militar do Brasil entre os anos de 1964-1985 consultar o site oficial da Comissão Nacional da Verdade: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>.

batiam a ditadura desviavam-se do papel secular de mulher, esposa, mãe, submissa e maternal, características “naturais” do ser feminino (COLLING, 2004).

Nesse sentido, a repressão atingiu as mulheres no que significava socialmente ser “mulher” ou a partir do se impunha, do mesmo modo opressor, pela sociedade, vale dizer, mulheres deveriam ser esposas e mães, nessa ordem, aqui no sentido sexual a que remete o corpo feminino. Para tanto, conforme Adrianna Setemy (2020), os agentes de repressão usavam de ameaças de sequestro dos/as filhos/as de militantes, de torturas psicológicas que visassem atingir a mente e o corpo feminino como “honra masculina”, bem como estupros e outras violações sexuais:

Encontra-se, entre os clichês veiculados pelos torturadores, todo um arsenal disponível no imaginário social para estigmatizar o gênero feminino, ou seja, a puta, que se vende por dinheiro, a mulher fria e insensível, a mãe desnaturada. Pelo uso destes ‘clichês’ pejorativos, num jogo de opostos, percebe-se o papel que atribuem à mulher ‘não-desviante’, ou seja, o de doçura, de procriação, de sensibilidade, de beleza, de fragilidade. (JOFFILY, 2010, p. 231).

Como evidenciou Olivia Rangel Joffily (2010), para aquelas que resistiam ao processo de tortura os torturadores as denominavam “frias”, “duras”, não sensíveis ou frágeis como se supunha, logo, não eram mulheres. De acordo com Ana Maria Colling (2004), o movimento de “assexualização”, ou seja, de renegação do que tipificava o sexo feminino acabou sendo incorporado por mulheres militantes no âmbito das organizações, pois passaram a negar sua sexualidade feminina em prol de valores considerados guerrilheiros e masculinos como, por exemplo, não ter filhos/as e não manter relações afetivas com seus companheiros (ROVAI, 2013).

Para além da perspectiva de gênero, buscamos analisar os depoimentos como narrativas resultantes de um processo violento, de tortura, mas de sobrevivência de pessoas em situações limite. De acordo com Márcio Seleigmann-Silva (2008), a narrativa da memória traumática é essencial para romper a barreira que separa o sobrevivente do ouvinte, por sua vez, construída no momento em que se instaura a situação vivida ao extrema, ao ponto do/a próprio/a narrador/a se questionar se o/a ouvinte acreditará em sua narrativa. O fato de narrar, além de ajudar a romper com o isolamento do/a sobrevivente com relação aos/às outros/as, contribui para que a memória individual se relacione com a memória social.

Para Michael Pollack (1989) a memória, por mais íntima e singular que seja, se relaciona com a coletividade social em que está inserida, ou seja, é construída como fenômeno social e coletivo. Nesse sentido, os depoimentos apresentados são tratados como memórias individuais, que se estruturaram em um momento específico, mas que refletem resultados mais amplos desse momento de exceção e de perseguição aos chamados “subversivos”. Desse modo, a ligação entre o individual e coletivo pode ser observada também no processo de tortura como salienta Graziela Sapriza (2010) quando a autora escreve sobre o regime de exceção no Uruguai:

El objetivo es básicamente ‘quebrar’ al prisionero/a, pero también, se puede afirmar que la tortura no se dirige al cuerpo del detenido sino a la sociedad en su conjunto, el castigado es el cuerpo social que se convierte en un prisionero multitudinario. En esta fase superior la tortura se ha transformado, siendo originariamente un método para hacer hablar a alguien, ahora busca acallar a todos (SAPRIZA, 2010, p. 106).

Dessa forma, a transmissão de narrativas sobre momentos traumáticos, no caso, especificamente em relação à ditadura civil-militar, se torna essencial para que as vozes das mulheres sobreviventes ecoem, contribuindo para enfraquecer discursos que negam a existência de tais violações, ao mesmo tempo suas memórias, ainda que traumáticas, revelam experiências vividas para uma nova geração, para que não rompam com o passado ou não deixem de conhecê-lo (SAPRIZA, 2010).

De 2012 a 2014 foram ouvidas 116 mulheres e 122 homens considerados na categoria vítimas civis da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil. A partir da categoria gênero e abordando especificamente as mulheres, do total encontrado constam militantes de diferentes organizações, assim como mulheres não militantes. Devido a CNV relatar violações de direitos humanos, os depoimentos se centralizaram, sobretudo, no relato de prisões e de violências sofridas. Algumas não relatam como se deu a atuação na organização selecionada, pois centralizam suas narrativas em aspectos alusivos aos direitos humanos, às violências e às memórias traumáticas que marcam suas trajetórias.

A primeira mulher evoca a experiência de Vera Vani Alves de Pinho. Seu depoimento informa que tinha contato com discussões políticas por conta de seus pais e irmã, ambos militantes. Sua filiação à VPR ocorre após retornar de um período de exílio no Chile. Percebemos que, no momento em que concedeu a entrevista, tenta significar seu vínculo com a militância como uma maneira de tirar, indiretamente, sua irmã da prisão, assim, quase não destaca o seu papel na militância, mas enfatiza a histórias da família, das torturas do pai, mãe, irmãs e irmão, ou seja, não considera seu papel na luta política, inclusive, apontando, algumas vezes, que outra pessoa contaria melhor as partes da história que se objetivava alcançar.

Marlene de Souza Soccas enfatiza em seu depoimento que sua história seria singela e sem importância, mesmo que tenha sido torturada e que tenha participado de greve de fome enquanto esteve detenta no presídio Tiradentes. Nascida em 1934, seu relato adentra na discussão política depois que conhece Paulo Stuart Wright, com o qual manteve posterior relacionamento amoroso, assim, entra em contato com a VPR. O depoimento não esclarece se participou ou não de treinamento armado na medida em que não entra em detalhes, por outro lado, percebemos que o foco na militância não foi a luta armada, mas a conscientização de massas, dilema da VPR, rompendo, assim, com a organização:

Aí me chamaram de obrelista porque eu estava defendendo esse trabalho dentro da classe operária que era uma contradição com os princípios da VPR e eles me colocaram a opção: “Tu queres entrar para a linha dos assaltos? Da linha armada mesmo de confronto, direto?” Eu disse: “Não, para mim o mais importante é o trabalho político.” Então eles permitiram, disseram: “A companheira tem todo o direito.” [...] “A companheira não é traidora, nem nada, nem está abandonando a luta. Está fazendo uma opção.” E eles me

respeitaram. Me respeitaram, eu discuti, veio um cara do comando da VPR, lá no aparelho onde eu estava e nós fizemos uma discussão com umas três, quatro pessoas ali dentro daquele aparelho e eles respeitaram o meu direito, a minha opção, o meu direito de escolha. Não concordaram, então assim: “Olha, como são conflitantes essas opiniões, então tu vais ter que te retirar.” (SOCCAS, 2013, p. 20-21).

Ana Maria Gomes segue a tendência da conscientização dos trabalhadores. Filha de camponês, se muda para a cidade de São Paulo e continua seus estudos enquanto trabalha como operária. Participa da greve de Osasco, em 1968, junto com seu irmão, pois desenvolveu uma consciência política sobre o momento em que o Brasil se encontrava, inclusive, estava presente quando invadiram o Sindicato, utilizando como estratégia para escapar da violência o papel natural à mulher, vale dizer, de passividade e inocência, pois “estava” em busca do seu irmão:

Que eu não podia, evidentemente, dizer o que é que eu estava fazendo lá. Então, o que é que eu disse? Eu disse que o meu irmão, e também não disse quem era o meu irmão, que o meu irmão trabalhava numa fábrica que tinha entrado em greve e que ele começou a demorar muito para chegar em casa, a minha mãe estava muito preocupada e a gente supôs que ele estivesse no sindicato. [...] . Então, recebemos, aí que vem a parte, nós recebemos um sermão, ele disse: “Olha, vocês são moças jovens que, provavelmente, pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal moças como vocês estarem frequentando o sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa. Então, vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa.” (GOMES, 2013, p. 7-8).

Assim, filia-se à VPR entrando para a clandestinidade ou como ressaltou Carla Luciana Silva (2021) para organizações armadas. A clandestinidade não era uma opção, mas uma forma de sobrevivência frente à intensa repressão a que os/as militantes eram colocados/as. Devido à sua militância toda a família acaba entrando na clandestinidade, mesmo seus irmãos pequenos passam a ter nome de guerra. Ana Gomes também realiza treinamento de luta armada pela VPR, mas não entra em detalhes sobre a experiência, contudo, pela tendência de conscientização de massa, rompe com a VPR e se filia a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares VAR-Palmares. Nesse sentido, Gomes indica que havia maior repressão para militantes de organizações armadas:

Então, tinham vários elementos: 1) a VAR-Palmares nunca tinha feito uma ação armada, era considerada uma organização ainda meio intelectual, isso então tinha caído toda direção. Então, pesou claro em cima da direção, mas não pesou como pesaria se fosse a ALN, que tinha ações armadas, ou VPR que tinha ações armadas. (GOMES, 2013, p. 18).

Como militante da VAR é presa, sofre torturas com choques e ameaças de teor psicológico. Ana Gomes indica em seu testemunho sobre ter sido presa como VAR e não como VPR, pois de carácter explicitamente armado. No momento de sua prisão, Ana Gomes se utiliza da típica imagem feminina para estrategicamente desviar os agentes de repressão, como uma tática de guerrilha femininamente articulada:

E quando eu chego na Operação Bandeirantes eu, de novo, eu sou a coitada que o marido foi preso, que ficou completamente perdida, que ficou, amigos do meu marido me procuraram perguntando se eu precisava de ajuda, eu dizia que eu precisava de ajuda, claro, eu estava desempregada, absolutamente traumatizada, e eles me ajudavam com dinheiro. (GOMES, 2013, p. 18).

Com relação a Lúcia Velloso Mauricio, nascida no ano de 1951, observamos a auto inferiorização em relação à própria militância que encontramos nas duas primeiras depoentes. Para a militante, sua prisão não teve importância, pois a repressão estaria visando pessoas que tivessem relação com Carlos Lamarca e ela se considerava um “peixe pequeno” em relação às pessoas mais procuradas que haviam tido contato com o guerrilheiro. No entanto, apesar de Lúcia se rotular como sem importância, indica que durante sua prisão ficou rotulada, pois era filha de almirante:

E aí, quando eu entrei, eu falei... Eu entrei, ou seja, a minha prisão não era uma coisa importante, mas aí eu já entro muito categorizada, porque tem o meu pai... Na época, o Vice presidente era o Hademacker, que era da Marinha. Então, eles, no DOI-CODI, me falaram: “Até a Presidência da República está querendo saber de você.”. (MAURICIO, 2014, p. 9).

Mesmo assim, seu depoimento desconsidera a violência que sofreu: primeiro contato com a geladeira, interrogatório e três anos de prisão, expondo que só teria “levado uns tapas” frente aos relatos de outras pessoas. Com relação à sua militância na VPR, informa que começou a atuar no movimento após com o contato com o seu companheiro Alex Polari de Alverga com quem se casa na prisão, fato que chegou a repercutir nos jornais da grande imprensa à época:

Esse daí foi a minha mãe que comprou pessoalmente. Aí, isso daí saiu até no Jornal Nacional da época. E aí, a Iris Litieri, na época, trabalhava, e falava que era o casamento de um sequestrador com uma assaltante de banco, e que a noiva estava vestida de branco com estampado de verde, ou seja, bem panaquinha mesmo. Aqui, olha, esse daqui... Esse aqui era o auditor, era o doutor (ininteligível). (MURÍCIO, 2014, p. 39).

Lúcia não expõe muito como se deu a sua atuação na organização. Marília de Carvalho Guimarães, revela um pouco mais como era ser mulher em uma organização armada. Nascida no ano de 1940, criada pela avó, quando era adolescente encontra com um militante stalinista e passa a se envolver em grupos de debate e na produção de panfletos, mais tarde acaba se filiando à VPR. Com relação às ações no movimento descreve:

Então, aceitar que as mulheres fossem para o front, era complicado, por exemplo, eu poderia dar apoio a uma determinada ação, mas eu ficava a dois, três quarteirões, eu não ia assaltar o banco, por exemplo, eu ia fazer levantamento, isso sim, levantamento das ruas, quem ficava, quem não ficava, porque era fácil passear com outro companheiro e ver se... Quais eram as pessoas que ficavam para o ali, o horário de entrada e saída, isso eu podia fazer, mas na hora de entrar com a arma para assaltar o banco, não. Eram os homens. (GUIMARÃES, 2014, p. 9).

Assim como parte da organização, mulheres podiam fazer o levantamento de informações, perguntar sem levantar suspeitas, mas raramente faziam parte das ações em si. Contudo, a depoente relata sua trajetória na compra de uma escola utilizada como faixada para reuniões e como ela “caiu” devido à descoberta de um mimeógrafo utilizado para impressão de materiais para a organização, bem como, a partir de então, passa a viver na clandestinidade com seus filhos, alterando seguidamente sua moradia.

A clandestinidade, período no qual a militante e seus filhos mudaram constantemente de hotel a hotel, vivendo trancada durante o dia em quartos de pessoas simpaticistas, fez com

que ela desconhecesse, conforme o seu depoimento, o racha entre a VAR-Palmares e a “nova” VPR, pois Em 1969, ocorre a união da VPR e do Comando de Libertação Nacional (COLINA) formando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Posteriormente, antigos membros da VPR romperam com a VAR-Palmares e reconstitiram a VPR sob o desígnio de “nova” VPR. Por conta disso, sem seu conhecimento ou consentimento, sua trajetória na militância a associa a uma militante da VAR, como revela em seu depoimento:

Quando foi no mês de outubro, houve um racha, em julho, VPR e VAR. nesse racha, eu estava em Belo Horizonte, e as pessoas, os companheiros de Belo Horizonte ficaram lá e não me contaram. E, eu soube do racha porque a Inês passou muito rapidamente em Belo Horizonte e disse para mim: “Olha, a situação está muito feia, segura as pontas, você tem que segurar. [...] Mas, só que eu não estava na organização do Juarez, o Juarez não sabia, o Juarez achou que eu, sim, tinha optado pela VAR. Mas, eu não sabia, eu não tinha a menor ideia. (GUIMARÃES, 2014, p. 22-23).

Sua condição gerou desconfiança por parte de militantes da VAR durante o sequestro do avião em direção à Cuba, para o qual foi chamada a participar sob ameaças a seus filhos por desconfiança e medo de delatar o processo:

E, eles só me entregaram as crianças na hora que a gente ia sair de Porto Alegre. O casal, assim, que nos tirou de Porto Alegre e atravessou a fronteira, eu nunca soube o nome deles, nunca soube. De fato, a VAR, como se diz, não abriu nada para mim, nada. Porque eles sabiam que eu era VPR. Porque uma coisa era eu estar aceitando a situação e outra coisa era o que estava rolando na minha cabeça, não é? (GUIMARÃES, 2014, p. 26).

Eva Tereza Skazufka atuou na base médica da VPR, filiando-se à organização devido a influência de um dos líderes da VPR, Onofre Pinto. Tanto ela como o marido participaram da aquisição de cianeto para o caso da captura de militantes que optassem pela solução extrema de tirar a vida para não delatar informações. Além dessa atuação, Eva relata que o fato de estar grávida foi utilizado como estratégia para desmobilizar a repressão e para trocar dólares depois do roubo do cofre de Ademar de Barros, realizado enquanto a VPR estava unida com o Comando de Libertação Nacional (COLINA), sob o nome da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares. “E aí eu continuo encontrando o Onofre e o Onofre pediu para... la ter o assalto do cofre do Adhemar (de Barros) e eu fui intermediária da troca dos dólares durante algum tempo, porque era muito dinheiro. Eu com aquela barriga não chamava muita atenção...” (SKAZUFKA, 2014, p. 6).

Eva não tinha noção de qual era o impacto da sua história em meio às outras narrativas. Sua atuação, prisão e a gravidez na prisão, assim como o medo de perder o filho e das sequelas imprimem novos sentidos à sua trajetória. Somente depois de entrar no processo de anistia que sugere ter ideia de sua participação histórica:

Eu sempre me senti uma formiguinha só. Eu nunca achei que eu teria importância, que as coisas que eu passei iriam ter alguma importância. Até quando eu entrei na Anistia, a minha advogada foi a Paula Febrat, e eu cheguei até ela porque várias pessoas indicaram e não sei o quê, e ela falou para eu escrever uma história, eu não conseguia fazer isso, eu não conseguia, eu comecei a escrever, comecei a chorar, aí falei para ela escre-

ver, ela falou: “Eva, mas eu não conheço a história sua”. Eu sei que eu demorei muito para conseguir escrever algumas coisas do que eu falei hoje. Enfim, primeiro eu achava que eu não era nada. Depois eu falei: “Nossa!” (SKAZUFKA, 2014, p. 37).

Cabe ressaltar que nos depoimentos analisados a maioria das mulheres fala de xingamentos e palavras de cunho sexual, mas a grande maioria faz questão de reiterar, mais de uma vez que por mais que fossem ameaçadas não houve tentativa de estupro. O único caso de estupro que aconteceu relatado nos depoimentos selecionados evoca a memória trágica de Dulce Maia Souza. O depoimento de Dulce Maia se inicia com a narrativa de sua prisão, em 1969, na qual foi imediatamente torturada com espancamento, corredor polonês, choques, afogamento, sendo dependurada pelas pernas e levada à nudez forçada. Ainda no depoimento de Dulce sobre a sua atuação, como abordou Débora Campani Chagas (2020), a militante era a motorista de ação da VPR, pois dirigia muito bem. Em sua fala é possível observar como durante as torturas mulheres que aguentavam eram designadas “frias” e eram rotuladas como “macho”:

Sra. Dulce Maia Souza – Pela coragem, sim. É que eles queriam saber quem era o meu Professor de Yoga. Interlocutora não identificada – Você fazia? Sra. Dulce Maia Souza – Não, mas é que eu resisti. Eles acharam que eu deveria ter um Professor. Eu resistia. E, o que, para mim, de certa forma, era um elogio, partindo deles, dizer que eu era macho. Eu aguentava. (MAIA, 2014, p. 22).

Ao receber como um elogio ser chamada de “macho” podemos lembrar, conforme evidenciou Ana Maria Colling (2004) e Marta Rovai (2013), como as militantes tendiam a se assexualizar retirando os atributos tidos como “femininos” e “frágeis” e acabavam por incorporar características masculinas. A última depoente selecionada, Damaris Lucena, de família camponesa, migra para São Paulo em busca de trabalho e acaba se envolvendo na luta sindical filiando-se na VPR. Seu marido é morto em sua frente quando a repressão descobre o aparelho em que se encontravam. Presa, sofre torturas, inclusive, chutes na região do útero, os quais fizeram com que a vagina se abrisse e o órgão saltasse para fora. Em seu depoimento também podemos observar a diferença em como a repressão definia a “mulher respeitável” e a mulher duplamente desviante, pois puta e comunista:

“Suas putas, vocês são putas!” O que é que eu ia falar e ficava calada: “Suas putas!” Três dias depois que eu estava na Operação Bandeirante chegou uma bolsa que estavam nossos documentos. Eles abriram e viram que eu era casada no civil e na Igreja, aí eles mudaram o tratamento, não me chamavam mais de puta. Eles falavam essa mulher. “Essa mulher! Leva essa mulher pra lá! Essa mulher está fedendo.” Claro e estava mesmo. Sem tomar banho, menstruada. (LUCENA, 2014, p. 17).

Dessa forma, ao exercer o papel de esposa, vinculado ao que se definia na sociedade como lugar natural da mulher, passa a ser considerada de fato uma mulher, mas uma mulher “suja”, que cometeu o erro de militar em organizações contra o governo vigente, que ousou não assumir o papel da mulher maternal, do não casamento, pois tinha sido casada no civil e na Igreja, atributo tipicamente considerado essencial às mulheres.

MULHERES MILITANTES: ATUAÇÕES FEMININAS NA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR)

Como observamos existem alguns pontos que se repetem em alguns depoimentos. Vera Vani Alves de Pinho, Marlene de Souza Soccas, Lúcia Velloso Mauricio, Eva Tereza Skazufka não perceberam a importância de suas militâncias ou davam mais atenção à história de pessoas e de familiares que elas conheceram ou consideravam mais importantes, mais perseguidos. O depoimento de Vera Vani sugere que sua narrativa confere maior atenção à militância dos pais e da irmã, como ocorre com Marlene Soccas, cujo depoimento enfatiza a história de Paulo Wright, em detrimento de sua própria experiência. Esse movimento de dar mais importância à narrativa de familiares ou de conhecidos em detrimento do vivido é um aspecto percebido por pesquisadores/as em relatos traumáticos de mulheres como indica Alfredo Boccia Paz (2010):

Esto sucedía pese a que efectivamente ellas también eran víctimas de la represión, pero daban prioridad a las violaciones que sufrieron sus familiares. Las mujeres narran más el impacto que produjo la represión en ellas y en la familia, mientras que los varones centran sus relatos en su militancia, su detención y su tortura. (PAZ, 2010, p. 83).

Além disso, conforme salientou Carla Luciana Silva (2021), a atuação das mulheres nas organizações tinha como foco criar uma fachada de legalidade, como podemos observar nos relatos de Marília Carvalho Guimarães ao expor que elas poderiam levantar informações, mas não fazer parte das ações armadas, sendo insuspeitas por agirem no que se definia como mulher (ROVAL, 2013). Em outro sentido, Silva (2021) indica a existência de mulheres na liderança dos movimentos como Maria do Carmo Brito e Inês Etienne Romeu, porém, a autora reitera que não se deve atribuir à VPR algum *status* por permitir mulheres no comando indicando que o fato não seria um avanço em relação a alguma posição feminista da organização (SILVA, 2021, p. 259). Como evidenciado, o lugar destinado a elas era limitado, ou seja, as mulheres que chegaram a ocupar altos cargos certamente tiveram que enfrentar obstáculos para alcançá-los.

Outra questão levantada é sobre as escolhas que as mulheres tiveram que confrontar durante a militância ao escolher entrarem para as organizações como por exemplo, a maternidade. Ana Maria Gomes indica:

Para mim estava claro que ali era a gente viver em função da revolução, nós éramos militantes, então, nada passava na frente da revolução. Então, foi nessa época, e acho que eu nunca falei isso, que eu, quer dizer assim, para mim foi claro, por exemplo, a opção de não ter filhos, não ter, porque eu pensava: “eu respondo por mim”. E, hoje, eu até conversei um pouquinho isso com a Celeste, que eu tive muita sorte, porque eu pude fazer essa opção. Ela e outras companheiras não puderam, porque quando elas entraram, já tinham filhos. E eu, foi uma opção, e eu pensava claramente, “eu respondo por mim, eu não respondo por uma criança ser torturada na minha frente”. (GOMES, 2014, p. 15).

Como Ana Maria, outras mulheres optavam conscientemente por não ter filhos/as para que esses/as, se a situação viesse a ocorrer, não chegassem a sofrer algum tipo de ameaça em meio ao contexto de repressão. Por outro lado, algumas organizações impunham essas escolhas às mulheres, estipulando que elas não deveriam ter filhos/as, ou ainda, como na Argentina, as organizações incentivavam o nascimento das crianças para formar o futuro/a homem/mulher do amanhã (OBERTI, 2010, p. 18). No caso das mulheres ouvidas nesse artigo, nenhuma foi obrigada diretamente pela organização a assumir uma posição fechada em relação à maternidade, mas podemos observar, como no caso de Ana Maria Gomes e de Dulce Maia, que foram influenciadas pela militância em optar por não ter filhos/as.

Um dilema percorre vários depoimentos e evoca a dificuldade apresentada pelas mulheres em narrar os fatos ocorrido. Algumas demoraram anos para expressarem suas memórias e seus relatos, somente uma das depoentes não demonstrou essa dificuldade. Marlene de Souza Soccas reitera que não havia “nada de difícil” em relatar sobre o ocorrido, o que pode estar ligado ao fato dela não considerar a sua história importante como podemos observar na passagem em que é chamada de heroína por um militante, pois teria sofrido torturas e aguentado em seu lugar, pois que ele estava com o corpo muito ferido:

Então tu mantenha essa história e não fala mais nada. Se eu vou gritar? Vou. Porque a gente leva o choque a gente grita, leva uma paulada a gente grita. Mas não te preocupa, eu já estou acostumada com esse tipo de tortura. Isso para mim aqui é familiar.” Gente, parece incrível. Bom, falei isso para a ele e ele achou aquilo uma informação muito importante e ele nossa, a gente já conversou depois, ele acha assim que eu fui uma heroína, mas não fui heroína coisa nenhuma, mas ele, para ele aquilo significou bastante porque aliviou a barra dele. (SOCCAS, 2010, p. 23).

Com relação a militância, observamos momentos durante os depoimentos nos quais a organização assume destaque, principalmente, durante a fase final da VPR com as quedas em sequência e com o exílio dos/as militantes como apontado no relato de Lúcia Velloso Maurício:

Quando eu fui presa eu tinha 19 e ele tinha 20, e durante o período que ele foi preso, foi o período que a organização se desmantelou inteiramente, foi uma situação de muita tensão, começou a haver uma teoria de alguns militantes de que algumas pessoas deveriam sair do país e ir para o exterior, motivo pelo qual o Lamarca saiu da VPR, motivo do desentendimento da Inês Ethiene com o Lamarca e outras coisas assim. E que, para quem estava preso, era muito difícil pensar, “pô, eu passei por isso tudo, sofri uma tortura do cão, teve gente que morreu, e as pessoas vão embora?” Era muito difícil. (MAURICIO, 2014, p. 31).

Dessa forma, a escolha do exílio, dura para muitos/as militantes, era a única resposta. Para os/as que ficaram, como demonstra Lúcia, o sentimento era de abandono da luta e mesmo para os/as que escolhiam o exílio. No caso de Eva Tereza Skazufka, mesmo não querendo deixar o país, mesmo não sendo consultada sobre o assunto, pois quem escolheu foi seu companheiro militante, seu depoimento desvela as dificuldades vivenciadas:

E a gente não sabe o que aconteceu. Então eles foram embora, eu chorei muito, porque não era tanto o ir embora do Brasil, não era nem tanto a falta que o Brasil ia fazer, era mostrar isso para a população, dizer... Como dizer que não vou? E a minha palavra, nunca vieram me perguntar nada! Eu era a mulher. Então quem resolveu, se é que resolveu, eu não sei, foi o Rubens, ninguém veio me perguntar nada. (SKAZUFKA, 2014, p. 18).

Muitas mulheres foram para o exílio por conta da militância de seus companheiros, mesmo que não tivessem nenhuma relação com as organizações. No caso de Eva, ela era militante e não foi consultada sobre o exílio, assim, mesmo sendo militante, podemos ressaltar que a hierarquia de gênero permeava as relações dentro da organização quando, antes de ser militante, Eva passa a ser mulher de militante nas tomadas de decisões.

Desse modo, ao retomar a memória das mulheres que atuaram na luta contra a repressão ditatorial, podemos perceber a relevância do papel da mulher nos quadros combativos das organizações militantes revolucionárias. Elas atuaram levantando informações e despistando a repressão como motorista, como médica, certamente, como muitos outros meios que elas deixaram de relatar por não considerarem relevantes. Mulheres que sofreram, foram violentadas no íntimo do que seria o feminino, mas que resistiram e que surpreenderam por não revelar nenhuma informação e por sobreviverem às violências de toda ordem. Permitir que a voz dessas mulheres militantes ecoe implica ressignificar a história desses movimentos e lançar um novo olhar para a composição desses grupos a fim de contestar as narrativas que silenciaram a memória das mulheres militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das narrativas de experiências dessas mulheres, podemos observar que por mais que o imaginário que envolve organizações armadas até hoje tenha como centro a história de homens, existiram mulheres que militaram nessas organizações, colhendo informações, despistando agentes de repressão por meio de elementos tidos como tipicamente femininos, assim como, existiram aquelas que através de muita luta conseguiram chegar até os altos cargos dentro da organização (ROVAI, 2013).

Revisitar a atuação dessas mulheres, em um período que nesses últimos anos tem sido constantemente alvo de debates e insinuações, se torna fundamental, uma vez que, como trabalhado neste artigo, a memória que elas relataram faz parte da memória coletiva da sociedade brasileira. São narrativas que não podem ser perdidas, pois, além de criar a ligação empática com essas mulheres, também contribui para que o passado não seja “esquecido” conforme a geração que viveu a ditadura vai dando lugar a uma nova, que precisa desenvolver uma consciência história sobre o passado (SAPRIZA, 2010).

REFERÊNCIAS

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. *In*: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 1-11.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume I)**. Brasília: CNV, 2014 p. 1-46; p. 399-345.

GOMES, Ana Maria. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Maria_Gomes_-_07.04.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUIMARÃES, Marília Carvalho. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Marilia_Carvalho_Guimaraes_-_RDK.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 225-245.

LUCENA, Damaris. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

MAURICIO, Lúcia Velloso. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_Velloso_Mauricio_RDK.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria?. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 13-30.

OLIVEIRA, Zenaide Machado de. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

PAZ, Alfredo Boccia. Represión política y género em la dictadura paraguaya. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 74-93.

PINHO, Vera Vani Alves de. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Vera_Vani_Alves_de_Pinho.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROVAI, Marta de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 108-132, jul./dez.2013.

SAPRIZA, Graciela. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.94-114.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Versão atualizada.

SELEIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma- A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **PSIC. CLIN**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65 – 82, 2008.

SETEMY, Adrianna. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, p. 338-358, mai./ago. 2020.

SILVA, Carla Luciana. **A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SKAZUFKA, Eva Teresa. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Eva_Teresa_Skazufka_14.07.2014_-ct.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOCCAS, Marlene de Souza. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Marlene_de_Souza_Soccas_-_RDK.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA, Dulce Maia. **Tomada de depoimento** (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.



AS MORTES DE EDSON LUÍS
E JOSÉ GUIMARÃES EM
1968: ENTRE VIOLÊNCIAS,
(DES)ILUSÕES E
MEMÓRIAS NA DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

LAS MUERTES DE EDSON
LUÍS Y JOSÉ GUIMARÃES EM
1968:
ENTRE VIOLENCIAS,
(DES)ILUSIONES Y
RECUERDOS EM LA
DICTADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEÑA

OLIVEIRA, Danton *

* Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG). E-mail: dantononormandia@gmail.com.

RESUMO

As mortes dos dois estudantes, Edson Luís e José Guimarães, símbolos de debates em torno da relação entre o movimento estudantil e a Ditadura Civil-Militar brasileira, no auge do ano de 1968, delimitam o presente artigo. Sob disputas, contradições e resistências o debate demonstra uma realidade de profundas violências entre os sujeitos e os grupos envolvidos, dos (para)militares e dos policiais aos estudantes organizados e/ou independentes, bem como (in) certas interpretações e narrativas estipuladas à época e posterior. Qual legado a ser exaltado: a ilusão de ruptura ou a desilusão de manutenção de um regime antidemocrático e autoritário ao desenrolar do século XX no Brasil?

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Movimento Estudantil; Memória.

RESUMEN

Las muertes de dos estudiantes, Edson Luís y José Guimarães, símbolos de debates en torno a la relación entre el movimiento estudiantil y la Dictadura Civil-Militar brasileña, en pleno 1968, delimitan este artículo. Bajo disputas, contradicciones y resistencias, el debate evidencia una realidad de profunda violencia entre los sujetos y grupos involucrados, desde (para)militares y policías hasta estudiantes organizados y/o independientes, así como (in)ciertas interpretaciones y narrativas estipuladas en el tiempo y el posterior. ¿Qué legado exaltar: la ilusión de ruptura o la decepción de mantener un régimen antidemocrático y autoritario durante el transcurso del siglo XX en Brasil?

Palabras-clave: Dictadura Civil-Militar; Movimento Estudantil; Memoria.

INTRODUÇÃO

As mortes de dois estudantes em um período de sete meses no ano de 1968 não são tratadas como fato isolado na história do movimento estudantil no Brasil ou ao menos não se tornou invisível aos interesses da produção historiográfica sobre o protagonismo das ações estudantis na Ditadura Civil-Militar. Sob uma realidade que consolida o poder militar no governo, oficialmente a partir de 1964 de forma impositiva e autoritária, a promessa de reestabelecimento ou a garantia da ordem no país ganhou novos e complexos desdobramentos, bem como a sua respectiva posteridade no que se refere aos movimentos de resistência.

No entanto, ao longo dos vinte e um anos de Ditadura Civil-Militar no país houve inúmeros protestos, passeatas e mobilizações protagonizadas, principalmente, por estudantes organizados em movimentos estudantis. Trata-se de momentos que, simultaneamente, dialogam com as aspirações e as conjunturas globais em tempos de Guerra Fria (1947-1991), assim, influenciando e sendo influenciado interna e externamente por marcantes processos históricos do século XX. A presença dos estudantes em movimentos estudantis tratou pautas e reivindicações relativas ao mundo universitário brasileiro como questões de maior abrangência social, vale dizer, a garantia de direitos e de liberdades destituídas ou em destituição no Brasil sob as rédeas de um golpismo de Estado (SANFELICE, 2008; 2015). Essas e muitas outras demandas contemplam divisões, convergências e divergências nas estruturas das organizações e nas estratégias escolhidas para se lutar e resistir desde posturas institucionais a intervenções armamentistas frente a um embate provocado e persistente em todo o período (VALLE, 2008a; 2008b).

O artigo em proposição, dentre plurais possibilidades de análises e enfoques temáticos, volta-se à compreensão das disputas e das contradições entre a juventude brasileira organizada em movimentos estudantis ou independente e o governo ditatorial militar. Nessa perspectiva, envolve, em termos ainda mais específicos, dois estudos de caso: as mortes de Edson Luís de Lima Souto (1950-1968), estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro e de José Guimarães (1948-1968) durante a manifestação de estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo conhecida como “Batalha da Maria Antônia”. Trata-se de uma das muitas representações da intensa e gradativa violência difundidas no regime enquanto projetos e práticas realizadas, destacando, sobretudo, as lutas e demandas políticas tanto do governo do general Costa e Silva, de 1967 a 1969, quanto das próprias organizações dos estudantes como, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nessa conturbada relação, acrescenta-se, também, a influência e a participação de outros agentes ou grupos históricos inseridos nesse processo: a imprensa e a sociedade brasileira, como destaca a historiografia citada. Assim, leia-se imprensa e sociedade como parte de um conjunto de setores midiáticos como revistas e jornais da época e da própria atuação da

população, desde mães, pais e familiares de estudantes à professores, advogados, jornalistas, entre outros sujeitos históricos que convivem e que reagem em meio aos confrontos estabelecidos entre estudantes e militares, policiais e simpatizantes civis ao regime, configurados enquanto grupos paramilitares anticomunistas (SANFELICE, 2008; VALLE, 2008b).

A partir das métricas apresentadas os estudos de caso afluem dois debates. O primeiro deles se dá nas (des)ilusões por parte dos estudantes e movimentos estudantis frente à possibilidade de ruptura com o regime ditatorial militar e à conseqüente redemocratização do país nesse período, pois o que se consolida é o contrário, isto é, a manutenção do regime para mais de uma década em relação ao ano de 1968. Em segundo plano, discute-se os legados e as interpretações a posteriori desses eventos no âmbito da historiografia e das respectivas (in)certezas quanto ao desenvolvimento de narrativas acerca das mortes, principalmente, em relação ao impacto dos estudantes e dos movimentos estudantis na memória da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

AS MORTES DOS ESTUDANTES: ENTRE CONFRONTOS E RESISTÊNCIAS

Não houve apenas a morte dos jovens Edson Luís e José Guimarães ao longo do período ditatorial no país. Para além das mortes, outras diversificadas violências, desde episódios de torturas e censuras aos Atos Institucionais viabilizados pelos governos militares, por exemplo, aconteceram ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil. Para além de estudantes, confirma-se, também, outros variados grupos e pessoas, tais como trabalhadores, artistas e dentre outros grupos sociais atingidos direta ou indiretamente pelas barbáries da Ditadura Civil-Militar brasileira (VALLE, 2008b)

Contudo, as duas mortes ocorridas no ano de 1968, a primeira em março e a segunda em outubro do mesmo ano, convenciona importantes pontos de discussão e comparação entre tais episódios e sua respectiva relevância em relação ao processo histórico como um todo. Apesar da semelhança no ano de ocorrência e sob o mesmo presidente militar em exercício, vale dizer, general Costa e Silva, trata-se de casos decorridos em momentos diferentes, interpretados de forma distinta por praticamente todos os envolvidos e observadores. O ano de 1968 não se trata de um ano qualquer como recorda Maria de Lurdes de Albuquerque Fávero (1995) ao destacar que as manifestações de estudantes percorrem o Brasil e o mundo estabelecendo até mesmo um movimento em caráter mundial. Fatores internos e externos contribuem para o cenário dos estudos dos casos. No Brasil, por exemplo, os estudantes lidam tanto com questões socioeconômicas conturbadas e sob uma ditadura que atingem as relativas ao ensino superior, à universidade e ao presente e futuro da educação brasileira naquele período (FÁVERO, 1995). Em ambos os cenários, a violência esteve presente e se fez protagonista.

A morte de Edson Luís, em 1968, chamou bastante atenção da sociedade brasileira em 1968, sobretudo, dos estudantes brasileiros do período. Apesar de ser, como recorda Arthur Poerner em *O Poder Jovem* (2004), um dos muitos episódios direcionados aos estudantes desde o início dos governos militares, após o golpe de 1964. Em breve contextualização, os primeiros anos do golpismo civil-militar na política brasileira no âmbito da educação no país tornou a UNE e os estudantes vinculados ao “tratamento de choque”, tratados como “subversivos”, logo, inimigos, o que levou, em 1964, à invasão, ao saque e à queima da sede da UNE (POERNER, 2004). No mesmo ano, instaura-se, também, a Lei Suplicy Lacerda¹ com profundos impactos na organização e representação do movimento estudantil no país.

Nos anos posteriores, ainda sob o governo do general Castelo Branco, mas em transição ao governo do general Costa e Silva, entre os anos de 1966/67, o Ato Institucional N°3 ou AI-3², juntamente com os Acordos MEC-USAID³ corroboram e estendem a repressão em torno dos estudantes e das universidades brasileiras. Tais questões tornam-se, de fato, um problema de segurança para o governo. Sob o governo Costa e Silva, a partir desses fatores, os estudantes identificavam tal mandato como um prolongamento do anterior, do também militar, general Castelo Branco (POERNER, 2004).

Diante desse panorama, emerge o dia 28 de março de 1968, dia do assassinato de Edson Luís em meio a uma repressão policial às manifestações que ocorriam no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro, como alvo que explicitava o ímpeto de violência que incorria em pleno regime ditatorial brasileiro. Poerner assim o descreve:

Tratava-se de um menino ainda – completara 18 anos em 24 de fevereiro –, parecia baixinho, a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nortista. Os dentes tinha-os estragados, como a maioria dos jovens do nosso país. Órfão de pai, viera, havia três meses, de Belém do Pará, para cursar o artigo 99 do 1° ciclo no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço, onde passava a maior parte do dia, inclusive auxiliando em serviços burocráticos da secretaria e de limpeza, pois não conseguira emprego (2004, p. 265).

Polêmicas e conflitos em tono da constatação da morte do estudante, o impacto subsequente ao episódio, levam à construção de manifestações por todo o país, não somente no Rio

¹ Uma importante definição sobre a Lei Suplicy Lacerda, chancelada em 9 de novembro de 1964, se dá no livro de Poerner (2004): “A lei visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação” (POERNER, 2004, p. 212).

² Sobre o Ato Institucional N°3 (AI-3) e sua relação para com o movimento estudantil, conforme Maria Ribeiro do Valle (2008): “O movimento estudantil é diretamente atingido [...] segundo o qual a UNE fica proibida também de funcionar como associação civil, proibição que se torna extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades” (VALLE, 2008a, p. 34).

³ Sobre o Acordo MEC-Usaid e o intuito de se privatizar a educação brasileira, sobretudo, o ensino superior aos moldes e influências estrangeiras, Poerner (2004) apresenta que tais acordos permitiam “[...] a escolha dos “tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informações de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária”; aquele que se destinava a suprimir a autonomia das universidades brasileiras, empecilho à uniformização ideológica, transformando-as em fundações” (POERNER, 2004, p. 225).

de Janeiro, contra o governo militar. Contudo, não se tratava de uma pauta exclusivamente estudantil, pois tornou-se uma pauta popular com engajamento de outros setores da população para além dos estudantes (POERNER, 2004). Rafael Rosa Hagemeyer destaca: “[...] Edson Luís era uma vítima inocente, a quem não podia ser imputado o rótulo de ‘comunista infiltrado no meio estudantil’, e servia de escudo ideal para sensibilizar a classe média em defesa de seus filhos contra a violência policial” (2008, p. 60).

Em contraponto, Maria Ribeiro do Valle (2008) trata a reação das autoridades e parte de setores da imprensa como a revista *Veja* optam por minimizar o ocorrido ou contrapô-lo sob dúvidas. A tragédia envolvendo a morte de Edson Luís se tratava de um “acontecimento de rua” para representantes do governo, em um confronto que ambos os lados admitiam violência conforme reportado pela imprensa (VALLE, 2008a). Assim, um impasse se criava em torno das narrativas sobre o ocorrido que, como reporta Leylianne Alves Vieira se dá em duas vias: uma volta-se para justificar o ocorrido e a outra busca legitimar a tragédia para que ela não seja distorcida (VIEIRA, 2020).

Nesse cenário, a imagem de Edson Luís se transforma em um marco ou mesmo um mártir de luta e resistência no Brasil contemporâneo (POERNER, 2004). O destaque atribuído ao trágico episódio fez com que “[...] o povo brasileiro, pela primeira vez, depois do Golpe de Abril de 1964, toma consciência de seu repúdio ao regime e ao poder militar que o oprime. Graças a essa tomada de consciência, o povo começa a sair às ruas, enfrentando a repressão e o terror” (FÁVERO, 1995, p. 71). Isto posto, como salientam as referências consultadas:

[...] A violência que mata um estudante – não sendo nem ao menos uma liderança subversiva que possa estar comprometendo a tranquilidade nacional – transforma-se em um forte motivo para a adesão inclusive de setores das classes dominantes – que podem ter seus filhos mortos – ao repúdio à ação da PM (VALLE, 2008b, p. 82).

Sob esse cenário, se estabelece as primeiras manifestações providenciadas nos primeiros dias após a morte do estudante em 1968. Em sequência, uma série de mobilizações populares eclodem nos meses seguintes marcadas em dois diferentes cenários, pois separadas por uma semana de diferença no mês de junho do mesmo ano, conhecida como Sexta-feira Sangrenta⁴ e Passeata dos Cem Mil⁵ em referência ao número de estimados manifestantes presentes, mas tratava-se de manifestações divergentes. De um lado, a violência estridente gerando ainda mais tragédias, do outro, a necessidade de uma “pacificação” estimada pelos envolvidos (VALLE, 2008a; SANFELICE, 2015).

⁴ A Sexta-feira Sangrenta, foi no dia 21 de junho de 1968 na cidade do Rio de Janeiro. Um dos marcantes momentos de “diálogo” entre estudantes e governo que resultou em passeatas e denúncias de violência. Estas, a partir do confronto entre os envolvidos, em um primeiro momento e, posteriormente, em um segundo momento, entre autoridades policiais e populares. Diante desses confrontos, pautados em reivindicações de assuntos estudantis, o resultado se tornou “sangrento” (VALLE, 2008a, p. 110-111).

⁵ A Passeata dos Cem Mil materializa o retorno maciço das mobilizações estudantis e populares, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1968. Trata-se de uma manifestação que, inclusive, entoa protestos contra as repressões e violências policiais. O fator inédito, nesse evento, se deu pela legalização da passeata frente ao governo estadual e a ausência de forças policiais, o que tornou o ato pacífico e positivo aos manifestantes (VALLE, 2008a, p.122-123).

Contudo, mesmo sob uma tônica de paz inserida na Passeata dos Cem Mil a centralidade da violência, a partir do apoio popular às manifestações, passa a ser a linha estratégica de luta e resistência por parte de lideranças estudantis (VALLE, 2008a), um símbolo que, protagonizado na morte de Edson Luís, como complementa Poerner (2004), impressionava e iludia as camadas estudantis nacionais, de que o país poderia se aproximar de uma reabertura política ou de um processo de redemocratização (POERNER, 2004).

O segundo caso não perpetua o cenário otimista, apesar de existir uma tragédia envolvida em torno do movimento estudantil e uma suposta sinergia para com parcelas da população brasileira em oposição ao regime militar em vigor. Em complemento, a morte do estudante secundarista José Guimarães também não demandou a mesma cobertura ou engajamento ao trágico episódio, desde os próprios estudantes e a imprensa às autoridades militares e/ou policiais. O conflito batizado de “Guerra da Maria Antônia” (VALLE, 2008a) ou “Batalha da Rua Maria Antônia” (SANFELICE, 2008; 2015) se prolongou mesmo com a morte do jovem. Além das reações e consequências ao episódio meses antes da promulgação do Ato Institucional N°5⁶ a realidade do país se desdobrou em um cenário de maior violência cotidiana.

No fim de 1968 a “Batalha da Rua Maria Antônia” evoca o conflito entre estudantes do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e alunos, os quais não são identificados a um curso em específico, da Universidade Mackenzie. Ambas as sedes das universidades paulistas estavam localizadas na rua Maria Antônia. O confronto, que resultou inúmeros danos materiais para ambos as instituições de ensino universitário ao longo das semanas de duração, revelou uma tragédia: a morte de José Guimarães (SANFELICE, 2015).

Nesse cenário, um elemento não se fez diretamente presente como em outros momentos de conflito que envolveu estudantes ou movimento estudantil, qual seja, as autoridades militares ou forças policiais. Trata-se de um embate de estudantes contra estudantes destacando que nem todos os estudantes pertenciam, concordavam ou se sentiam integrados ao movimento estudantil capitaneado pela UNE. Estes, na verdade, estavam ligados e filiados a outros agrupamentos como *Comando de Caça aos Comunistas (CCC)*, a *Frente Anticomunista (FAC)* e o *Movimento Anticomunista (MAC)*, grupos considerados paramilitares no período ditatorial do país (SANFELICE, 2008).

Outro agravante nesse cenário se dá pela cobertura e a repercussão desse confronto estudantil na imprensa, conseqüentemente, o impacto junto à população. Nos periódicos *Jornal da Tarde* e *Folha de São Paulo*, como exemplos usados pelos autores consultados, o embate é retratado como uma “guerra”, exaltando, assim, a violência protagonizada por estudantes (VALLE, 2008a). Desse modo, um episódio – sob o ápice na morte de José Guimarães – que

⁶ O Ato Institucional N° 5 (AI-5) foi promulgado no dia 13 de dezembro de 1968. Tratou-se de uma medida da Ditadura Militar, sob o governo Costa e Silva, que autorizou a suspensão de direitos políticos e das garantias constitucionais dos cidadãos, além da possibilidade de confisco de bens mediante o enriquecimento ilícito. Além disso, no âmbito da União, condicionou prerrogativas para se instalar interventores em estados e municípios e de decretar estado de sítio e recesso parlamentar, respeitando a Constituição em vigência e os demais Atos Institucionais já estabelecidos.

promove questionamentos, desconfianças e prejuízos ao próprio movimento estudantil e aos estudantes do país. Inclusive, no evento em questão, confunde-se o confronto “[...] com algo parecido a um choque de quadrilhas ou de gangues de rua” (VALLEa, 2008a, p. 187).

Em contraposição, parte de estudantes da USP e da Mackenzie contrários aos estudantes que entraram e permaneceram em conflito na rua Maria Antônia, juntamente de setores da sociedade civil, saem em passeata para chamar a atenção ao violento conflito e denunciar “mais um crime da ditadura” (VALLE, 2008a, p. 188). Tratava-se da morte de José Guimarães. Além deste ponto, protestavam, também, acerca de uma possível proteção por parte da polícia aos estudantes do Mackenzie vinculados ao CCC. A passeata, ao longo dos dias, se tornou passeatas com milhares de pessoas, em torno de 4 a 10 mil manifestantes (VALLE, 2008a).

Contudo, nesse momento, a polícia entra em ação com repressão para com a multidão, destacadamente, os estudantes, como que cumprindo sua função, visto que as passeatas que ocorriam eram consideradas ilegais no âmbito jurídico sancionado pelo governo ditatorial. O termo “polícia” aqui utilizado, refere-se a um conjunto de organizações contemplando a Força Pública, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Polícia Civil e o II Exército. Assim, a “[...] ‘imagem da guerra’ torna-se parte da rotina. O governo declara os estudantes o “inimigo externo” que precisa ser esmagado” (VALLE, 2008a, p. 203)

Coincidentemente, a ordem de “esmagar” estudantes não se tratava de uma mera retórica, mas um plano que justifica a necessidade de eliminação de “subversivos” sob o inflamado conflito na rua Maria Antônia. Tratava-se, afinal, da “Operação Para-Sar” ou “[...] um plano dos oficiais da Aeronáutica para empregar a unidade de buscas e salvamentos da *Força Aérea Brasileira (FAB)* em missões de assassinatos das principais lideranças estudantis, dos políticos da oposição e dos cassados dos seus direitos considerados irre recuperáveis” (SANFELICE, 2015, p. 139). Nesse sentido, intensifica-se um cenário de radicalidade e de maior violência que se espalha para outras regiões e cidades do país, assim, não se nega a mudança de postura por parte dos estudantes que encaram a violência como uma resposta às violências sofridas.

A “Batalha da Rua Maria Antônia” ou “Guerra da Maria Antônia” foi uma luta armada ou uma guerrilha urbana envolvendo os estudantes. O exemplo categórico disso se dá justamente na morte de José Guimarães que “[...] morre no momento em que recolhe pedras para ajudar os estudantes da Filosofia” (VALLE, 2008a, p. 208). Sob esse ponto, destaca-se que essa postura do movimento estudantil ligado à UNE e à Filosofia-USP tinham por estratégia propostas por suas lideranças a ocupação, em tom militar, das faculdades presentes na universidade paulista como ressalta Valle (2008a). Ao passo que se aponta a presença de grupos paramilitares no lado da Mackenzie como um complô ou uma aliança para com o governo militar, visto que as forças policiais só entrariam no conflito para controlá-lo, tendo, ainda, condições de promover um “fechamento” maior do regime (VALLE, 2008b). A ótica por fechar o regime se dá na ampliação de restrições constitucionais e de direitos à população nacional.

Em razão disso, o resultado desse processo foi um conjunto de fatores que apresenta-

ram, ao contrário do momento da morte de Edson Luís, o despreço da população, a divisão e as disputas internas no movimento estudantil com o aumento da repressão militar em prol da “ordem” no país, que resultou na prisão das principais lideranças dos estudantes (FÁVERO, 1995; VALLE, 2008; HAGEMEYER, 2008), mesmo com a morte de José Guimarães ser do conhecimento público.

Com a oficialização do AI-5, há um profundo retrocesso político e social no Brasil e o movimento estudantil é desmantelado. Trata-se de uma ação do governo que impediu a continuidade ou a assiduidade das manifestações e protestos públicos. A alternativa foi que uma parcela desses estudantes se organiza para as lutas armadas em resistência ao governo militar continuado (FÁVERO, 1995; POERNER, 2004). Desse modo, os antecedentes de violência que contaminaram o Brasil em uma vastidão de acontecimentos não forneceram reais aprendizados. A escolha pela violência, pelo confronto, em meio às desilusões estudantis, continua e se intensifica no decorrer da era militar no comando do país.

PARA ALÉM DAS MORTES: INTERPRETAÇÕES E MEMÓRIAS DO CONFLITO

As mortes de Edson Luís e José Guimarães não contemplam todo o processo autoritário e violento que envolve a Ditadura Civil-Militar brasileira, nem mesmo o próprio ano de ocorrência desses crimes políticos, que se tornaram tragédias nacionais explícitas ao período. Contudo, a partir desses exemplos, explora-se, no âmbito da história, as interpretações e as memórias difundidas sobre esses casos. Mesmo semelhantes, se colocados em perspectiva comparativa, não apresentam os mesmos resultados ou desdobramentos no próprio contexto e na contemporaneidade, o que justifica a retomada tema para problematizar tais episódios.

Nesse sentido, ao se voltar para esses passado-presente condiciona-se o ano de 1968 como um tempo cuja memória em fragmento evoca um cenário de diálogos e disputas mediante os relatos e testemunhos sobre esse período tratados por estudiosos do tema (VIEIRA, 2020). As mortes, retomadas nesse artigo, aconteceram em um cenário de conflitos que gradativamente permite que o protagonismo se vincule às ações pautadas na violência entre os sujeitos e os grupos históricos dispostos. Todavia, nesse embate, não havia uma igualdade de condições ou de forças e os prejuízos desembocaram de forma mais intensa sobre os estudantes, pois o regime militar continuou a existir, mesmo no âmbito da memória e do debate público na contemporaneidade.

Sobre o movimento estudantil, autores como Poerner (2004), cuja obra se desdobra ao longo do século XX e XXI, em suas múltiplas edições, se entrelaçou como uma fonte oficial ou mesmo uma leitura obrigatória aos militantes da UNE, pois deteve um importante papel de oposição e de resistência enquanto maior entidade de representação dos estudantes no regime militar instituído e prorrogado por mais de 20 anos no país. Apesar disso, essa versão da história vinculada a UNE não é a única possível (SANFELICE, 2008) ao considerar que, na clandes-

tinidade, a entidade, como todo o movimento estudantil, à época, funcionaram de forma restrita e peculiar em que as opções escolhidas em torno da violência direta também apresentaram divergências e rachas internos (SANFELICE, 2008; 2015).

Consoante a uma similar leitura sobre a relação com o próprio estado do movimento estudantil, a partir da obra de Poerner (2004) o tema é retomado em estudo realizado por Thiago Bicudo Castro (CASTRO, 2015; 2018). A vinculação enquanto símbolo de memória da obra para com a relegada história da UNE demonstra fragilidades e críticas em relação aos feitos e conquistas vangloriados, isto é, há um saudosismo que simplifica e que superestima os processos e as atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil ao longo da sua história no cenário nacional (CASTRO, 2018). Cria-se, assim, na figura do jovem estudante brasileiro como um personagem em moldes tipológicos, mitológicos (CASTRO, 2018).

No processo da Ditadura Civil-Militar no Brasil é de que “[...] a rigor, a resistência dos universitários à instauração da ditadura fora débil. Poucos núcleos a ela se opuseram de forma decidida. Sem armas, foram rapidamente dispersados” (REIS FILHO, 1998, p. 30 *apud* CASTRO, 2018, p. 64). Acrescido a isso, faz-se um paralelo para com a própria projeção de mártir a Edson Luís cujos “[...] enquadramentos dados à memória que deram a ele esse status, mais do que sua participação no movimento” (VIEIRA, 2020, p. 296). Um enquadramento, entretanto, que no caso de José Guimarães não provocou o mesmo status, consolidando, ainda mais, o peso e a influência da memória na história desse período.

Sob esse prisma, apenas a memória não se faz suficiente. Isto é, as ações estudantis atrelam-se a outros elementos como a própria conjuntura que, mesmo sem significativa diferença temporal, apresentou mudanças relevantes ao processo histórico que, desde a morte de Edson Luís, evidenciou “[...] a importância do papel desempenhado pela violência: a violência policial, a violência dos estudantes, a violência defensiva, a violência do Estado” (VALLE, 2008a, p. 75). Contudo, a reação à essa violência se fez em dois momentos distintos, ainda conforme a autora. De início, diante da morte de Edson Luís, o movimento estudantil agrega o apoio e a solidariedade da população às reivindicações e manifestações estabelecidas em sequência. Em contrapartida, posteriormente, sob a morte de José Guimarães, a eclosão de uma “guerra” entre estudantes universitários, de espectros ideológicos diferentes, promove uma radicalização do movimento estudantil frente a essa mesma população, que impacta na visão em relação aos militares que entram no conflito para “trazer” a ordem (VALLE, 2008b).

A partir dessa trajetória os desdobramentos desse processo culminaram, ainda sob o plano da violência, em uma radicalização do governo com o AI-5 e, conseqüentemente, no desmantelamento do movimento estudantil, ao contrário da imaginada (re)abertura política ou (re)democratização no Brasil. Aliás, atrelando ao âmbito da memória,

[...] se mais pessoas continuassem acreditando que o movimento estava em ascensão (mesmo contra a “lógica dos fatos”, que nunca passam de um tipo e retórica) é possível que o desfecho tivesse sido diferente. Mas o medo prevaleceu, e com ele a retração do

movimento de massas, o que acaba por aumentar a carga simbólica relacionada aos “heróis revolucionários” que resistiram (HAGEMeyer, 2008, p. 49).

Entretanto, considera-se que não se trata somente de um cenário de revezes ou de se descredibilizar o movimento estudantil no período ditatorial brasileiro. O movimento estudantil, dentro de suas limitações e contradições, atraiu a atenção pública e expôs o descontrole do regime militar que, sem alternativas, sufocou suas ações pelo uso de uma força irrestrita (HAGEMeyer, 2008). Assim, entre romantismos e ingenuidades utópicas, “[...] o movimento estudantil de 1968 ficou para sempre gravado no imaginário político brasileiro” (HAGEMeyer, 2008, p. 62).

Nilton Bahlis dos Santos (2008) destaca que as mobilizações e as atividades protagonizadas pela liderança dos estudantes no período da ditadura militar foram retomadas em décadas posteriores. No período de pós-golpe, os brasileiros que resistiram na clandestinidade, posteriormente, “[...] ofereceram sua experiência para a reorganização das lutas e a democracia no país” (SANTOS, 2008, p.147). Desse modo, entre os conflitos das interpretações e memórias, vislumbra-se um legado de descontinuidades, heterogeneidades e desilusões que continuam presentes na trajetória e construção política do país em tempos atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralização nos dois casos de mortes de estudantes em 1968, que se tornaram relevantes e ligados às movimentações e manifestações estudantis e populares desse período, revela uma escolha arriscada pela possibilidade de reducionismo ou por inviabilizar, mesmo que não seja o intuito, as outras muitas mortes e os outros tantos episódios de violência na Ditadura Civil-Militar brasileira. No entanto, por além de se tratar de um recorte, trata-se de símbolos explorados tanto pelo movimento estudantil no auge de seu protagonismo político de resistência ao regime golpista, quanto pelo governo federal em suas aspirações de controle e manutenção do poder e dos mandatos militares. Para a sociedade civil e mesmo a imprensa, um dilema confuso em se certificar apoio e repúdio diante de um quadro exacerbado e corriqueiro de violência.

Sobre os episódios em destaque ao longo deste artigo, reforça-se, também, a importância de uma conjuntura política – interna e externa – que, sob um regime de exceção, apresentava um cenário de desequilíbrios ou descontroles nas ações e medidas realizadas entre todos os envolvidos. Apesar de pautas reivindicatórias serem apresentadas, defendidas e combatidas de ambos os lados centralizados nos conflitos, a espontaneidade no desenrolar dos fatos, fruto também de uma indeterminação histórica, se faz percebida. Com isso, as propostas e execuções em torno da violência afloram o cotidiano brasileiro e as (des)ilusões em torno dos resultados dessas ações, sobretudo, por parte dos estudantes quanto, ao fim do regime militar, adentram aos acontecimentos que se sucederam.

No entanto, ao se problematizar a vigência das manifestações e demais formas de resistência do período, como também, as memórias intrínsecas e latentes a esse processo neste presente em questão aos dias atuais, é preciso refletir diante de um complexo quadro histórico. Entre obras, vestígios e referências que conflitam a realidade entre razões e emoções, a cautela, no âmbito historiográfico, se faz almejada. Compreende-se que os excessos ou superestimativas ligadas ao movimento estudantil e sua trajetória, sobretudo, na Ditadura Civil-Militar brasileira, existiram diante de uma continuidade – ainda mais violenta e arbitrária – deste regime pós-1968. Assim, um traço pragmático a ser exaltado é mesmo o fato de a violência ser um fundamento protagonista em todo esse processo histórico.

Porém, acrescido a isso, dentre as limitações e contradições existentes, considera-se que as resistências nesse contexto surtiram efeitos, mesmo que por um breve momento ou enquanto instrumento intelectual (CASTRO, 2018) para os estudantes que hoje acompanham a Ditadura Civil-Militar nas escolas, universidades, grêmios e movimentos estudantis e populares, como também, em conteúdos e contextos educacionais e culturais produzidos sobre o período. Assim, há um legado construído a ser potencializado sem se esquecer as críticas e as conquistas. A reflexão perpassa sobre o que deveria ser feito, mas, também, sobre o que foi possível de ser feito.

O retrato de duas mortes que impuseram uma relevância a uma oposição de estudantes de meios pacíficos à luta armada não é mais um fato sob a consolidação ditatorial no Brasil em meados do século XX. Trata-se de estudantes que, mesmo não sendo lideranças, representaram e representam outros muito estudantes feridos, torturados, ameaçados e desaparecidos nesse período que não tiveram a devida atenção ou o reconhecimento. Mesmo assim, depois deles, o regime militar continuou e promoveu ainda mais tragédias que devem ser cada vez mais aprofundadas e problematizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, R. F. do. Ato Institucional n. 5 (AI-5). **Acervo**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CASTRO, Thiago Bicudo. O Poder Jovem de Arthur José Poerner: tipos e mitos na construção da memória estudantil. **Ponto e Vírgula**, v. 17, p. 233-250, 2015.

CASTRO, Thiago Bicudo. Ecos da memória e da resistência estudantis: O Poder Jovem de Arthur Poerner cinquenta anos depois. **Movimentação**, v. 5, n. 9, p. 55-77, 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro:

UFRJ, 1995.

FILHO, Michel Zaldan; GROPPPO, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: UFPE, 2008.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. O movimento estudantil de 1968 e a nostalgia do romantismo revolucionário. *In*: FILHO, Michel Zaldan; GROPPPO, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: UFPE, 2008. p. 48-67.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Revista Simbio-Logias**, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 127-143, 2015.

SANFELICE, José Luís. A UNE e a Ditadura Civil-Militar de 1964. *In*: FILHO, Michel Zaldan; GROPPPO, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz (Org). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: UFPE, 2008. p. 67-80.

POEMER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: O Curto Ano de Todos os Desejos. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, 1998.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SALDANHA, Alberto. O mito do Poder Jovem. *In*: FILHO, Michel Zaldan; GROPPPO, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: UFPE, 2008. p. 36-48.

SANTOS, Nilton Bahlis dos. 1968: a experiência de um movimento nacional. *In*: FILHO, Michel Zaldan; GROPPPO, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: UFPE, 2008. p. 138-148.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo e a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008a.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: Quando o diálogo é a violência. *In*: FILHO, Michel Zaldan; GROPPPO, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz (Org). **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: UFPE, 2008b. p. 80-92.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

UMA VOZ POLÍTICA NAS
ARQUIBANCADAS: A FAIXA
PELA “ANISTIA AMPLA,
GERAL E
IRRESTRITA” DA GAVIÕES
DA FIEL EM 1979

A POLITICAL VOICE IN THE
BLEACHERS: THE BANNER
FOR "AMNESTY, GENERAL
AND UNRESTRICTED" BY
GAVIÕES DA FIEL IN 1979

RUIZ JÚNIOR, Baltasar Gomez *
JULIAN, Erica Ambiel **

* Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro - UNISA, Professor de História da rede pública de ensino. E-mail: baltasar.ruiz@hotmail.com.

** Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos e colaboradora do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças. E-mail: erica.ambiel@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo traz o evento ocorrido no ano de 1979, durante um jogo entre Corinthians e Santos, onde a arquibancada da torcida corinthiana exibiu uma faixa com a mensagem: “anistia ampla, geral e irrestrita”. Esse evento, embora pontual, carrega em si um significado excepcional para o momento histórico brasileiro e alia a manifestação esportiva da torcida com a manifestação política de resistência. Transmitido pelas câmeras de televisão, ao vivo, e pelas rádios, a repercussão da manifestação em um jogo clássico foi pensada estrategicamente para defender uma luta primordial: a anistia política dos perseguidos pela ditadura militar. A torcida corinthiana Gaviões da Fiel, que tem sua origem ligada intrinsecamente às classes populares e aos trabalhadores paulistanos, reconheceu a necessidade de se integrar a luta por direitos e, aproveitando a visibilidade do clássico Corinthians e Santos, junta-se ao movimento pela anistia dando visibilidade ao movimento em rede nacional. O método usado para a construção da pesquisa é a análise documental, que usa artigos da mídia impressa da época, por meio da Hemeroteca Digital do acervo da Biblioteca Nacional. Foram pesquisadas as notícias dos jornais de alcance nacional e estadual – do estado de São Paulo – e selecionadas as matérias que se relacionavam ao evento. Refletir a relação das torcidas organizadas pelo seu aspecto organizativo pode revelar ações de cunho político, evidenciando a identificação de grupos com sua base de origem e a identidade de classe. Assim, os espaços sociais da política e do esporte se encontram na intersecção das manifestações populares e políticas, apresentando uma abordagem sobre como as organizações esportivas carregam posicionamentos, principalmente se consideradas os grupamentos associativos ligados a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Torcidas Organizadas; Gaviões da Fiel; Anistia; Redemocratização.

ABSTRACT

The present article brings the event that occurred in 1979, during a game between Corinthians and Santos, where the bleachers of the Corinthians fans displayed a banner with the message: "Amnesty widely, generally and unrestrictedly". This event, although punctual, brings an exceptional meaning for the Brazilian historical moment and allies the sports manifestation of the fans with the political manifestation of resistance. The impact of the demonstration in a classic game, broadcast live on television and radio, was strategically designed to defend a fundamental struggle: the political amnesty for those persecuted by the military dictatorship. The Corinthians supporters Gaviões da Fiel, whose origin is intrinsically linked to the popular classes and workers in São Paulo, recognized the need to join the fight for rights and, taking advantage of the visibility of the Corinthians-Santos derby, joined the movement for amnesty, giving visibility to the movement on the

national television. The method used to construct the research is documental analysis, using articles from the press media of the time, through the Digital Hemeroteca of the National Library collection. The news from national and state newspapers - from the state of São Paulo - were researched, and the articles related to the event were selected. Reflecting on the relation between the organized fans and their organizational aspect can reveal political actions, showing the identification of groups with their home base and class identity. Thus, the social spaces of politics and sports are at the intersection of popular and political manifestations, presenting an approach on how sports organizations carry positions, especially if considered associative groups linked to the labor class.

Keywords: Organized Fans; Gaviões da Fiel; Amnesty; Redemocratization.

INTRODUÇÃO

No dia 14 de dezembro de 1983, quando se disputaria no estádio do Morumbi a final do campeonato paulista de futebol daquele ano, uma surpresa marcou a entrada em campo do time do Corinthians. Ao saírem do túnel para fazer a tradicional saudação à torcida, seus jogadores traziam uma vistosa faixa com os dizeres: “Ganhar ou perder, mas com democracia”. De modo surpreendente, um time que entrava em campo para disputar o título fazia questão de afirmar que o exercício da cidadania e os princípios políticos seriam tão importantes quanto a vitória de um campeonato. Destarte, tratava-se de uma clara tentativa de harmonizar a luta pela liberdade civil com a conquista do título regional. Em entrevista a Victor Martins Regis (2004), Juca Kfoury relata como aquela atitude (a exposição da faixa) o tocara. Vejamos:

O Momento que a mim mais cala e que deixa a opinião pública mais perplexa, ‘Pô esses caras não estão para brincadeira.’, é quando o Corinthians entra em campo para o jogo decisivo com a faixa ‘Ganhar ou perder, mas com democracia’. O time estava dizendo: ‘A gente está ganhando sim, nós podemos até perder, não importa. O que importa é o método’. Não fica me cobrando pelo resultado em campo, mas tem uma ideia mais importante, subjacente à nossa atitude.’ Eles estão ganhando e tão dizendo que não é o ganhar, o importante é a democracia (REGIS, 2004, p. 124).

Em outras palavras: a linguagem futebolística consegue alcançar a máxima expressão dos desejos nacionais de afirmação, parece refletir o sentimento político da época. Os jogadores que erguiam aquela faixa e representavam a *Democracia Corinthiana* conseguiram sintetizar o espírito e/ou anseios políticos de seu tempo. Tornou-se o microcosmo desse clima do processo da redemocratização no Brasil.

Não era a primeira vez, no entanto, que esse tipo de mensagem política tomava os estádios naqueles anos. Se era ainda novidade nos campos, a aproximação entre o futebol e a política já se fazia notar, nos anos anteriores, nas arquibancadas. De fato, desde o final dos anos 1970 essas haviam se transformado em espaço de exposição de faixas cujas mensagens já expressavam apelos sociais e políticos, assinalando o alinhamento gradativo do

esporte com o conjunto das “forças democráticas” que iriam desencadear, no início de 1984, o movimento pelas Diretas-Já, ponto de convergência dos movimentos sociais, políticos e culturais engajados na transformação do país. A primeira manifestação de grande impacto ocorreu no anel superior do Morumbi em 1979, quando a Gaviões da Fiel exibiu uma faixa com os seguintes dizeres: “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Esses feitos atestam a plena convergência de propósitos e anseios entre as arquibancadas e outros estratos da sociedade civil, em especial daqueles que lutavam por transformações políticas e sociais em um país ainda dominado pelo regime militar.

O presente artigo apresenta a participação política da Torcida Gaviões da Fiel no momento histórico da redemocratização brasileira, mais especificamente, no final da década de 1970, em questões que marcaram o contexto histórico e social da sociedade brasileira. A abertura política, que culmina no fim da ditadura em 1985, é produto de eventos que fortaleceram a demanda popular pela democratização. Este evento é considerado aqui como um ponto de conexão entre o espaço político e público pelo ambiente do futebol. A história da faixa “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” se insere dentro da relação entre ação política e a agremiação de futebol.

Em um período de grande efervescência da contestação política com relação à ditadura, mesmo que em situação de ilegalidade ou de conflito com o Estado, grupos que pensavam a condição social e a estrutura do país, de forma clandestina, refletiam sobre a situação e as possíveis mudanças para a melhoria do Brasil, frente aos absurdos da ditadura militar. É neste cenário de conflito que a Gaviões da Fiel também tem o seu papel. Na exibição da faixa no jogo contra o Santos, em 1979, há uma demonstração de como a agremiação da torcida da Gaviões da Fiel ou de como um grupo de pessoas em torno de um time de futebol, pode também pensar seu lugar no mundo, a sua posição como cidadão, como agente político, mesmo que de forma indireta influenciando e apresentando as ideias da população em um contexto lúdico.

Para sustentar a pesquisa, a metodologia escolhida foi a de análise documental por meio de artigos de jornais contemporâneos ao evento. Buscando obter a maior quantidade de dados, foi escolhido um escopo amplo de edições de jornais impressos disponível pela

Fundação Biblioteca Nacional que oferece a Hemeroteca Digital Brasileira¹, que é um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas. No site, foi feita a busca pelo termo “Gaviões da Fiel”. Todas as ocorrências foram lidas e analisadas. Muitas ocorrências se deviam à violência nos estádios e à atuação de pressão da torcida na diretoria do Grêmio Corinthians. Notícias sobre troca de jogadores e como os técnicos conduziam o time também têm menção à torcida, sempre nesse contexto de pressão dos torcedores no time e diretoria.

Através da pesquisa documental em vários periódicos, pretende-se tanto entender melhor as bases do movimento quanto observar o modo pelo qual jornalistas e cronistas diversos

analisaram o fenômeno da Democracia Corinthiana, de modo a ajudar a construir certa imagem para o movimento democrático do Parque São Jorge. Além disso, ainda pode-se confrontar tais imagens com as eventuais entrevistas e depoimentos de jogadores e torcedores de destaque, cujas opiniões costumavam figurar nas páginas de tais órgãos.

Mesmo se há a questão do editorial enviesado das mídias impressas, da mesma forma é construída uma linha narrativa dos acontecimentos, ao longo da história, pelo conjunto de notícias sobre o tema, organizadas cronologicamente, formando uma história da sequência dos acontecimentos. Essa história contada pelos fatos, embora possa ter um viés orientado, elabora uma narrativa dos acontecimentos e é ancorada na realidade.

TORCIDA E IDENTIDADE POPULAR: A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DA GAVIÕES DA FIEL

O nascimento das torcidas organizadas, e outras agremiações, tem relação direta com as organizações dos trabalhadores em seus momentos de lazer. Com a Gaviões da Fiel não foi diferente. Os imigrantes e a classe trabalhadora foram os responsáveis pela construção da nossa cultura do torcedor como conhecemos atualmente. É nessa origem que se deposita o reconhecimento das torcidas e dos times como representantes da classe trabalhadora. Quando a torcida exibe a faixa em 1979, ela emite uma mensagem de solidariedade, estabelecendo uma relação direta com as demandas sociais. Essa consciência tem sua gênese na origem das torcidas.

Para apresentar o surgimento da relação de solidariedade entre o povo e o futebol, é importante retomar o contexto da fundação do Esporte Clube Corinthians e da Gaviões da Fiel. Em São Paulo, a indústria do início do século XX demandava grande força de mão de obra e no período logo após Abolição da Escravatura, uma grande onda migratória de italianos foi a responsável pelo fornecimento dessa mão de obra. Entre 1888 e 1900, São Paulo receberia 800.000 imigrantes, o que significava um número muito superior com relação à população escravizada em todo o país, nos dados de 1887 (LA SELVA, 2020). Dessa forma, até a língua portuguesa sofreu grande influência da língua italiana, além daquelas de raiz africana e outras influências. A construção, portanto, de uma cultura própria paulistana se faz a partir essa característica histórica. A mistura das culturas indígenas, de raiz africana, italiana com portuguesa cria o mosaico que estrutura o desenvolvimento industrial e econômico de São Paulo, no começo do século XX.

Em bairros como Brás, Mooca, Bexiga, Barra Funda, acolheram o proletariado paulistano. Concentrados nesses bairros, principalmente, mas também por toda a cidade de São Paulo, essa população de imigrantes italianos compartilha as mesmas atividades culturais, seja na

¹ O site para consulta é o <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

alimentação, na linguagem, nos costumes, e como consequência dessa concentração surgem os agrupamentos e agremiações diversos, compartilhando dos mesmos gostos em seus momentos de lazer. Na área da música, por exemplo, o samba se disseminava e fazia a alegria dos trabalhadores. A história do Corinthians se desenvolve a partir dessa relação entre trabalhadores e futebol. Nas décadas seguintes a torcida era composta de mulheres pobres, domésticas, homens brancos e negros e toda uma mistura que se identificava com a cultura Corinthiana.

Na transformação da organização dos times como empresas modernas, após a década de 1970, os jogadores passam a ser funcionários, trabalhadores como sua torcida e a maioria da população brasileira, e a relação muda com a maior identificação. Os atletas passam então a reivindicar a própria autonomia, o esquema de compra de passe e a forma como eles eram pagos criava entraves para que agissem da forma como bem entendessem nas suas carreiras. Passam então a se manifestar politicamente em função de seus direitos trabalhistas. No mundo, Argentina Uruguai Itália, já havia acontecido o mesmo (FLORENZANO, 2009). O jogador passa então a se entender como operário do esporte e, assim, a se identificar com a classe trabalhadora. Esse exercício de espelhamento entre a torcida e os atletas cria uma aproximação ainda maior entre eles (FLORENZANO, 2009, p. 142). A auto-organização dos jogadores contribui para que a classe trabalhadora se chegasse também dentro de uma cultura democrática: “a cultura retro alimentadora envolvendo a fábrica e o futebol impulsionava e fortalecia ambas as lutas, nutrindo as com os mesmos ideais valores e práticas e delineava o universo intersubjetivo compartilhado pelos múltiplos atores” (FLORENZANO, 2009, p. 141).

Esclareçamos: se o golpe de 1964 representa o ato de força que viria a se interpor entre os trabalhadores assalariados e os trabalhadores da bola, detendo o processo de solidariedade que se estabelecia por intermédio de uma luta comum, determinando-lhes, de cima para baixo, uma identificação forjada com o intuito de mantê-los subjugados; em contrapartida, a luta de resistência contra o autoritarismo político, social e esportivo, a exploração econômica e os mecanismos de Constituição de subjetividades submissas assinalava a lenta reaproximação entre aqueles atores, vinculando os através da noção de autonomia e levando os adiante por meio de sua prática, cuja elucidação nos remete, mais uma vez, a nossa base comparativa (FLORENZANO, 2009, p. 48).

Também, com a chegada de Sócrates, essa identificação se tornou ainda maior. A produção de um novo Corinthians que encarava os valores tradicionais e os valores da classe trabalhadora dentro de uma experiência comum do corpo, combativo e representativo articulou a democracia Corinthiana. Assim, o futebol se transfigurou em atividade política, como disse o presidente da República general João Batista Figueiredo “não poderia haver combinação mais explosiva: política com futebol dá um futebol danado” (FLORENZANO, 2009, p. 144).

Sócrates é uma figura essencial para entender o envolvimento do futebol com a política, principalmente como um símbolo de posicionamento ideológico. A construção da Democracia Corinthiana se dá, em linhas gerais, pelo movimento que buscava integrar os jogadores do time nas decisões do departamento de futebol por meio de votações paritárias. Sócrates foi uma liderança dos jogadores no embate contra o autoritarismo da direção do time, junto com

Adilson Monteiro Alves, Casagrande e Wladimir, que se concretizou de forma mais importante no início da década de 1980, durante a gestão de Waldemar Pires.

O clube passava por mudanças estruturais de modernização, a profissionalização dos jogadores os relegou a posição de funcionários do Corinthians, transformando a posição deles de participantes a trabalhadores sem voz ativa. Isso desagradou parte da equipe que via a mudança como uma posição autoritária. A disputa entre autoritarismo e luta pela democracia que se configurava na política brasileira foi refletida na composição da nova gestão do clube. Assim esse processo foi compreendido (MARTINS; REIS, 2014, p. 429).

Outro ponto ao qual a Democracia Corinthiana se opunha era sobre a forma como era entendido o *passé* do jogador. Esse mecanismo de contrato baseado em um valor para que o jogador permaneça neste ou naquele time, era manipulado pelas direções para que permanecessem atrelados às vontades dos clubes. Caso o contrato chegasse ao fim, o jogador era obrigado a fazer negociações sobre salários e não tinha liberdade de escolher em qual time atuar. Isso causava uma sensação de escravidão dos jogadores, o pertencimento ao clube os impedia de tomar decisões sobre a própria carreira. Era possível, por exemplo, comprar o próprio *passé* caso conseguisse acumular o valor necessário para isso (lembrando que os salários não eram tão volumosos como é visto nos grandes clubes atualmente), criando o sentimento de que o trabalhador do futebol comprava sua própria “carta de alforria” (MARTINS; REIS, 2014, p. 432).

Surgida no cenário de emergência dos movimentos sociais e sindical, onde o embate contra a ditadura militar era latente nos grupos ligados à classe trabalhadora, a chamada Democracia Corinthiana expandiu a ideia da democracia e da cidadania para o ambiente futebolístico. Se for considerada a noção de nova cidadania, defendida por Dagnino (2005), a luta de novos atores pela formulação de novos direitos na luta cotidiana coloca os jogadores dentro do contexto de promotores da mudança do sistema na direção da democracia. Eles se tornam, dessa forma, atores sujeitos de uma cultura pela luta pelos direitos, de baixo para cima.

O time se constrói, cresce e se desenvolve sob essa relação profunda, ainda íntima, entre a torcida, os jogadores e toda a sua organização. A Gaviões da Fiel como a maior e principal torcida organizada do Corinthians representa tudo isso, carrega essas bandeiras e representa os torcedores do clube como se fossem o próprio clube.

EXPRESSÃO POLÍTICA DA TORCIDA: EXIBIÇÃO DA FAIXA DA ANISTIA

Os jogos de futebol de 1979 tiveram sua história marcada pelos conflitos fora do campo. A violência entre torcidas, a discussão sobre a liberação do uso de álcool dentro dos estádios e as discordâncias entre as torcidas e os dirigentes de futebol. Assim como mostrado mais à frente nesta seção, as torcidas passaram a ter um papel de quase protagonista nas discussões

e decisões sobre os rumos dos times futebol. Portanto, no final desta década, vê-se as torcidas terem um papel muito importante de influência neste espaço como um todo, tanto nas disputas com os dirigentes, quanto protagonizando as manchetes de jornal por causa da violência e das brigas de torcida. Florenzano (2019) relembra que a polícia encarregada da segurança em espetáculos esportivos era também aquela que atacava a subversão política, reprimia protesto e passeatas. Os métodos da caserna promoviam uma atuação policial truculenta que vitimava estudantes, sindicalistas e outros possíveis inimigos do regime.

O jogo que deu vitória ao Corinthians no Morumbi ocorreu embaixo de fortíssima chuva na cidade de São Paulo. Neste mesmo jogo foi possível ver algumas manifestações expressas em faixas levantadas pelas torcidas. Inclusive, uma delas fazia referência ao apoio a Nabi Chedid e Márcio para a eleição da Federação Brasileira de futebol. Ao mesmo tempo., mais acima, no anel superior da arquibancada do Morumbi, havia uma outra faixa muito mais significativa, embora, segundo relatos, tenha ficado aberta por pouco tempo. A faixa trazia a seguinte mensagem: “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. De acordo com Canale (2020), a ideia para a elaboração da faixa teve origem em uma conversa entre um dos fundadores da Gaviões, Francisco Malfitani, e o jornalista da *Revista Veja*, também corintiano, Antônio Carlos Fon, que também pertencia ao Comitê Brasileiro pela Anistia.

“Vamos fazer uma faixa da Anistia e vamos levar, você acha que dá para levar na Gaviões?”, claro que dá, vamos falar com os caras lá. Você faz a faixa, eu te encontro na porta do estádio, já aviso o pessoal da bateria, tenta esconder dentro do tambor da bateria, vamos abrir na hora que os times estiverem entrando em campo, com o estádio lotado. Aí os fotógrafos focalizam a manifestação da torcida, a gente já deixa vazar informação para alguns fotógrafos, que vamos apresentar uma coisa diferente, e aí quando a polícia chegar já foi fotografado. [...] A ideia foi do Fon, falou para mim, “o que você acha, dá na Gaviões? Você que é lá da cúpula”, “pô, claro que dá. Todo mundo ali vai topa”. [...] o Arthur Timerman, que é um médico infectologista conhecido, era da Gaviões, nos ajudou ali, Manchinha, todo mundo. A Gaviões sempre foi de esquerda (MALFITANI *apud* CANALE, 2020, p. 222).

Na mesma tese de Canale (2020), a fala de Carlos Fon dá uma perspectiva do momento do uso da faixa. Segundo ele, houve uma verdadeira comoção entre os torcedores da Fiel, a polícia militar tentava subir a arquibancada para alcançar os assentos mais distantes, forçando passagem entre os espectadores, que se espremiavam e davam os braços tentando impedir o acesso da polícia. Em meio aos gritos, os policiais recuaram e desistiram de tomar a faixa. Nesse momento, as rádios já estavam falando sobre a faixa, de acordo com Fon (*apud* CANALE, 2020), nos aparelhos de rádio a pilha colados nos ouvidos dos torcedores, a informação sobre a faixa ganhava amplitude. A reação no estádio foi de alegria entre os apoiadores da Anistia. O significado de solidariedade daquela mensagem dava orgulho aos torcedores:

Como a ideia era do Chico Malfitani e minha, nós dois ficamos encarregados de “pendurar o sino no pescoço do gato”, com a ajuda do professor Carlos Mac Dowell, que se apresentou como voluntário. Para isso foi escolhido um clássico – o jogo Corinthians x Santos – para a manifestação, enquanto o Luiz Eduardo Greenhalgh ficaria de plantão para o caso de um de nós ser preso. O Malfitani combinou com a direção da Gaviões da Fiel, mas no dia do jogo ele teve um problema pessoal e só conseguiu chegar ao estádio minutos antes da entrada do Corinthians em campo, o momento marcado para desfraldar a faixa (FON *apud* CANALE, 2020, p. 223).

A faixa se aproveitava da enorme visibilidade que o jogo teve, pela transmissão pela televisão e pelo público do estádio, a mensagem foi levada ao ar pelas emissoras que transmitiam o jogo. No dia seguinte, a notícia estava estampada nos principais jornais do país. Carlos MacDowell, que é santista, foi preso, mas liberado em seguida na saída do estádio.

O texto que traz a matéria deixa clara a necessidade do presidente da Gaviões de se colocar distante dos conflitos políticos da época. Por um lado, mostrando o seu interesse em obter vantagens para a agremiação, por outro, por possíveis apoios a candidatos a deputados, conforme sugeriria o próprio presidente do Sport Club Corinthians, Andrés, quanto para se defender de represálias do governo autoritário. Não fica claro se Andrés se manifesta contra a faixa por uma questão de autopreservação, no contexto da ditadura militar no país, ou se de fato ele não apoia aquela expressão em favor da Anistia Política. Malfitani e Fon tentam atribuir a Gaviões uma ideia de que a torcida sempre tivera sido de esquerda, ou com uma vocação para ser de esquerda, porque pertence à classe trabalhadora e representa a opinião das massas. Neste evento, Andrés recusa veementemente a posição política de esquerda da torcida, se colocando como uma visão política mais de direita. As diferentes visões mostram uma pluralidade dentro da organização, que é aceita e colocada em prática, como, por exemplo, nessas ocasiões. De qualquer forma, o comunicado publicado pela diretoria da Gaviões confunde a repressão e defende a torcida de possíveis agravos.

Segundo Canale (2020), esse evento que marcou uma parte do movimento pela anistia gerou uma campanha e outras manifestações como a ocorrida no jogo Corinthians e Santos, de fevereiro de 79, passaram a ocorrer sempre visando a cobertura jornalística e, ao mesmo tempo, o número de torcedores que presenciavam os jogos como uma enorme plateia “ao vivo”. Os torcedores aproveitavam que eram resguardados da violência policial e repressão justamente pela cobertura da mídia. No dia 4 de março de 1979, em um jogo entre Santos e Palmeiras, uma faixa que também defende a anistia foi exibida na torcida do Santos, resultando na prisão de um torcedor. No Dia do Trabalho, 1º de maio do mesmo ano, um evento compartilhado pelas torcidas do Santos e do Corinthians também foi realizado, em São Bernardo do Campo. Divulgado por panfletos nos estádios, o ato foi marcado pelo confronto entre as duas torcidas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1979a, n.p.).

Embora o presidente do Corinthians tenha falado em fevereiro que a faixa não representava uma manifestação de toda a torcida Gaviões da Fiel, uma matéria de agosto daquele mesmo ano mostra que era comum a torcida se expressar através de faixas. Na reportagem intitulada “Mateus, procure um novo técnico!”, fica evidente que a pressão dos torcedores pela escolha do técnico se dá através deste meio. A faixa exibida com a frase do título da reportagem sugere ao presidente do clube que ele troque de técnico dos jogadores. Em seguida, a fala do novo presidente da Gaviões da Fiel simboliza bem a força que a torcida tem perante o time:

Para demonstrar o quanto o Corinthians é um time diferente dos outros na filosofia dos seus torcedores, basta citar a seguinte definição de um desses milhares de fanáticos e fiéis corinthianos: Santa corte “todo time tem sua torcida. o Corinthians é diferente a torcida é que tem o time”

Já na quarta-feira, além dos gritos pedindo a cabeça de José Teixeira, o Grêmio Gaviões da Fiel, a mais antiga e representativa torcida organizada do Corinthians, apresentava uma faixa com um recado direto a Vicente Mateus: “Mateus, agora o técnico”.

Nada pela polícia, mas os Gaviões não se abalaram continuaram, continuaram gritando, e garantem que caso Mateus não demita Teixeira, A ira da fiel se voltará para ele. e alguém dúvida que se eles cismarem mesmo não serão capazes de levantar todos os corinthianos contra Vicente Mateus?

“O Mateus precisa entender que está a serviço do Corinthians e por extensão da torcida. ou a torcida do Corinthians não é o patrão? quem lota os estádios? sim paga os salários dos jogadores?” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1979b, n.p.).

Portanto, embora no evento da faixa de anistia o presidente da torcida, Andrés, tenha dito que a Gaviões da Fiel não tem qualquer relação com a exibição da faixa, é possível perceber pela reportagem de agosto de agosto que a exibição das faixas é uma atividade habitual da torcida, inclusive até nos dias atuais.

Figura 1 – Ilustração de manifestação nas arquibancadas



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 1979b.

Isso pode levar também a pensar que a recusa do compartilhamento da responsabilidade com relação à faixa pelo presidente pode significar somente uma defesa do time em um momento de autoritarismo, para que não sofressem represálias do governo ditatorial.

Independente da narrativa dada sobre a faixa da anistia, como ela foi contada no jornal, como ela foi repudiada pelo presidente da torcida, a exibição de faixas era recorrente. Como uma prática aceita pela Gaviões, o que importa aqui a ser discutido é que parte da torcida levantou uma bandeira política em meio a um jogo de futebol do time Corinthians, misturando assim o pensamento político dessa parcela dos torcedores com o futebol, um jogo exibido na televisão, em pleno domingo, entre dois dos maiores times do Estado de São Paulo.

O MOVIMENTO DA ANISTIA

Para entender como o Movimento pela Anistia se mistura à ação da torcida da Gaviões da Fiel, é importante compreender o que é esse movimento e como surgiu. O movimento da anistia não nasce do contexto futebolístico, nem se relaciona a ele particularmente. Durante a ditadura militar muitos presos políticos foram capturados somente em função de atividades de contestação ao sistema ditatorial. Frente a isso personalidades, principalmente ligadas à cultura, ao esporte, as igrejas e intelectuais, elaboram manifestos em defesa dos perseguidos pelo governo.

Em 1976, no velório do presidente deposto, Jango (João) Goulart, sua filha, Denise, colocou sobre o caixão de seu pai uma faixa com a palavra ANISTIA. No ano seguinte, 1977, o movimento se expandiu com a retomada dos protestos estudantis e a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), que logo teve a adesão de importantes entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a União dos Escritores Brasileiros, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Nas suas demonstrações pelo país afora, os estudantes estendiam faixas improvisadas pedindo anistia ampla geral irrestrita, que era reclamada pela nação silenciada pela opressão (LA SELVA, 2020).

Essas ocorriam nas universidades, nas ruas, nas praças e nas avenidas, apesar da repressão apresentada por tropas da polícia militar e das forças armadas; apesar das prisões; apesar das intimidações; apesar da violência; apesar das sevícias; apesar das ameaças e apesar das intimidações. Sua organização era feita nas residências, nos bares e nos centros acadêmicos das universidades. Erguia-se naquele momento a nobre consciência nacional, representada fielmente pela voz destemida e ousada de sua juventude estudantil. O grupo que representava a apresentação da faixa é o Comitê Brasileiro pela Anistia, do núcleo de São Paulo, em parceria com a torcida organizada Gaviões da Fiel.

A campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita é reconhecida como um dos primeiros movimentos nacionais unificados contra o Regime Militar no Brasil, surgido no contexto político de retomada de luta de resistência que envolviam múltiplos setores da sociedade civil. Nos anos finais dos anos de 1970, a campanha pela anistia, depois de dar seus primeiros passos no final da década de 1960, cresce e adquire suas formas mais articuladas a partir de 1975. Entre, aproximadamente, 1975 até 1979 (ano da aprovação da lei 6.683, mais conhecida como lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979), a Campanha pela Anistia ampliou-se, organizou-se e criou-se os Comitês Brasileiros de Anistias – CBA – que resultaram em inúmeras manifestações estudantis em protestos contra prisões arbitrárias e torturas de presos políticos em várias regiões do Brasil a fora. Ganhou apoio de vários setores da sociedade civil como a CNBB, Comissões de Justiça e Paz, OAB, ABI, movimentos Pró-UNE e vários DCE's livres do Brasil. A

campanha vai ganhar a adesão de presos políticos que aderiram a realização de inúmeras greves de fome em todo o país.

Nos anos de 1978 e 1979, a campanha da anistia conquista as ruas e espalha suas alianças com outros movimentos como é o caso do movimento sindical que emergia com força no contexto político e social do país, e promove em fabricas e áreas de trabalho, passeatas e outras manifestações, conquistando o apoio e a participação da classe trabalhadora urbana. Mas um evento peculiar ou inusitada começou a ocorrer entre o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo em parceria com o Grêmio Gaviões da Fiel, em fevereiro de 1979, em um clássico entre Corinthians e Santos no estádio do Morumbi para um público de mais de 109 mil torcedores, uma faixa com os dizeres “Anistia ampla, geral e irrestrita” fora aberta no meio do espaço da Gaviões da Fiel, televisionado e passando nos jornais no dia posterior ao fatídico jogo.

Foi a primeira vez que uma faixa de conteúdo político, desde muitos anos – não se esqueça da aplicação do Ato Institucional de número 5 implementado em 1968 – e transmitido ao vivo e para os veículos de grande circulação no dia posterior. Mas é necessário compreendermos o contexto histórico para pensarmos na importância desta faixa em pleno fevereiro de 1979, ou seja, diante de uma ditadura particularmente brasileira com abertura bastante característica do país, de forma lenta. Faz-se importante ressaltar:

Compreender o significado desta manifestação em plena ditadura militar é preciso analisar o contexto histórico em que parte da sociedade civil se organizou para lutar pela anistia e pensar no impacto do surgimento das torcidas organizadas e o seu papel político (BERTÉ, 2016, p. 31).

Os depoimentos de Carlos Fon e Carlos MacDowell, membros do CBA de São Paulo, foram as fontes para nossa pesquisa, que planejaram o ato no Estádio do Morumbi, junto com a participação de Chico Malfitani (um dos fundadores da Gaviões da Fiel e repórter na época) e Dentinho (diretor de bandeira da torcida no período em questão). No entanto, somente as narrativas de Carlos Fon e Carlos MacDowell são frutos das entrevistas que fazem parte “de um vasto material organizado pela Fundação Perseu Abramo, em 1999, em uma campanha de comemoração dos 20 anos da promulgação da Lei da Anistia.” Tais narrativas se posicionam contrárias aos discursos que associam a anistia ao esquecimento dos crimes ocorridos no período ditatorial. Na verdade:

As publicações organizadas pela Fundação Perseu Abramo trazem a ótica do dever da memória como um posicionamento político no sentido de não esquecer os crimes cometidos pela ditadura e “contar a história” da resistência desencadeada por personagens da luta pela anistia. O material organizado conta com documentos da época, com manifestos, panfletos, fotografias, cartas de presos políticos, exilados e familiares de mortos e desaparecidos e por fim, depoimento de cerca de cinquenta protagonistas da luta pela anistia que relembram a memória do movimento” [...] (BERTÉ, 2016, p. 32-33).

No entanto, a junção do CBA (SP) com a Gaviões da Fiel possibilitou uma propaganda para a causa do movimento da Anistia de maneira inimaginável e possibilitou a participação de

vários integrantes da torcida que se dispuseram a enrolar a faixa, colocar no instrumento musical, planejar como despistar da revista da polícia militar para que a faixa não fosse apreendida. Ou seja, um grupo da Gaviões participou do ato político em conjunto com Fon e Carlos MacDowell. A Gaviões da Fiel potencializou o movimento da Anistia, Ampla Geral e Irrestrita e o CBA (SP) ampliou o horizonte político de uma parcela do quadro da Gaviões e essa fusão acabou gerando na maior demonstração políticas no Brasil contra a ditadura num ambiente voltado para o esporte e o lazer, ou seja, arquibancada.

A pressão popular resultou na apresentação de um projeto de lei do senador Teotônio Vilela que pedia a reorganização democrática do país, enviada para aprovação no Senado em agosto de 1979. todo o movimento pela anistia, pulverizado pelo país, representou o início da derrocada da ditadura no Brasil e a restauração do estado de direito. Formou-se um verdadeiro clima de busca pela liberdade democrática (LA SELVA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se as experiências vividas pelos torcedores eram determinadas pela estrutura do futebol, o mesmo não pode ser dito da consciência em comum. Como argumenta Thompson (1987, p. 10), ao refletir sobre a consciência da classe trabalhadora inglesa, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. Trazendo tal reflexão para o ambiente do torcedor organizado paulista, a consciência se expressava no constante compartilhar das lutas, dos momentos de lazer, das reivindicações e mesmo dos sonhos de um futebol mais parecido com o do vizinho Rio de Janeiro.

Na contramão de concepções estruturalistas, surgiram na década de 1980 novos estudos acerca dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo. Tais estudos passaram a questionar as interpretações que definiam a passividade das ações da sociedade civil e a corrente estruturalista como detentora de um saber total. Assim, passou a ser questionado o papel passivo antes atribuído aos personagens que compunham estes emergentes movimentos sociais – pois eles teriam desenvolvido uma nova forma de pleitear seus direitos através de um modelo original de ação política. É nessa linha que se pretende trabalhar, buscando pensadores que, a partir no final da década de 1960 passaram a defender novas propostas interpretativas para além do marxismo clássico. Dentre estes pensadores destacam-se os nomes de Cornelius Castoriadis, Gilles Deleuze, Félix Guattari, E. P. Thompson, Perry Anderson, Claus Offe.

Pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas, tornaram-se assim os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais os estudos das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento. Foram tais influências, associadas ao momento político específico vivido então pelo Brasil – marcado pela eclosão dos movimentos grevistas do ABC, que resultaram na fundação do Parti-

do dos Trabalhadores, agregando intelectuais e lideranças de vários segmentos sociais, que acabaram por definir na historiografia uma nova forma de encarar a relação entre Estado e sociedade.

Busca-se, a partir de então, compreender uma nova modalidade de participação política, que teria se realizado sem nenhuma forma de atrelamento ao Estado ou a partidos políticos. Isso significa que a referência estatal estaria em crise: ao invés de o Estado aparecer como lugar e instrumento privilegiado das mudanças sociais, iniciava-se um processo de polarização, muitas vezes até maniqueísta, entre sociedade civil e o Estado. No decorrer do período ditatorial brasileiro e no período após a formalização dos Atos Institucionais, marca da restrição ampla dos direitos civis, tais análises apontariam, assim, para um profundo distanciamento entre a sociedade civil e o Estado. Exemplo maior desse tipo de concepção é o de Sader (1988), que procurou analisar os movimentos sociais brasileiros através de uma abordagem culturalista.

Sader contribui com os estudos acerca das organizações civis ao perceber os novos sujeitos sociais e históricos que nascem dos movimentos sociais. Embora fossem ações coletivas, esse sujeito não se apresenta como portador da universalidade definida a partir “de uma organização determinada que operaria como centro, vetor, teias das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos de engrenagens da máquina organizadora.” (1988, p. 95) O novo sujeito estaria, neste caso, intimamente ligado às ações travadas no cotidiano popular, nas conversas com seus iguais, onde tomava consciência dos seus direitos violados, da escassez de serviços básicos, da defasagem salarial etc.

Como consequência, tais autores passam a enxergar novos espaços de organização política em locais como as reuniões entre moradores das múltiplas Associações de Bairros e nos encontros entre membros das CEBs da Igreja Católica. Foi dentro desses novos espaços que, segundo Paoli (1995), teria se articulado um discurso “contra o Estado”, baseado na percepção de um “antagonismo radical” que fazia das demandas dos movimentos sociais um meio de que eles viessem a se pensar “de modo autônomo sem o pesado estigma de serem figurações passivas, ou clientelizadas, da dinâmica estatal”. Ao focar sua atenção em movimentos de reivindicação mais direta frente ao Estado, tais análises acabaram por desconsiderar outros universos de ação que podiam assumir caráter igualmente político. É o caso, dentre outros, do universo do futebol.

Segundo Florenzano (2009, p. 131), o movimento do Parque São Jorge, ao provocar “a fusão do jogador com o cidadão”, teria expressado nos campos “a luta de um povo pela liberdade pública (...)”. Mais do que simplesmente espelhar essa luta, no entanto, ele chegou a efetivamente alimentá-la, disseminando socialmente os ideais que a sustentavam. Além da fusão do jogador com o cidadão, havia assim similarmente a fusão entre os torcedores e a cidadania.

O processo, no entanto, tem suas naturais ambiguidades. Uma pista para a compreensão de tais ambiguidades é dada pela análise do conflito interno que então se instaura no seio

da maior torcida organizada do Corinthians, a “Gaviões da Fiel” – que se expressa já no dramático caso da exposição da faixa em 1979 em prol da Anistia. É interessante verificarmos que há versões antagônicas para a exposição desta faixa. Para Santos (2004, p. 51-52):

Numa época de ditadura, a Gaviões foi a primeira entidade que abriu uma faixa – ‘anistia ampla e irrestrita’ – para cem mil pessoas. Na época o pessoal que estava saindo do país veio pedir para a Gaviões porque eles aceitaram a ideia Gaviões. Eles disseram que ninguém tinha coragem de abrir uma faixa para cem mil pessoas: ‘você vão abrir’ e os Gaviões compraram a briga. (...). Na época foi todo mundo para o banquinho do Doi-Codi. O presidente na época era o Julião e os policiais vieram aqui e pegaram todo mundo. Ninguém tinha feito isso na época da ditadura, então os Gaviões eram uma força diferente das outras torcidas.

No entanto, Florenzano (2009), mostra uma outra versão para este mesmo caso. Citando um jornal de época, *Movimento*, o texto afirma que o:

“presidente do grêmio Gaviões da Fiel” – André Moreno Castillo – ‘fez de tudo para mostrar que os ‘Gaviões’ não tinham nada com a faixa aberta no Morumbi’. Mais ainda: apressou-se em dizer que é apolítico, mas não negou que trabalhou na campanha de Cantídio Sampaio, um dos mais reacionários deputados da Arena paulista. O que Castillo não diz é que começa a se consolidar um grupo de oposição dentro dos Gaviões, com a mesma “garra” da Fiel, mas sem ignorar os interesses mais gerais da população. E suspeita-se, teria sido esse grupo dissidente o responsável pela oportuna faixa. (FLORENZANO, 2009, p. 417).

Possivelmente, Santos tenha resgatado uma versão mais próxima a uma espécie de mito fundador da instituição que está atrelada com grandes acontecimentos. No entanto, a reconstrução da memória do ex-presidente da Gaviões da Fiel, Douglas Deúnguro, citado por Santos, não expressa os desacordos e conflitos dentro da Gaviões. Neste contexto, acreditamos que havia uma polaridade de posicionamentos políticos dentro da instituição: se seu presidente apoiava um candidato conservador, a colocação da faixa mostra a ausência de homogeneidade política interna da torcida. Ao utilizarem sem o aval do presidente o espaço da Gaviões da Fiel na arquibancada do Morumbi com a finalidade de externarem suas respectivas convicções políticas, alguns de seus componentes indicavam que, na torcida, aquele estava ainda longe de ser um ideal consensual.

Nem só nas arquibancadas, no entanto, se notava esse tipo de divergência. Dentro do elenco do Sport Clube Corinthians Paulista, podemos também apontar o descontentamento de alguns jogadores que viam na *Democracia Corinthiana* um movimento comandado por dois ou três privilegiados. É o caso do goleiro Rafael, que comentara como ele percebia o funcionamento da *Democracia*. Vejamos a conclusão que Rafael fazia do movimento: “(...) aqui três decidem e o resto tem que dizer amém (...). Eu não sei onde está a democracia que tanto apregoam por aí. Para mim não passa de uma ditadura.” Além de Rafael, encontravam problemas na condução do movimento jogadores importantes do elenco como Biro-Biro, Alfinete, César e Leão.

No entanto, estes conflitos e contradições não invalidam a importância que a *Democracia Corinthiana* teve na disseminação de certo ideal democrático – antes pelo contrário. Pode-

mos interpretar que os múltiplos conflitos são sinais claros que o ideal democrático não era propagado pela torcida ou pelos jogadores de maneira orgânica e/ou homogênea, mas é da interação entre parte da torcida e parte dos jogadores que ele começara a fortalecer. Essas divisões internas entre torcida e jogadores foram crescentemente superadas e o movimento acabou conquistando expressão.

Outra experiência que mostra a potência social que o mundo das arquibancadas paulistas experimentou foi a criação da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo). Essa instituição fundada em 1976, reuniu as principais torcidas organizadas da cidade de São Paulo, Campinas e Interior para reivindicar melhores condições de acesso ao estádio, infraestrutura mais humana para os torcedores, melhor planejamento dos campeonatos regionais e nacional, preço acessível e justo dos ingressos, etc. O primeiro presidente da ATOESP foi o influente fundador nº 1 da Gaviões da Fiel Flávio La Selva, que pretendia transformar as torcidas organizadas em múltiplos espaços culturais. Seria a ideia de alterar a condição de torcedores comuns para novos torcedores ativos artisticamente e politicamente? A pretensão de La Selva era uma espécie de voo de cidadania para os representados da ATOESP da sua gestão.

REFERÊNCIAS

BERTÉ, Isabela Lisboa. “Anistia ampla, geral e irrestrita” – um estudo sobre a relação entre futebol, luta pela anistia e torcidas organizadas. *In*: ANJOS, Luiza Aguiar dos (org.). **Resenhas de Arquibancada**: publicações do Grecco no Ludopédio. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, 2018. p. 31-41. (Coleção Grecco)

CANALE, Vitor dos Santos. **Um movimento em muitas cores**: o circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988-Uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo). 2020. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais e Projetos) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neo-liberal. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-65, jan./abr, 2005.

FLORENZANO, José Paulo. **Democracia Corinthiana**: práticas de liberdade no futebol brasileiro, São Paulo: FAPESP; EDUSC, 2009.

FRANCO, Augusto de. **O PT e o Marxismo**. São Paulo: Teoria & Debate, 1991.

LA SELVA, Wanda. **O escudeiro de São Jorge**: Flávio La Selva e a Gaviões da Fiel. São Paulo: Observador Legal, 2020.

MARTINS, M. Z.; REIS, H. H. B. Cidadania e direitos dos jogadores de futebol na Democracia Corinthiana. **Revista Brasileira de Educação Física e do Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 429-440, jul./set., 2014.

MATHEUS, procure um novo técnico!. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 ago., 1979b.

O 1º de maio no Pacaembu vazio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 mai., 1979a.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. *In*: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**: “Sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero, 1995.

REGIS, Victor Martins. **O acontecimento democracia corintiana**: cartografando estratégias de resistência ao mundo da subjetivação capitalística através do plano das práticas esportivas. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SADER, Emir. **E agora, PT**: caráter é identidade, São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1988.

SANTOS, C. **Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas**: paixão, rito e magia no futebol. São Paulo: Annablume, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo, Paz e Terra, 1987.



DEMOCRACIA PARA ALÉM DE UM SISTEMA DE GOVERNO: PERIGOS DE UMA DIFERENÇA MÍNIMA NO PLEITO ELEITORAL

DEMOCRACY BEYOND A GOVERNMENT SYSTEM: DANGERS OF A MINIMUM DIFFERENCE IN THE ELECTORAL CALL

COSTA DE SOUZA, Dalyson Diego *

* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: dalyson_dado@hotmail.com.

RESUMO

A presente discussão visa a análise da democracia brasileira, mais precisamente nos pleitos eleitores de 2014 e de 2022, em que ambos tiveram diferenças mínimas de votos entre os candidatos eleitos e os candidatos derrotados. Busca-se por intermédio da História do Tempo Presente e da História Social entender, contextualizar e comparar fatos ainda em curso em nosso sistema democrático e as relações de poder que esse sistema gera, efervesce e mantém. Assim, objetiva-se compreender quais possíveis perigos da diferença mínima de votos podem representar a um governo eleito. Pontua-se que, embora haja discrepância minoritária de votantes, o fato não representou efetivamente uma derrocada do governo anterior (2014-2016), apesar dessa parcela social ter promovido movimentos sociais prós e contras o governo instituído ao longo dos anos, não sendo essa diferença um ponto determinante para um possível golpe ou queda do governo recém-eleito.

Palavras-chave: Brasil; Democracia; Pleito Eleitoral.

ABSTRACT

The present discussion aims to analyze Brazilian democracy, more precisely in the 2014 and 2022 elections, in which both had minimal differences in votes between the elected candidates and the defeated candidates. Through the History of the Present Time and Social History, we look to understand, contextualize, and compare facts still in progress in our democratic system and the power relations that this system generates, effervesces, and supports. Thus, the goal is to understand what dangers the minimum difference of votes can represent to an elected government. It is pointed out that, although there is a minority voter discrepancy, the fact did not effectively represent a defeat of the previous government (2014-2016), although this social portion promoted social movements for and against the government instituted over the years, not being this difference a determining point for a possible coup or fall of the newly elected government.

Keywords: Brazil; Democracy; Electoral Call.

INTRODUÇÃO

A democracia muitas vezes é trazida à tona e debatida somente em momentos de disputa política, seja pelos políticos, pela imprensa ou mesmo pela própria sociedade que evoca o nome “democracia” como se essa fosse em si um sistema de governo, quando na realidade não o é, pelo menos não por si só. Democracia, em seu sentido primordial, é o poder do povo, ou ainda a vontade da maioria ou como posta na Constituição Federal de 1988 a “soberania popular”, em outros termos, democracia poderia ser descrita como o respeito pela escolha da maior parcela social em detrimento da parcela minoritária, contudo, é importante destacar diferenças do que seja um corpo social majoritário e do que seja um corpo social minoritário dentro de um todo.

Poder-se-á definir democracia segundo Samuel P. Huntington (1994) ou Robert A. Dahl (2001) como democracia burguesa, que Huntington (1994) pontua em ondas e ondas reversas, nas quais o Brasil faria parte da terceira onda de democratização e que estaria fundado em uma democratização do tipo transformação que o cientista político estadunidense sinaliza com dois problemas: o primeiro de ordem da rutura não evidente com o sistema autoritário e o segundo no campo social, econômico e cultural em que “a característica da transformação brasileira é virtualmente impossível dizer-se em que ponto o Brasil deixou de ser uma ditadura e tornou-se uma democracia” (HUNTINGTON, 1994, p. 130). Em muitos aspectos essa impossibilidade terá fortes impactos na sociedade brasileira ao longo dos anos.

Todavia, como bem coloca Dahl (2001), a democracia é inconstante assim como suas chances, mas o cientista político pondera que embora “não possamos contar com forças históricas benevolentes para favorecer a democracia, não somos simples vítimas de forças cegas sobre as quais não temos nenhum controle” (DAHL, 2001, p. 35), assim sendo, devemos a cada instante fortalecer e melhorar nosso sistema democrático para que ele não seja desmontado ou destruído.

Neste sentido, o presente artigo visa atingir por intermédio de uma metodologia comparativa, uma análise possível do pleito eleitoral de 2014, ganho pela presidenta Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT, e o recente pleito eleitoral de 2022, ganho pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Ambos triunfaram com diferenças mínimas de votos, cujo governo de Dilma Rousseff foi abreviado por interpelo daquilo que Jessé Souza pontua como sendo um “golpeachment” (SOUZA, 2017, p. 119) em 2016, bem como o governo recentemente empossado, mas que conta com alguns capítulos iniciais bastantes marcantes.

Acerca da História do Tempo Presente, de acordo com Henry Rousso (2016), encontra-se no passado próximo que possibilitou “marcas a ferro quente, nos corpos, nos espíritos, nos territórios, nos objetos” (ROUSSO, 2016, p. 19) e que ainda reside no imaginário da sociedade num constante “morto e/ou vivo” - onde há um moderador constantemente dizendo “vivo” ou “morto” aos participantes com o intuito de eliminar os integrantes do jogo. Assim, lembrado e

esquecido quando convir, trazendo à tona relações de poder que a História Social tem como constructo, pois em conformidade com Michel Foucault (1999) o poder gera efeitos, “produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 1999, p. 218).

Focando objetivamente nos possíveis perigos que uma diferença mínima de votos pode representar a um governo, visto que esta foi a menor diferença já registrada nas eleições brasileiras, em que Luiz Inácio Lula da Silva, presidente eleito, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, obteve 60 milhões de votos (50,90%) e o candidato a reeleição Jair Messias Bolsonaro, candidato derrotado, do Partido Liberal – PL, obteve 58 milhões de votos (49,10%), gerando uma diferença de 2,1 milhões de votos, sendo ainda menor em relação ao pleito que elegeu Dilma Rousseff, que obteve 54 milhões de votos (51,64%) contra a do candidato derrotado Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, que alcançou 51 milhões de votos (48,36%), tendo como diferença 3,4 milhões de votos, proclamado pelo TSE no dia 9 de dezembro de 2014.

Considera-se, entretanto, que se trata da primeira eleição presidencial, desde a redemocratização, em que o candidato que disputava a reeleição veio a perdê-la, vale reiterar, a primeira eleição na qual ambos os candidatos obtiveram mais de 50 milhões de votos no primeiro turno, por fim, que o número de abstenções do segundo turno foi menor do que no primeiro turno das eleições presidenciais, em outras palavras, a eleição presidencial mostrou-se como uma das mais disputadas, a que mais dividiu a sociedade e a que indica um governo sob ataques, a título de exemplo, as manifestações claramente antidemocráticas em muitos lugares do Brasil, onde manifestantes pedem “intervenção militar” nos portões de quartéis, desejando e pedindo por intervenção federal. Diversas reportagens sobre as manifestações e outros atos que aconteceram após as eleições do dia 30 de outubro 2022 no Brasil podem ser vistas no site de notícias da CNN Brasil, cujas ações desemboca nos atos de extremo vandalismo, para não dizer terrorismo, proporcionados no dia 8 de janeiro de 2023 no Palácio do Planalto, em Brasília, capital da República.

Pondera-se que a polarização política não é negativa, ao menos não deveria ser, pois ter outras opções é importante dentro do quadro político de uma sociedade democrática, ou seja, outros projetos de país, de gestão pública e de visão de mundo. Tais embates fazem parte ao desenvolvimento social de uma nação democrática, todavia, essa polarização necessita de informações de qualidade, isto é, de uma mídia que politiza seus cidadãos, de uma sociedade mais esclarecida, ou seja, mais crítica e autocrítica das informações que recebe e que fornece.

Desse modo, o presente artigo estrutura-se em três pontos, o primeiro deles sobre “o panorama das eleições presidenciais de 2014”, expondo alguns dos contratemplos que os resultados das eleições do referido ano apresentaram ao governo reeleito, passando ao segundo ponto “o panorama das eleições presidenciais de 2022”, exibindo o cenário da disputa eleitoral

recentemente terminada, por fim, as “considerações finais” de um presente em curso, chamando atenção aos perigos que o novo governo eleito enfrentou, está enfrentando e pode vir a enfrentar, e ponderando algumas das diferenças daquele que sofreu um golpe (2014-2016) e este (2022), há pouco tempo, empossado.

PANORAMA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014

A eleição presidencial de 2014 disputada entre a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT), e o candidato Aécio Neves (PSDB), de acordo com o site de notícias G1, teve em um universo de 112 milhões de votos apurados um montante de 7 milhões de votos nulos e brancos, juntamente claro, com os 54 milhões da candidata eleita e os 51 milhões do candidato derrotado, além disso teve ainda uma taxa de abstenção de 30 milhões de votantes, que não foram as urnas no segundo turno, ou seja, pessoas/eleitores aptos ao exercício do voto, contudo, insatisfeitos com ambos os candidatos optaram pela abstenção, seja por motivos políticos ou pessoais como viagem, problemas de saúde, entre outros.

Poderíamos ponderar que as constantes manifestações iniciadas em junho de 2013 no país poderiam ter gestado as abstenções, entretanto, de acordo com reportagem do site da CNN Brasil, a taxa de abstenção tem se mantido constante nas eleições presidenciais do Brasil, apontando que as manifestações pouco motivaram para uma não ida aos locais de votação por parte da população. Em todo caso são 37 milhões de pessoas que, ou anularam ou não foram as urnas depositarem seus votos, não queriam nenhum dos candidatos como seus representantes máximos. Além dessa massa de insatisfeitos com ambos os candidatos havia ainda uma gama de eleitores que optaram pelo candidato derrotado, igualmente, inconformados, isto é, os 37 milhões de abstenções e os 51 milhões dos contrários ao candidato eleito a soma revela 88 milhões de pessoas, porém, este contingente populacional deve ser ponderado, relativizado e analisado, pois em sua integralidade não formavam oposição, mas evidenciam um número expressivo de pessoas, que de certa maneira mostravam-se insatisfeitas.

O alto número de pessoas inconformadas inclui, ainda, o não aceite do candidato derrotado como empecilho, igualmente perigoso ao sistema democrático, uma vez que “a liderança política a torna real. Para as democracias se tornarem reais, as futuras elites políticas terão que acreditar minimamente que a democracia é um mal menor como forma de governo para suas sociedades e para elas próprias” (HUNTINGTON, 1994, p. 307), ou seja, o não aceite de Aécio Neves, o qual em diversas entrevistas após a derrota, em reuniões com seus pares políticos ou ainda passando-se anos, menciona que havia perdido não para a candidata eleita e sim por outros fatores, como aponta a entrevista publicada pelo jornal Estado de Minas em 2022, quando disputava uma vaga de Deputado Federal no pleito eleitoral de 2022 do resultado eleitoral

de 2014, foi sendo maximizado ao longo do tempo e tornando-se um mecanismo de manobra para pressionar o governo.

Outro perigo apresentado pelo pleito eleitoral de 2014, o Congresso, esse que, segundo reportagem do R7, teve os parlamentares mais conservadores eleitos desde 1964. Esse dado demonstra que o governo reeleito não teria vida cômoda – como não teve – para governar. Além disso, a eleição ganha por Eduardo Cunha, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para presidência da Câmara dos Deputados, vencida contra um candidato Arlindo Chi-naglia, do PT, transformou à governabilidade em algo limitado ou mesmo paralisado, muito em-bora Cunha tenha alegado em seu pronunciamento após eleição como chefe da Casa dos De-putados que não germinaria problemas ao governo. Inúmeros outros atritos ocorreram findando com o processo de impeachment ou golpeachment de Dilma Rousseff, a qual teve, assim, seu mandato como presidenta da República abreviado, ressalta-se, não por incapacidade ou ilegalidade, mas por um golpe jurídico, parlamentar e midiático.

PANORAMA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

As eleições presidenciais de 2022, pode-se dizer, não se iniciam no referido ano, mas em 2018 quando os candidatos a eleição Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal – PSL, estavam cotados para disputar as eleições, porém, por intermédio da justiça, tanto a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva quanto sua liberdade foram removidas, deixando em seu lugar, como candidato, seu companheiro de partido Fernando Haddad, esse que não obteve êxito em derrotar seu adversário eleitoral, decretado o 38º presidente do Brasil em 2018.

Após quatro anos, esse embate estava no horizonte político brasileiro, sem sombra de dúvidas, como um momento político de importância, tendo-se em mente a quantidade de fatos ocorridos, isto é, primeiro candidato à reeleição não eleito, primeira vez que dois candidatos atingem 50 milhões de votos no primeiro turno nas eleições presidenciais no Brasil, primeiro candidato democraticamente eleito pela terceira vez. Antes da redemocratização, Getúlio Vargas foi eleito por três vezes presidente do país, todavia, uma das vezes em que Vargas elegeu-se foi por intermédio de um Golpe de Estado (1937) dado por ele e seu grupo político. Vale dizer, tratou-se da primeira vez que o número de abstenções no segundo turno foi menor do que no primeiro turno, ou seja, uma disputa sem precedentes, cuja real dimensão ou mesmo a expressão do real significado dos acontecimentos decorridos no dia 30 de outubro de 2022 constituem um campo de análises em aberto.

Entretanto, a disputa passou por vários capítulos antes de encontrar seu fim no dia da votação. Os debates realizados nas emissoras de televisão do país obtiveram enormes e fortes repercussões no cenário nacional e internacional – reportagens dos jornais digitais *Poder 360*

ou *BBC News Brasil*, ainda mais nas redes sociais e na geração de informações falsas. Dos quatro debates que deveriam existir no segundo turno entre os candidatos, somente dois deles de fato ocorreram embates, o primeiro realizado no dia 16 de outubro pelo *UOL*, *Band*, *TV Cultura* e *Folha de S. Paulo* e o segundo em que ambos estiveram frente a frente foi no último debate 28 de outubro idealizado pela *TV Globo*, a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva optou por não comparecer aos debates do *Pool* formado pelo *Estadão*, *Rádio Eldorado*, *SBT*, *CNN*, *Veja*, *Nova Brasil* e *Terra* (21 de outubro), e o segundo orquestrado pela *Record TV* (23 de outubro) – Dados do site *UOL*, sobre os debates presidenciais do segundo turno. Vale enfatizar que Jair Messias Bolsonaro em 2018, fez campanha semelhante à de seu concorrente em 2022, de não comparecer aos debates do segundo turno naquela eleição.

Capítulo à parte, a operação, que paralisou as estradas, “blitz” realizada pela Polícia Rodoviária Federal – PRF, em sua maioria em cidades do Nordeste que teve fortes indícios de favorecimento político-partidário, uma vez em que o diretor-geral da PRF, havia declarado voto ao candidato Bolsonaro e que as operações no dia da eleição estavam cessadas pelo TSE, sendo dessa maneira crime eleitoral e segundo o site de notícias *Brasil de fato*, intimando a PRF para explicações, pois, representava um claro impedimento da liberdade de voto do cidadão parado nas estradas.

Por fim, passado o pleito eleitoral e sacramentada a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, dois pontos estavam no horizonte, o primeiro deles a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 32/22, conhecida como “PEC da Transição”, que visa o aumento do teto de gastos em 145 bilhões no Orçamento de 2023, podendo assim bancar políticas públicas prometidas em campanha, a título de destaque pelos dois candidatos em disputa. A PEC da Transição, inclusive, foi um mecanismo para tentar solucionar o desmonte em que o governo Bolsonaro deixou o Brasil, de acordo com o Relatório final do Gabinete de transição governamental gerenciado por Geraldo Alckmin.

O segundo dos pontos o “Orçamento secreto”, este que é a Emenda de Relator do Orçamento e, com isso, deputados e senadores podem fazer sugestão de verbas sem a necessidade da identificação, por isso orçamento secreto, o que leva a pensar que poderia ser um meio dos parlamentares mais próximos do governo serem favorecidos pelas emendas de relatores, chamado por Simone Tebet como um possível “maior esquema de corrupção do planeta terra” (TEBET, 2022). Esses dois pontos iriam determinar como seria o início do novo governo e como ele iria gerir uma negociação para não ficar refém do Congresso e assim ter ao seu alcance a governabilidade do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que o sistema eleitoral no Brasil independe da diferença de votos entre os candidatos, contudo, considera-se que os governos de Dilma Rousseff e Luiz Inácio

Lula da Silva não são iguais, nem mesmo as circunstâncias que estão dispostas politicamente estavam disponíveis à Dilma Rousseff em seu segundo mandato, muito embora, a discrepância minoritária de votos seja um ponto de similitude. Os modos como Dilma Rousseff lidou com as questões foram determinantes para os acontecimentos. Os ganhos de Lula nos primeiros momentos de presidência demonstram que há uma diferença na governança.

Dilma Rousseff, encontrou desde o primeiro momento indicadores que levaram aos embates, como sua articulação política com a Câmara dos Deputados e com o Senado, perdendo, dessa forma, apoio necessário à governabilidade do país, destaca-se, nesses termos que questões de gênero permitem ampliar a reflexão. Seu impedimento como presidenta do Brasil, ressalta-se, revela um golpe jurídico, parlamentar e midiático, não incapacidade ou ilegalidade. Luiz Inácio Lula da Silva, seja por conhecimento, habilidade ou uma maior vivência política proporcionou ao seu início de governo uma estabilidade e gerência das políticas públicas prometidas.

O triunfo do fim do Orçamento Secreto, que poderia ser um empecilho enorme ao governo dele, gerou a segunda vitória, visto que a pauta seletiva da corrupção tem a tendência de voltar com ainda mais força neste novo governo e o orçamento secreto, fruto e herança do governo Bolsonaro, seria um saboroso meio para embasar essa pauta. Pondera-se que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil nem mesmo completou 100 dias, mas que deve ser fruto de estudos, pois, de acordo com Rouso (2016), a história estabelece-se para com os vivos, um dever para com a sociedade, e não apenas como ato de rememorar ou questionar os mortos e que o passado é um espaço de vivências que podem ser utilizadas como modo de compreensão do presente e destrinchar o futuro.

REFERÊNCIAS

AÉCIO Neves sobre 2014: “Não perdi para a Dilma, mas para o Bolsa Família. **Estado de Minas**. 15 set. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/15/interna_politica,1394040/aecio-neves-sobre-2014-nao-perdi-para-a-dilma-mas-para-o-bolsa-familia.shtml. Acesso em: 12 fev. 2023.

CUNHA diz que sua eleição não vai gerar prejuízos à governabilidade. **Câmara dos Deputados**. 1 fev. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/449508-cunha-diz-que-sua-eleicao-nao-vai-gerar-prejuizos-a-governabilidade>. Acesso em 12 fev. 2023.

DAHL. Robert A. **Sobre democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

ELEIÇÕES 2014. Apuração de votos para presidente. **G1**. 27 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ELEIÇÕES 2014. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz diap. **r7**. 6 out. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-diz-diap-06102014>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ELEIÇÕES: mídia internacional destaca ofensas em debate. **Poder 360**. 29 out. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/eleicoes-midia-internacional-destaca-ofensas-em-debate/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ELEIÇÕES 2022: oito momentos que marcaram o debate da Globo entre Lula e Bolsonaro. **BBC News Brasil**. 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63421887>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ELEIÇÕES 2022: quando serão os próximos debates presidenciais do 2º turno? Veja datas. **UOL**. 16 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/16/datas-debates-presidenciais-2022.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

EM CENÁRIO inédito no país, abstenção no 2º turno é menor do que no 1º. **CNN Brasil**. 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-cenario-inedito-no-pais-abstencao-no-2o-turno-e-menor-do-que-no-1o/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FLOW Podcast. SIMONE TEBET – Flow #95. YouTube. 18 ago. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ve_pP4VFDkY&t=0s. Acesso em: 13 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vorazes, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: A democratização no final do século XX. São Paulo. Editora Ática, 1994.

MANIFESTAÇÕES. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/manifestacoes/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PEC da Transição é promulgada pelo Congresso. **Câmara dos deputados**. 21 dez. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/931149-pec-da-transicao-e-promulgada-pelo-congresso/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RELATÓRIO da transição mostra que governo Bolsonaro desmontou o estado brasileiro. **CUT**. 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/relatorio-da-transicao-mostra-que-governo-bolsonaro-desmontou-o-estado-brasileir-88b3>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro:

FGV Editora, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições Geral Ordinária 2022. **TSE**. 31 out. 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/votacao-nominal;e=545;cargo=1;uf=br>. Acesso em: 12 nov. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial. **TSE**. 9 dez. 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: 12 nov. 2022.

TSE intima PRF a explicar operações no Nordeste; diretor-geral pede voto para Bolsonaro. **Brasil de Fato**. 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/30/tse-intima-prf-a-explicar-operacoes-no-nordeste-diretor-geral-pede-voto-para-bolsonaro>. Acesso em: 12 fev. 2023.



A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA E SEUS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO: O DOI-Codi

LA DICTADURA CIVIL MILITAR BRASILEÑA Y SUS ÓRGANOS DE REPRESIÓN: EL DOI-Codi

BRAIT SILVA, Sandro Moret *
SERRANO NUNES, Silvio Gabriel **

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UNISA); Licenciado em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); Pós graduado (lato sensu) em LIBRAS pela Universidade Anhanguera (UNIDERP); Pós graduado (lato sensu) em educação especial e inclusiva pela Faculdade de Educação São Luiz (FACULDADE SÃO LUIZ); Licenciado em geografia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR); Coordenador Pedagógico da Prefeitura Municipal de São Paulo; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Fieo (UNIFIEO). E-mail: sandromoretbs@hotmail.com.

** Doutor, mestre, licenciado e bacharel em Filosofia pela USP, estágio de Doutorado na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, advogado, bacharel em Direito pela PUC-SP, especialista em Direito Administrativo pela FADISP, professor da Escola Superior do TCM-SP; professor do programa de Mestrado Acadêmico em Direito Médico e do programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA. E-mail: serrano.nunes@gmail.com.

RESUMO

Após a instalação do regime militar no Brasil, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, o governo utilizou de instrumentos jurídicos para legitimar suas políticas de Estado. O artigo lança um olhar sobre os órgãos de repressão com especial atenção para Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), também conhecidos pelas siglas DOI-Codi ou Codi-DOI. Desse modo, a análise problematiza lugares, sujeitos e práticas no entorno do órgão repressor em São Paulo e mapeia entre os autores consultados a relação que se estabelece com a chamada Vala de Perus. A partir da pesquisa bibliográfica o artigo identifica na rotina dessas agências os principais meios de tortura utilizados pelo regime militar nas ações de repressão contra seus desafetos. A conclusão permite aferir que as ações repressivas promovidas pelo Codi-DOI evidenciam sua condição de dispositivo desaparecedor e seu caráter como modelo da política nacional repressiva no âmbito em que se insere.

Palavras-chave: Repressão; Métodos e Instrumentos de Tortura; Interdisciplinaridade.

RESUMEN

Luego de la instalación del régimen militar en Brasil, durante el golpe cívico-militar de 1964, el gobierno utilizó instrumentos legales para legitimar sus políticas de Estado. El artículo hace un recorrido por los cuerpos de represión, con énfasis en el Destacamento de Operaciones de Información (DOI) y el Centro de Operaciones de Defensa Interna (Codi), también conocido por las siglas DOI-Codi o Codi-DOI. De esta forma, el análisis problematiza lugares, sujetos y prácticas en torno al cuerpo represivo en São Paulo y mapea entre los autores consultados la relación que se establece con la llamada Zanja de los Pavos. Con base en la investigación bibliográfica, el artículo identifica en la rutina de estos organismos los principales medios de tortura utilizados por el régimen militar en las acciones de represión contra sus enemigos. La conclusión permite inferir que las acciones repressivas promovidas por el Codi-DOI muestran su condición de dispositivo en extinción y su carácter de modelo de la política nacional represiva en el contexto en que opera.

Palabras clave: Represión; Métodos e Instrumentos de Tortura; interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

Durante o período da ditadura civil militar brasileira (1964-1985), para atender a proposta vigente atribuída à política de Segurança Nacional, foram criados órgãos repressivos responsáveis por monitorar, por dismantelar e por aniquilar grupamentos contrários ao governo estabelecido. Estes atuavam basicamente no monitoramento para captação de informações e na execução das tarefas, onde concentravam sua face mais sinistra, pois disseminavam o terror por seus métodos e meios utilizados produzindo desaparecimentos, torturas e execuções contra suas vítimas. Sua “relevância” para o regime militar ultrapassava a condição de dispositivos desaparecedores - alvo do presente estudo - como um microcosmos da política de Segurança Nacional.

Em 1961 o Presidente João Goulart (1919-1976) assume a Presidência da República Federativa do Brasil após a renúncia do Presidente Jânio Quadros (1917-1992) de quem era Vice-Presidente; na medida em que o novo governo foi se desenvolvendo sua administração foi marcada desde a posse por intensa instabilidade política que alcançou o clímax quando anunciou sua intencionalidade em promover as chamadas reformas de base no país. Após o comício das reformas e envio de mensagem ao Congresso Nacional houve forte reação de setores civis e militares de oposição, assim, no dia 31 de março de 1964 um movimento político civil-militar depôs o Presidente João Goulart. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014a).

Em 9 de abril de 1964, o governo provisório formado por uma junta militar, mediante Ato Institucional, suspendeu as garantias legais de servidores públicos civis e militares com possibilidade de prisão aos opositores e convocou o Congresso Nacional para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República. No dia 11 de abril de 1964 foi eleito Presidente do Brasil, por votação indireta, o General de Exército Humberto Castelo Branco (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014a).

Vigilância, censura e repressão fizeram parte do governo militar e essas propostas integraram a legislação que incluía a Lei de Segurança Nacional, leis de censura, atos institucionais e complementares, a Constituição de 1967 e suas emendas. Nesse contexto, foi criado em junho de 1964 o Serviço Nacional de Informações (SNI) que representava o núcleo de uma rede de vigilância e informações que permeava a sociedade e a administração pública; também atuava junto ao serviço burocrático público por intermédio das Divisões de Segurança e Informação (DSI) e nos principais órgãos públicos por meio da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014b).

Diante desse quadro, apoiado no repertório teórico de caráter bibliográfico e documental que fundamenta qualitativamente as análises, o artigo elabora um olhar sobre o tema, fundamentalmente, sob a perspectiva dos estudos de Marcelo Godoy em sua obra *A casa da vovó: uma biografia do doi-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*, além dos diálogos com outros autores. Os resultados obtidos com os estudos são anali-

sados sob o crivo da interdisciplinaridade para aferir a condição do Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) como paradigmas de uma política repressiva de Estado durante o tempo da ditadura militar brasileira.

Assim, o presente artigo propõe uma análise dessa proposta repressiva por parte do governo militar na descrição da atuação de dois órgãos que retratam essas frentes de monitoramento e de execução, a saber: o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), também conhecidos pelas siglas DOI-Codi ou Codi-DOI. A retomada do tema pretende identificar na rotina dessas agências os principais meios de tortura utilizados pelo regime militar nas ações de repressão contra seus desafetos; por conclusão aferir se as ações repressivas promovidas pelo Codi-DOI evidenciam sua condição de dispositivo desaparecedor e seu caráter como modelo da política nacional repressiva; a pesquisa se apoia em estudos de natureza bibliográfica e documental para fundamentar a análise do trabalho e contribuir para o aprofundamento da temática a partir da interdisciplinaridade.

DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES: O DOI-Codi

No mês de março de 1967 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional que definia os crimes de lesa-pátria praticados contra a segurança, a ordem política e social nacional e em novembro de 1968 é promulgada lei que tratava sobre censura de obras teatrais e cinematográficas além da criação do Conselho Superior de Censura. No mês de dezembro de 1968, em razão das manifestações populares e focos de resistência contrários ao Governo militar, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 para combater com mais rigor esses movimentos, a quem o regime militar chamava de subversivos, guerrilheiros e terroristas (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014c). Em 1969, foi criado no Brasil o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) composto pelo DOI-CODI e o Brasil foi dividido em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI) subordinadas a um comandante militar. Órgãos de informações e execução também atuavam junto às forças armadas e estavam subordinados a um Ministro Militar: o Centro de Informações do Exército (CIE); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014c).

A Operação Bandeirante (OBAN), criada em 1969 era composta por membros das Forças Armadas, policiais civis, policiais militares, Serviço Nacional de Informações e órgãos de Governo do Estado de São Paulo com objetivo de investigar e desarticular movimentos revolucionários comunistas. Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS ou DEOPS), criados em dezembro de 1924, estavam subordinados às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e vinculados a Polícia Civil; era uma máquina de caráter Estadual, recebia financiamento privado e utilizada contra organizações de esquerda. Vinculados ao Exército, o Destacamento de Operações e de Informações (DOI) era responsável pelas ações de execução contra suspeitos contrários ao regime; e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), era responsável pelo planejamento e coordenação dessas ações; eram órgãos distintos e complemen-

tares. Associados na sigla DOI-Codi ou Codi-DOI, pois os DOI eram subordinados aos Codi, era temido símbolo da repressão envolvidos em acusações de desrespeito aos direitos humanos (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014c).

Segundo Ferro (2005) é possível considerar as diferentes experiências dos indivíduos e vê-las como microcosmos capazes de esclarecer o funcionamento das sociedades e instituições. Nesse sentido o presente estudo, ao apresentar a atuação dos DOI-Codi como dispositivos do regime militar brasileiro no tocante ao cumprimento de suas políticas repressivas demonstra também o funcionamento e a execução da política de repressão no Brasil por parte da ditadura militar. A relevância acadêmica da pesquisa repousa na contribuição do resgate dos fatos que marcaram a trajetória desses órgãos, seus métodos de atuação e sua função como dispositivos desaparecedores, a serviço e no contexto do período da ditadura militar brasileira; bem como a demonstração dos determinantes ideológicos contrarrevolucionários que inspiraram as ações desses destacamentos.

Na presença do governador de São Paulo, Abreu Sodré, e dos comandantes locais da Marinha e da Aeronáutica, o comandante do 2º Exército, general José Canavarro Pereira, lança a Operação Bandeirante – Oban, que viria a ser o maior centro de tortura e assassinatos na ditadura. A Oban foi transformada em DOI e as agências tiveram em comum tortura e morte. Apelidado de “A casa da vovó”, militares das Forças Armadas e policiais civis trabalhavam voluntariamente no Destacamento de Operações de Informações (DOI). Segundo Godoy (2014, p. 178) “O discurso anticomunista vinculado à evocação do patriotismo é comum nos depoimentos dos agentes da Casa da Vovó, mesmo entre os que tinham motivos menos nobres para trabalhar no DOI. [...]”. O DOI era conhecido por “açougue”, suas vítimas “clientes” e em funcionava na Rua Tutoia no bairro do Paraíso/SP. (GODOY, 2014).

O DOI foi concebido para aniquilar ou desbaratar o inimigo e o interrogatório era sua especialidade; produzia provas criminais para o judiciário sobre delitos contra a Lei de Segurança Nacional; enviava objetos e relatório dos presos ao Departamento de Ordem Policial e Social (DOPS ou DEOPS). O Departamento de Ordem Política e Social – denominado Deops em São Paulo – é a polícia política mais antiga do país, atuando entre 1924 e 1983. Teve papel de destaque durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar, sendo um conhecido centro de repressão e tortura que operava também na instauração de inquéritos e produção de informações sobre setores vigiados da sociedade. Os agentes do DOI combatiam atos de guerrilha e seus métodos consistiam na disseminação do terror mediante torturas psicológicas e físicas, execução em custódia, simulação de confronto e desaparecimentos (GODOY, 2014).

Figuras como do Major Carlos Alberto Brilhante Ustra ou Major Tibiriçá¹ comandaram o

¹ Nascido em 1932, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi coronel do Exército brasileiro. Entre 1970 e 1974, chefiou o DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo, período em que ficou conhecido como Major Tibiriçá. De acordo com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, enquanto Ustra esteve à frente do órgão houve 40 mortes em 40 meses, bem como uma denúncia de tortura a cada 60 horas. Em 2008, Ustra se tornou o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela Justiça.

DOI e entraram para a história da repressão. Com o tempo a repressão foi aperfeiçoando suas técnicas e as mortes por tortura tornaram-se calculadas; delatores tornaram-se alvos estratégicos para atuarem como informantes, o sigilo se tornou arma de extermínio e tudo convergiu para a derrota da guerrilha de esquerda.

O segredo era o índice do aumento do poder dos órgãos de segurança, um processo que ensinou métodos que iam determinar que a guerra se transformasse em extermínio, quando poucos dos que foram presos [...] saíram com vida das Casas da Vovó [...] (GODOY, 2014, p. 21).

O Exército brasileiro centralizou o comando da missão contrarrevolucionária e criou em 27 de junho de 1969 o Destacamento de Operações de Informações (DOI) uma unidade especial em informações e operações para destruir o inimigo subversivo e comunista (GODOY, 2014). Menos de um ano depois da criação do DOI, em setembro de 1970, uma determinação Presidencial transformou a Central de Operações (CI) em Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), mantendo em seus quadros as antigas centrais de Operação e Informação. A Coordenação de Execuções, órgão operacional, passou a se chamar Destacamento de Operações de Informações (DOI). Agora o conjunto passou ao controle do chefe do Estado-Maior do comandante do 2º Exército e finalmente essa junção ficaria conhecida pela sigla DOI-Codi. (GODOY, 2014). “De todas as Casas da Vovó, a de São Paulo era a maior, que chegou a contar em meados dos anos 1970 com cerca de 250 homens. Quarenta deles eram do Exército e os demais, policiais civis e militares. [...]” (GODOY, 2014, p. 261).

O sistema foi espalhado pelo país e desde então o Exército assumiu o combate à subversão mediante regulamentações para alinhar o fluxo de informações entre os diversos órgãos. Foram reguladas a difusão de informes e informações para a Comunidade de Informações de São Paulo; todo fato anormal ocorrido em São Paulo deveria ser relatado imediatamente a Central de Informações (Codi) que repassaria ao DOI que repassaria aos demais órgãos interessados. Estava criada a Comunidade de Informações (GODOY, 2014).

Competia ao DOI a tarefa de interrogar os presos detidos ou suspeitos; que tinha a prioridade para executar operações de busca de informações na área do 2º Exército. Caso a polícia (Dops) prendesse alguém dentro desse perfil, todos os envolvidos deviam ser encaminhados ao DOI via telefone ou rádio. Nessa época, o Codi era formado pela Central de informação (CI), Central de Operações (CO) e Central de Assuntos Cíveis (CAC) e o DOI subordinado ao Codi (GODOY, 2014); daí a melhor referência ser Codi-DOI, porém as agências repressivas, que atuavam conjuntamente, ficaram mais conhecidas pela temida sigla DOI-Codi.

Durante a ditadura civil-militar, o 36ª Distrito Policial dividiu suas instalações com um dos mais importantes órgãos de repressão política: o DOI-Codi/SP. Em 1969, a Operação Bandeirante (Oban) foi criada em caráter experimental, funcionando inicialmente como um órgão clandestino. O sucesso das operações levaria à criação, no ano seguinte, de uma estrutura nacional de repressão. O sistema DOI-Codi nasceria sob o comando do Exército e contaria com uni-

dades instaladas em todas as suas áreas de jurisdição. Cada Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) era responsável pelo planejamento de ações de segurança e informação, incluindo capturas, averiguações e interrogatórios de suspeitos. O órgão paulista foi reconhecido como um dos mais atuantes centros de tortura, assassinato e desaparecimento forçado de perseguidos políticos do país.

DOCTRINA CONTRARREVOLUCIONÁRIA: MÉTODOS E INSTRUMENTOS DE TORTURA

Segundo Godoy (2014) as ações e estratégias praticadas pelo Destacamento (DOI) contra as organizações de esquerda, obedeciam a uma doutrina contrarrevolucionária que se alinhava aos ensinamentos de Clausewitz, Bonnet e Trinquier entre outros; doutrina que auxiliou o regime militar a definir os contornos dos órgãos de segurança interna e impor limites nas ações de repressão, ao subordinar o poder militar ao poder civil, restringindo o afã de aniquilamento total do inimigo pela visão de que no campo político a guerra teria sua continuidade. Para Bonnet (1963) quanto mais rápida e brutal for a contrarrevolução, maior a possibilidade de sucesso, pois o prolongamento da guerra só interessava à subversão; e assim foi que a tortura virou uma arma de guerra, pois através dela foi possível obter o suprimento mais precioso naquele momento: a informação.

Ao acreditar que a eficiência no combate estava ligada àqueles dois princípios do emprego da força – a rapidez e a brutalidade –, os militares foram buscar táticas policiais para satisfazê-la. Acharam os métodos de tortura de presos comuns e as execuções dos esquadrões da morte, aos quais somaram a emboscada, a infiltração das organizações inimigas e a vigilância constante. Eram ações [...] clandestina [...] O cumprimento da missão confiada aos militares exigia a busca de dados para desarticular as organizações subversivas. (GODOY, 2014, p. 78-80).

O major francês Paul Aussares ao ser indagado sobre seus métodos por ocasião de sua atuação na contraguerrilha na Argélia contra os insurgentes da Frente de Libertação Nacional (FLN) sintetiza os conceitos inspiradores que guiaram os atos praticados pelo DOI e da repressão militar brasileira:

Isso me obriga a não raciocinar em termos de moral, mas do ponto de vista da eficiência. [...] Depois que eles falam [os suspeitos], se eles têm relação com os crimes terroristas, eu os abato.”; também recriou a categoria dos desaparecidos (*les disparus*) a exemplo dos alemães quando ocuparam a França na 2ª Guerra Mundial com Noite e Neblina (*Nacht und Nebel*), que orientava ao desaparecimento sem deixar rastros daqueles que atentasses contra as forças alemãs. (GODOY, 2014, p. 80-95).

Com a privação do lugar da morte, é retirado o luto dos vivos e qualquer último ato de consolação, religioso ou gesto de união entre vivos e mortos. Para os que ficam é imputado o sofrimento e permanente angústia; dessa forma o desaparecimento é a continuação da tortura por outros meios. O desaparecimento atinge toda comunidade alvo do interesse dos serviços de informação. A doutrina contrarrevolucionária teve grande influência junto ao Exército brasi-

leiro e foi consagrada no dossiê Projeto Orvil². O agente interrogador durante suas atividades de rotina utilizava dos seguintes métodos e instrumentos de tortura para extrair informações de suas vítimas:

O “**pau de arara**” [...] O pau de arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus “complementos” normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento [...]2. O **choque elétrico** [...] O eletrochoque é dado por um telefone de campanha do Exército que possuía dois fios longos que são ligados ao corpo, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos [...]4. A “**pimentinha**” [...] era constituída de uma caixa de madeira; que no seu interior tinha um ímã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios que iam dar nos terminais [...]8. O “**afogamento**” [...] teve introduzido em suas narinas, na boca, uma mangueira de água corrente, a qual era obrigado a respirar cada vez que recebia uma descarga de choques elétricos [...]10. A “**cadeira do dragão**”, de São Paulo [...] uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; que, além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos [...]12. A “**cadeira do dragão**”, do Rio [...] uma cadeira, tipo barbeiro, à qual foi amarrado com correias revestidas de espumas, além de outras placas de espuma que cobriam seu corpo; que amarraram seus dedos com fios elétricos, dedos dos pés e mãos, iniciando-se, também, então uma série de choques elétricos; que, ao mesmo tempo, outro torturador com um bastão elétrico dava choques entre as pernas e o pênis do interrogado15; [...] A “**geladeira**” [...] que foi colocado nu em um ambiente de temperatura baixíssima e dimensões reduzidas, onde permaneceu a maior parte dos dias que lá esteve; que nesse mesmo local havia um excesso de sons que pareciam sair do teto, muito estridentes, dando a impressão de que os ouvidos iriam arrebentar [...]18; **Insetos e animais** [...] que foi transferida para o DOI da PE da B. Mesquita, onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição de cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios oficiais [...]27; **Produtos químicos** [...] que levou ainda um soro de pentotal, substância que faz a pessoa falar, em estado de sonolência [...]29. [...] havendo, inclusive, sido jogada uma substância em seu rosto que entende ser ácido que a fez inchar [...] **Lesões físicas** [...] introduzido no ânus [...] um objeto parecido com um limpador de garrafas; [...] que o interrogado permanecesse em pé sobre latas, posição em que vez por outra recebia além de murros, queimaduras de cigarros; [...]; o interrogado sofreu espancamento com um cassetete de alumínio nas nádegas, até deixá-lo, naquele local, em carne viva, [...] **Outros modos e instrumentos de tortura** [...] A palmatória [...] o enforcamento [...] dias nesta sala de torturas sem comer, sem beber, recebendo sal em seus olhos, boca e em todo o corpo, [...] As torturas psicológicas eram intercaladas com choques elétricos [...] imersão da cabeça do interrogando, a boca aberta, num tambor de gasolina cheio d’água, conhecida essa modalidade como “banho chinês [...]”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2014, p. 38-48).

Os torturadores procuravam justificar o tratamento com a narrativa de que “a barra” só pesava contra quem tinha envolvimento com a subversão e, portanto nada seria feito contra inocentes. Não havia essa “opção” aos que já tinham sido “descobertos”, portanto, caberia iniciar os castigos; a esses cabia falar mesmo, ainda que seja para confirmar o que já se sabia; e muitos sofreram indistintamente por mero acaso ou suspeita (GODOY, 2014). Os principais grupos de luta armada no Brasil foram: Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revo-

² O Projeto Orvil foi elaborado sob a ordem do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, durante o governo Sarney. O trabalho foi coordenado pelo general Agnaldo Del Nero, do Centro de Informações do Exército (CIE), o serviço secreto da instituição. A ideia era produzir uma obra na qual o Exército contasse sua versão sobre a guerra revolucionária no Brasil a fim de ser usada como arma de comunicação social para se opor à “história dos comunistas”. Para tanto, os militares pesquisaram seus arquivos secretos e produziram uma obra de 900 páginas. Leônidas, no entanto, decidiu não publicá-la. O Projeto Orvil permaneceu em sigilo até 2007. Disponível em https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em 18 abr. 2023.

lucionário 8 de Outubro (MR8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento de Libertação Popular (Molipo), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Comando de Libertação Nacional (COLINA); além de movimentos estudantis, Ligas camponesas e Movimentos operários.

Para os agentes responsáveis pelo interrogatório, a eficiência do trabalho e o comportamento dos presos tinham mais importância do que questões de natureza moral como culpa ou arrependimento. Para os torturadores era apenas um trabalho de onde era necessário extrair informações de quem não queria falar, pois nessa linha de raciocínio os resistentes eram criminosos, terroristas e inimigos. (GODOY, 2014).

Sobre o comportamento de indiferença do torturador diante do sofrimento de suas vítimas a escritora Hannah Arendt (1961) em sua obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* relata o julgamento do burocrata nazista Adolf Eichmann responsável por autorizar a partida de trens transportando judeus para campos de concentração e extermínio. Arendt lembra que Eichmann não se revelou um psicopata ávido com o sofrimento alheio, mas um burocrata cumpridor de ordens num regime totalitário, um homem comum e medíocre “e quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam — embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado.

Os militares contradizem a versão de que as agressões eram regra. Os torturadores alegavam que muitos prisioneiros confessaram espontaneamente, por covardia ou medo, e que muitos dos detidos foram bem tratados e que o tratamento dispensado estava ligado à cooperação e aos “métodos de combate” aceitos pela maioria dos agentes da tortura. Nessa linha de raciocínio os militares não se viam cometendo um crime, mas um trabalho “necessário”, ainda que brutal. Tratava-se de uma luta travada com normas e orientada pela fala nos limites da dor imposta ao prisioneiro (GODOY, 2014).

Também existia um sentimento de vingança pela morte de companheiros. A decisão de dispensar ao inimigo um possível tratamento, se fosse o inverso. A ideia de combater o comunismo e o ódio aos criminosos junto aos meios policiais desmantelam as alegações dos militares. Esse *ethos* levou a anulação da consciência individual que faz os agentes justificarem o trabalho no DOI como uma missão ou trabalho, esquecendo-se do preceito militar de que ordens ilegais não devem ser cumpridas (GODOY, 2014).

A estrutura de subdivisão das tarefas do DOI-Codi reflete a cadeia geral de comando do regime militar: ao Exército cabia a inteligência, a Polícia Civil o interrogatório e a Polícia Militar as prisões. A verdade ou informação não era perseguida a qualquer preço e o DOI mantinha recursos médicos e enfermeiros para saber o limite das capacidades vitais do preso, o que não impedia as atrocidades. O emprego da tortura foi institucionalizado e se tornou marca considerada “necessária” pelo regime militar (GODOY, 2014).

Para cumprir sua missão a moralidade tinha que ficar fora da linha de raciocínio dos agentes que precisavam encarar a situação unicamente do ponto de vista da funcional. O presidente militar Ernesto Geisel, cujo governo foi marcado pela abertura política chegou a declarar que a tortura era necessária em certos casos para conseguir as confissões³. A decisão de empregar as Forças Armadas na repressão contra os opositores do regime militar passa pelas regras existentes no DOI de São Paulo no tocante à disciplina no interrogatório dos presos. As regras funcionavam como um limitador da violência empregada e ao mesmo tempo demonstrava a verticalização da proposta no sistema como uniformização das práticas (GODOY, 2014).

Era o limite para uma violência inútil, para que o preso pudesse servir a outros fins como o encontro com seus companheiros. Os limites também sinalizavam os que morreriam ou não na prisão. A partir da experiência dos agentes essa categoria de preso foi referendada pelos comandantes e difundidas pelo país. Havia um consenso na morte de todos os militantes treinados no exterior chamados “cubanos”, todos os exilados e banidos para o exterior mediante troca de sequestrados, todos os autores de crime de sangue, especialmente envolvendo morte de agentes, todos os principais nomes na clandestinidade considerados irrecuperáveis (GODOY, 2014).

A lista dos que deveriam morrer e o modo de execução sofreu variação no tempo e conforme a cadeia de comando do DOI esteve ligada a ordem de comando, a uma encenação e desaparecimentos. O DOI-Codi completava sua história no cenário brasileiro com a fase do sigilo que estava alinhada ao momento político nacional marcada pela transição governamental. Na medida que os níveis de censura baixavam os níveis de sigilo tinham que ser elevados porque menor era a capacidade de se fazer calar (GODOY, 2014).

Desaparecimentos forçados, torturas, guerras psicológicas, execuções sumarias exigiam certas “técnicas” para que pudessem ser “bem-sucedidos”. Quando é o Estado que se propõe a valer-se de instrumentos ou dispositivos desaparecedores contra pessoas, essa pretensão passa por demandas que envolvem instituições, documentos, atores, saberes e sigilo.

DISPOSITIVOS DESAPARECEDORES: A VALA COMUM DE PERUS

Para Michel Foucault dispositivo desaparecedor é uma rede mutável e heterogênea de conexões "comportando discursos, instituições, projetos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (FOUCAULT, 2001, p. 299). Os fios dessa rede de conexões podem se desconec-

³ Ernesto Geisel (1974-79) iniciou seu governo com uma abertura política lenta, gradual e segura. Na prática, isso significava a transição para um regime democrático, mantendo os grupos de oposição e movimentos populares excluídos dos processos de decisão política. Essa transição também tinha como razão o desgaste das Forças Armadas após anos de repressão, violência e restrição à liberdade.

tar das redes originárias e se conectar com outros fios ou outras redes estabelecendo novas redes e assim sucessiva e indefinidamente.

Outra característica dos dispositivos desaparecedores é que em cada momento da história ele oferece uma resposta a uma necessidade de urgência. “o dispositivo tem uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2001, p. 299). Se o dispositivo for retirado do seu contexto então a compreensão sobre o seu papel fica prejudicada. A função estratégica do dispositivo desaparecedor acompanha as urgências sem ser capaz de dominar seus efeitos: “já que cada efeito, positivo e negativo, desejado ou não desejado, vem entrar em ressonância ou em contradição com os outros, e pede a uma retomada, a um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem aqui e ali” (FOUCAULT, 2001, p. 299).

A história do desaparecimento encontra amparo no decreto nazista “Noite e Neblina” (*Nacht und Nebel Erlass*), assinado em 17 de dezembro de 1941. O objetivo dessa normativa era fazer desaparecer um preso, gerar ansiedade e temor na família e na comunidade:

[...] quaisquer pessoas a quem as autoridades julgassem perigosas para a segurança alemã, independente da nacionalidade, podia ser presa e desaparecer “na noite e no nevoeiro”, de modo que não pudesse haver qualquer tipo de julgamento ou inquirição capaz de despertar sentimentos locais. [...] A prisão, quando feita pela Gestapo, ocorria repentinamente e quase sempre a horas mortas. O prisioneiro era arrastado de casa, jogado dentro de um veículo e rapidamente levado para local ignorado. Nenhuma súplica dos membros da sua família ou de quem quer que intercedesse em seu benefício faria com que se conseguisse descobrir o que acontecera com ele, ou mesmo seu paradeiro. Se fosse julgado, ele o seria na Alemanha, e acabaria recebendo o tratamento dispensado aos prisioneiros da Gestapo. Na verdade, se não fosse sumariamente executado, não seria mais que um número, definhando no fundo de uma cela da Gestapo, sujeito a interrogatório intermitente e à tortura, ou então condenado a morrer devagar num campo de concentração. (MANVELL *apud* PADRÓS, 2005, p. 624).

Diante da multiplicação de casos de desaparecimento forçado de pessoas, a Organização das Nações Unidas (acompanhada por outros países e organismos internacionais) incluiu esse delito no rol dos crimes contra a humanidade na Resolução 33/173 da Assembleia Geral da ONU em 20 de dezembro de 1978:

É a violação complexa de direitos fundamentais, alguns inderrogáveis, praticada por agentes públicos (geralmente os encarregados da segurança e/ou cumprimento das normas jurídicas), em que, de forma arbitrária, violenta e à margem da lei, detêm, encarceram e, não raras vezes, assassinam pessoas, não informando os fatos, o paradeiro da vítima ou a motivação da ação a quem de direito. Trata-se, desse modo, em qualquer situação ou circunstância, de um crime injustificável contra o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoais, composto mediante tortura ou tratamento, pena ou castigo cruéis, e apartado do devido processo legal. (*apud* PERRUSO, 2010, p. 18-19).

No Brasil, durante o período da ditadura militar (1964-1985), os poderes de repressão política foram concentrados nas mãos do Exército por força do Sistema de Segurança interna consolidada pelo Presidente Médici. A implementação desse programa repressivo por parte do Exército passa pela criação da Oban paulista que posteriormente foi transformado no DOI que por sua vez passaria a atuar conjunto e subordinado ao Codi; esse modelo Codi-DOI ou DOI-Codi abarcaria outras regiões do país (GASPARI, 2002).

Como resultado das ações desse mortal aparelho repressivo, em especial o DOI-Codi, no dia 04 de setembro de 1990, no cemitério Dom Bosco em Perus na cidade de São Paulo, foi descoberta uma vala clandestina ou Vala de Perus que não constava dos registros oficiais nem da Prefeitura de São Paulo e nem na planta do próprio cemitério. Dessa vala foram retirados mais de mil sacos contendo ossadas humanas que posteriormente por perícia técnica foram identificados cinco integrantes de movimentos armados de esquerda que lutavam contra o regime militar e que estavam desaparecidos desde então (FRANCO, 2018).

Em 05 de outubro de 1990 a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] para investigar 'a origem e as responsabilidades quanto às ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e investigar a situação dos demais cemitérios de São Paulo' [...]. A CPI Perus — Desaparecidos Políticos foi a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito instalada num parlamento brasileiro com o objetivo de averiguar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos de opositores do regime militar" (HESPANHA, 2012, p. 32).

Sobre o funcionamento dos DOI-Codi, reiterou a CPI de Perus:

Em cada jurisdição territorial, os Codi detinham o comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, tanto das Forças Armadas como dos policiais estaduais e federais. [...] Tinham atribuição de garantir a coordenação e a execução do planejamento das medidas de 'Defesa Interna', nos diversos escalões do Comando, e de viabilizar a ação conjugada da Marinha, Aeronáutica, SNI, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. O comando das ações ficava a cargo dos DOI. Os DOI-Codi contavam com dotações orçamentárias regulares, o que permitia uma ação repressiva muito mais aparelhada (*apud* BRASIL, 2010, p. 106).

Os dispositivos desaparecedores em sua ação de desaparecimento de corpos funcionavam em rede de cooperação entranhada no aparelho administrativo Estatal, desde o desaparecimento forçado das vítimas até a ocultação de seus corpos:

há evidências irrefutáveis da cooperação da administração municipal, responsável legal pelos serviços funerários do município de São Paulo, com os órgãos da repressão, funcionários do IML, médicos legistas, oficiais do DOI-Codi e policiais civis e militares com o propósito de sonegar informações sobre os opositores políticos e desaparecer com os corpos enterrados nos cemitérios paulistanos (SÃO PAULO, 2016, p. 143).

O depoimento prestado pelo coronel da reserva Paulo Malhães, Ex-agente do Centro de Informações do Exército foi encontrado morto um mês depois de prestar depoimento no qual confessou ter torturado, matado e ocultado cadáveres, ex-agente da inteligência do Exército perante Comissão da Verdade revelou detalhes sobre as operações dos aparelhos repressivos (FRANCO, 2018).

Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. Porque a gente também foi aprender fora, alguma coisa. Aí os perfis das prisões daqui mudaram; a forma de contato com os presos mudou; surgiu a necessidade de aparelhos; porque — isso foi uma grande lição que eu aprendi — o que causa maior pavor não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer. O destino fica incerto. O seu destino como...fica incerto. O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não, você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. Não tem mais...mais o que pensar nele. O meu destino, se eu falhar, vai ser esse. Já quando você desaparece — isso é ensinamento estrangeiro — quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como? (BRASIL, 2014, p. 500).

O que motivou o uso recorrente do desaparecimento forçado foi a repercussão de denúncias sobre casos de tortura e execuções que forçaram a modificação das práticas repressivas. A repressão passou do teatro ao desaparecimento:

As encenações teatrais de tiroteios para justificar assassinatos cederiam lugar ao silencioso desaparecimento de opositores marcados para morrer. Foi em 30 de novembro de 1973 a última vez em que os agentes simularam um confronto armado para tornar crível a morte de guerrilheiros que haviam sido presos, torturados e assassinados horas antes em um centro de detenção clandestina da investigação⁹¹. Depois deles, ninguém mais assassinado fora do DOI apareceu. O sumiço passou a ser a regra. Tudo virou segredo (GODOY, 2014, p. 391).

Segundo informações da Comissão Nacional da Verdade, "durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, 243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado, ou seja, mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura [...]" (BRASIL, 2014, p. 500). É preciso esclarecer que o número total de desaparecidos por motivos políticos durante esse período é certamente maior, segundo dados de diversos movimentos sociais e fatos apontados no segundo volume do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Entre os 243 desaparecidos listados pela CNV, não se encontram, por exemplo, camponeses e índios que morreram em decorrência de conflitos por terra, vítimas de esquadrões da morte, entre outros grupos sociais sobre os quais incidiu a ditadura brasileira como revela o próprio relatório da CNV no seu segundo volume.

Na última fase dos DOI-Codi, alinhado ao processo de transição ao governo civil, o sigilo garantia seu poder e impunidade. O caso da vala de Perus relacionou o DOI-Codi com desaparecimentos tortura e morte quando da identificação de cinco desaparecidos políticos cujos restos mortais foram encontrados na vala clandestina.

O DOI-Codi surgiu e desapareceu com o regime militar demonstrando uma união e paralelismo com a política nacional de repressão; na sua amplitude o DOI-Codi só pode ser interpretado pela ótica interdisciplinar uma vez que complexa suas relações; por fim o destacamento acabou sem festa ou discurso e desapareceu sem a consideração de ninguém (GODOY, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), o Estado aparelhou-se para combater organizações de esquerda mobilizadas contra o governo inclusive com luta armada. O Exército brasileiro referendado pela Presidência da República fomentou a política repressiva com a Oban em São Paulo e depois adotando no país um modelo com destacamentos de informação (Codi) e de execução (DOI) que trabalhavam juntos e apoiados por ampla rede colaborativa pública e privada.

O governo militar recepcionou as ideias e táticas de antiguerrilha a partir de experiências estrangeiras contrarrevolucionárias anti-independência; com base nesses ensinamentos, técnicas de desaparecimentos e torturas eram admitidos como necessários para obter informações do inimigo cujo perfil operacional era diferente daqueles existentes nas guerras tradicionais. O inimigo estava em toda a parte e as táticas de guerra se aproximavam e se fundiam com as técnicas policiais.

A participação dos DOI-Codi foi marcada por ciclos que acompanhavam a política nacional e o perfil dos responsáveis pelo destacamento. O DOI era o destacamento executivo de intervenção direta com métodos brutais e cruéis; valia-se de terríveis instrumentos de tortura que objetivavam retirar informações de suas vítimas. Os agentes eram assessorados por equipe médica que garantiam os limites da resistência física das vítimas além de utilizar guerrilheiros como infiltrados. O DOI-Codi por um lado cumpria a função de dispositivo desaparecedor e por outro lado representava a política Nacional repressiva do governo militar.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: Nunca Mais. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas corpus**: que se apresente o corpo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

FERRO, Marc. **Les individus face aux crises du XX siècle**: l'histoire anonyme. Paris: Odile Jacob, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II**: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nobrega. **Da biopolítica à necrogovernamentalidade**: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**: uma biografia do doi-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

HESPANHA, Luiz. A primeira comissão da verdade. *In*: CARDOSO, ÍTALO; BERNARDES, Laura. **Vala clandestina de Perus**: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. p. 23-42.

MEMÓRIAS DA DITADURA (Org.). **Origens do Golpe**: O Golpe civil-militar no Brasil, 2014a. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>. Acesso em 26 dez. 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA (Org.). **Repressão**: O modelo repressivo e suas inspirações, 2014b. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso em 28 dez. 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA (Org.). **Repressão**: Operação Bandeirante, 2014c. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso em 28 dez. 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...**: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 2 v. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6149>. Acesso em 21 abr. 2023.

PERRUSO, Camila Akemi. **O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos**: direitos humanos e memória. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. **Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo**. Relatório. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016.



ARTIGOS LIVRES

CONSUMO, CULTURA E EDUCAÇÃO: NOVAS FORMAS SIMBÓLICAS DE CONHECIMENTO

CONSUMPTION, CULTURE AND EDUCATION: NEW SYMBOLIC FORMS OF KNOWLEDGE

PINTO, Rodrigo Nazario Geronimo *

RESUMO

O conhecimento transcende o ensino formal praticado em salas de aulas, fazendo-se presente na vida humana em todos os aspectos sociais de maneira intensa e até imperceptível. A sociedade pós-moderna passa por significativas mudanças e as pessoas são submetidas a novos caminhos de viver, saber, conhecer e se desenvolver. A cultura atual influenciada pelo consumo, por necessidade ou entretenimento, tem se intensificado no sentido de propor novas formas de aquisição de produtos e/ou serviços, exigindo um aperfeiçoamento do conhecimento tecnológico para usufruir de maneira adequada e intensa. Com isto, a educação dos povos é determinada de formas tais que modifica todas as relações sociais. Pretende assim, investigar como os sujeitos são afetados ao ter que se adaptar às formas modernas de aquisição de produtos nas relações de consumo, sob a premissa de facilidade. Tem-se o pressuposto da vulnerabilidade dos sujeitos no processo de adaptação às modernizações proporcionadas por aplicativos de celulares, principalmente de entregas *delivery*, colocando à prova os princípios da educação e da informação que regem as relações de consumo. Contribui para o debate sobre normas estatais voltadas a educar os consumidores no uso de mecanismos eletrônicos de consumo. Fundamenta-se nos artigos do CDC somados aos estudos sobre cultura e pós-modernidade, com análise documental de materiais de sites jornalístico-informativos, onde avalia os principais transtornos ocasionados nessa seara. Como resultado, descobriu-se uma forma peculiar de vulnerabilidade onde muitos sujeitos sofrem pela falta de experiência no manuseio de equipamentos e são obrigados a se reeducar para se adaptar à nova realidade.

Palavras-chave: Cultura; Consumo; Educação; Pós-modernidade; Aplicativos.

ABSTRACT

Knowledge transcends formal teaching practiced in classrooms, making itself present in human life in all social aspects in an intense and even imperceptible way. Postmodern society undergoes significant changes and people are subjected to new ways of living, knowing, knowing and developing. The current culture influenced by consumption, by necessity or entertainment, has intensified in the sense of proposing new ways of acquiring products and/or services, demanding an improvement of technological knowledge to enjoy it in an adequate and intense way. With this, the education of peoples is determined in such ways as to modify all social relations. Thus, it intends to investigate how subjects are affected by having to adapt to modern ways of acquiring products in consumer relations, under the

* Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (PPGICH/UNISA). E-mail: rodrigonazariogp@gmail.com.

premise of ease. There is the assumption of the vulnerability of the subjects in the process of adaptation to the modernizations provided by cell phone applications, especially delivery deliveries, putting to the test the principles of education and information that govern consumer relations. It contributes to the debate on state regulations aimed at educating consumers in the use of electronic consumption mechanisms. It is based on CDC articles added to studies on culture and post-modernity, with documentary analysis of materials from journalistic-informative sites, where it evaluates the main disorders caused in this area. As a result, a peculiar form of vulnerability was discovered where many subjects suffer from a lack of experience in handling equipment and are forced to re-educate themselves to adapt to the new reality.

Keywords: Culture; Consumption; Education; Postmodernity; Applications.

INTRODUÇÃO

A relação de consumo é sempre baseada na atração e em criar novidades aos consumidores, tornando o mercado sempre aquecido, visando proporcionar a satisfação do cliente. Desde muito tempo, o legislador constituinte vendo o avanço social em relação à necessidade de proteção do consumidor, cuidou para que o ordenamento viesse a editar um regramento visando resguardar direitos dessa categoria, o que se deu pela edição da Lei Federal nº 8.078/1990, denominado Código de Defesa do Consumidor.

No campo prático, os desafios da lei ao longo destes anos, era não apenas a relação de compra e venda, mas se os consumidores ao adquirir produtos tinham ciência ou a noção daquilo que almejavam e de que forma estes novos meios de aquisição de produtos ou serviços auxiliaram o aprendizado e o conhecimento dos consumidores em suas vidas cotidianas, e na cultura brasileira como um todo.

O que se propõe é analisar como o surgimento e a utilização de aplicativos nas relações de consumo, contribuem para que os sujeitos usuários dos serviços de fato aprendam a manuseá-los, e sirva-lhes para questões da vida em geral. Busca-se analisar o conhecimento que tais aplicativos geram aos usuários, descobrir se trazem facilidades ou empecilhos, e se passam a fazer parte essencial da vida cotidiana nesta era pós-moderna.

Observar-se-á o Código de Defesa do Consumidor seguido da Constituição Federal, passando em seguida a analisar materiais jornalístico-informativos veiculadas em sites de acesso geral do público, sobre os quais far-se-á a devida análise documental e de conteúdo para verificar os destaques, as novidades ou os benefícios proporcionados pelos aplicativos destinados ao consumidor. Avalia-se nesse sentido os prejuízos e as reclamações dos consumidores.

O estudo será com base nos ensinamentos da modernidade e da cultura pós-moderna,

em caráter interdisciplinar que circunda o tema consumo, traçando um liame com os pontos de vistas jurídico, sociológico, mercadológico e educacional.

CULTURA, MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO

Quando se fala em consumo, é comum relacioná-lo ao lucro, ao capitalismo, ao mercado, às distorções de mercado e a exploração da mão-de-obra, porém, pouco se fala sobre o aspecto cultural do consumo, de como se integra à sociedade, à vida humana e quais efeitos proporciona aos sujeitos em suas complexas rotinas diárias. Entende-se uma cultura consumerista ou consumo como cultura, nas propostas seguintes.

Segundo Edgar Morin:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas. (2010, p. 56).

Neste íterim, a cultura acaba sendo uma soma de conhecimentos que permite a sobrevivência e manutenção de uma sociedade. Em algumas delas, a cultura é usada pelo ente estatal para contribuir para o desenvolvimento e aprendizado de seus povos, tal qual leciona Bauman acerca da cultura do período da revolução francesa:

O conceito francês de culture apareceu como um nome coletivo para os esforços do governo no sentido de promover o aprendizado, suavizar e melhorar as maneiras, refinar o gosto artístico e despertar necessidades espirituais que o público até então não possuía, ou não tinha consciência de possuir. "Cultura" era algo que algumas pessoas (a elite instruída e poderosa) fazia, ou pretendia fazer, por outras (o "povo" ou as "pessoas comuns", em ambos os casos privados de educação e poder). A "cultura" francesa, na fase inicial, era uma noção um tanto messiânica - sinalizava intenções proselitistas: esclarecer, abrir os olhos, converter, refinar, aperfeiçoar (2013, p. 65).

Observa-se que perdura até os dias atuais o sentido de despertar necessidades espirituais que o público até então não possuía ou não tinha tal consciência. Todavia, o termo cultura após o período iluminista acaba por se libertar do cerco artístico-cultural sofrendo novas modificações, passando a ser empregada para designar "formação", "educação" do espírito:

[...] reflete o universalismo e o humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem (com maiúscula), além de toda distinção de povos ou de classes. "Cultura" se inscreve então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra é associada às idéias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época (CUCHE, 1999, p. 21).

Surge a educação juntamente com a ideia de evolução, considerando-se o homem e seu processo evolutivo de desenvolvimento, alcance e meta de vida. Cuche explica que: "O homem é essencialmente um ser de cultura. O longo processo de hominização, começado há

mais ou menos quinze milhões de anos, consistiu fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural. (1999, p. 9-10)".

Nesse processo evolutivo do homem, um ser plenamente biológico "se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível. A cultura acumula em si o que é conservado, transmitido, aprendido, e comporta normas e princípios de aquisição" (MORIN, 2000, p. 51).

A cultura permite adaptação do homem ao seu meio, e usá-la para suas necessidades e projetos. A cultura neste aspecto se relaciona como um instrumento à disposição do homem, e por isso, se estendida para outros campos da vida prática como trabalho, lazer ou educação, abre-se um leque de opções para usar em seu favor (CUCHE, 1999).

Constata-se assim, que o homem somente se realiza de fato pela cultura. Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender), mas não há mente (mind), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura. A mente humana é uma criação que emerge e se afirma na relação "cérebro-cultura" (MORIN, 2000, p. 53).

O homem busca o desconhecido e cultura sempre esteve também relacionada ao incerto, ao novo, ao inusitado. Logo, a cultura que faz parte da vida humana tem cunho simbólico.

Na medida em que "constitui a aquisição sistemática da experiência humana, aquisição esta que será crítica e criadora e não simplesmente armazenamento de informações justapostas, que não foram incorporadas ao indivíduo total" (MIZUKAMI, 1986, p. 87).

Entende-se o consumo como uma manifestação cultural simbólica com substancial presença e poder modificador das relações sociais, parte dessa incansável busca humana em direção ao desconhecido. Ocorre um processo de aculturação, pois se antes consumo era apenas com relação às simples compras de mercado, com o passar do tempo e com recursos tecnológicos como smartphones, tablets e aplicativos variados, as relações *online* passaram a ser a regra das relações de consumo. O uso dos aparelhos inaugurou uma nova forma de cultura que aliada à revolução tecnológica, demonstra a marca do período pós-moderno.

O processo central dessa revolução dentro da contemporaneidade é a globalização, que se refere a processos, atuantes numa escala global, que ultrapassa fronteiras, integra comunidades e forma novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, atingindo toda uma cadeia de povos, raças e nações processo que liga localidades distantes, cujos acontecimentos acabam modelados por eventos ocorridos a milhas de distância (HALL, 2020; GIDDENS, 1991).

A globalização não é um processo recente, mas a modernidade é inerentemente globalizante (GIDDENS, 1991 *apud* HALL, 2020). Pode-se até constatar a associação da globalização com o capitalismo, pois este "foi, desde o início, um elemento de economia mundial e não dos Estados-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais" (WALLERSTEIN, 1979, p. 19 *apud* HALL 2020, p. 39).

Nesta era em que tudo está conectado a redes, sendo o mundo virtual complexo, consumista e regido por um capitalismo mundial, é notório que os direitos reclamam maior gerência e capacidade de efetivação. Os povos estão intimamente ligados, e problemas locais podem ter reflexos internacionais. Ainda que possa beneficiar alguns, no geral o prejuízo das contradições econômicas é de todos, independentemente de fronteiras ou estados-nações.

O consumidor passa a sofrer exposição demasiada neste universo de inovações do mercado de consumo, com disputa por clientes e a busca acirrada por lucro. Se antes havia preocupação com a vulnerabilidade do consumidor, a fim de lhe garantir respaldo ante o poderio do mercado, do capitalismo e do sistema econômico como um todo, muito mais agora por estar submerso a mecanismos de compras online que passaram a ser regra na vida cotidiana.

É certo que tais mecanismos não se eximem de cumprir com o postulado do princípio da educação e de informação elencados no art. 6º dentre um dos direitos básicos do consumidor. Há necessidade de se educar o consumidor a identificar aqueles produtos e serviços mais adequados, e quanto à informação, deve tê-la de modo a conhecer sobre os riscos e os benefícios do produto ou serviço posto no mercado.

Com isso, a simples informação sobre o uso correto fica a cargo do fornecedor. Se levado isso para os chamados aplicativos, veremos que mesmo com um regramento mínimo contendo informações, estas são insuficientes para auxiliar os consumidores menos habilitados a usar dos novos meios.

CONSUMO, SOCIEDADE E EVOLUÇÃO DOS DIREITOS

Paralelamente à evolução dos direitos humanos e sua caminhada na proteção dos sujeitos e das relações jurídicas, o legislador sempre foi preocupado em alcançar outros tutelados não amparados pelas legislações já existentes. Desta forma, caminhou o avanço até a terceira geração de direitos, os chamados direitos difusos e coletivos:

São direitos que não têm por titular um só sujeito nem mesmo um grupo determinado de sujeitos, referindo-se a um grupo social, a toda a coletividade, ou mesmo a parcela significativa dela. O segundo elemento é a natureza indivisível, voltado para a incidibilidade do direito, ou seja, o direito difuso é um direito que não pode ser fracionado entre os membros que compõem a coletividade. Dessa forma, havendo uma violação ao direito difuso, todos suportarão por igual tal violação, o mesmo ocorrendo com a tutela jurisdicional, que, uma vez obtida, aproveitará a todos, indistintamente (TARTUCE, 2016, p. 500).

Nessa terceira dimensão/geração se insere o direito do consumidor, cuja proposta legislativa trouxe um microssistema normativo (Lei 8.078, publicada em 11 de setembro de 1990) que inovou no ordenamento jurídico e materializou a norma programática constitucional constante do inciso XXXII, do art. 5º, possibilitando a concretização de políticas públicas relacionadas à defesa do consumidor.

A definição legal prevista no art. 2º da Lei 8.078/90 prescreve: “Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O objeto da relação consiste na aquisição de produto e serviço, delimitando o alcance da norma numa “clara preocupação com bens típicos de consumo, fabricados em série, levados ao mercado numa rede de distribuição, com ofertas sendo feitas por meio de dezenas de veículos de comunicação, para que alguém em certo momento os adquira” (NUNES, 2012, p. 126).

A era do consumo ganhou novos contornos a partir da revolução industrial, produção em massa, ampliação de vendas e variedade de produtos, o que impactou o mercado nas últimas décadas, o que torna interessante a análise de como uma cultura proveniente de um localidade é capaz de influenciar a vida de outras pessoas, atingindo culturas e costumes diferentes, fazendo-os agir e se determinar com base naquele mesmo viés consumerista e mercadológico que determina o modo de vida, levando-os a comprar, adquirir e experimentar sempre o “ter”, que acaba sendo sinônimo de sucesso, fama, aplausos, fazendo com que os consumidores aprendam a possuir e mudar estilos de vida, sob a premissa de felicidade, e em parte é relacionado à dignidade humana (BAUMAN, 1998).

A sociedade já é predominantemente consumista, não apenas para alimentos, necessidades pessoais ou medicamentos, mas também entretenimento. Consumir faz parte de um status, um modo de vida, traz prazer e felicidade, além de impulsionar o mercado que lucra demasiadamente. E se consumo é sinônimo de felicidade, sucesso e decência humana, abre-se a porta dos desejos humanos (BAUMAN, 1998). O consumo contribui para o *status* citado anteriormente, ensejando o atendimento dos desejos humanos em diferentes aspectos de vida, fazendo-se parte integrante dos objetivos buscados pelos seres na vida em sociedade.

No passado, o homem tinha hábitos voltados às suas necessidades básicas, onde no máximo deliberava sobre a qualidade de carros, relógios ou bebidas. A questão estética era relegada a último plano (perfumes, roupas, acessórios). Contudo, na pós-modernidade sobretudo na sociedade de consumo de meados do Século XX, as empresas passaram a explorar essa última, usando principalmente da propaganda, transformando um indivíduo apático em um potencial consumidor, o que transformou o papel do homem na sociedade (BARREIROS, 2012).

É preciso refletir que da mesma forma que o consumo passa das necessidades para todas as demais esferas de vida, o mercado também ganha mais espaço, o capitalismo adentra a casa e a vida privada dos cidadãos, tornando-os indefesos e vulneráveis, sobretudo no mundo atual, onde as relações de consumo têm funções econômicas, de circulação de riquezas e também social, devendo reconhecer a vulnerabilidade da pessoa humana em seus vários papéis na vida social, como é o do consumidor (BENJAMIN *et al*, 2013, p. 47).

O que mais reclama a necessidade de garantia da proteção do consumidor encontra-se nos chamados contratos via *e-commerce* ou comércio eletrônico, impulsionado pelo período de pandemia e adequação à “nova normalidade”, onde todos os bens necessários, úteis ou não à vida humana são obtidos por aplicativos de celulares (smartphones, tablets e similares).

O consumo como entretenimento é reflexo do mundo caracterizado pela revolução tecnológica, onde os meios de comunicação criam uma espécie de jogo de simulacros, de entretenimento como algo enganoso, colocando o indivíduo em confrontos do tipo simulação x realidade, real x signo. Tais considerações são importantes quando se observa as atitudes exploratórias do mercado. O consumidor acaba visto como objeto e sem que perceba está em um mundo idealizado, segundo o qual seus desejos podem todos ser realizados, por isso há necessidade de mantê-lo sob constante necessidade, que por sua vez será ilimitada e insaciável (BAUDRILLARD, 1991 *apud* COELHO et al, 2011, p. 5).

Justamente por isso, emerge a necessidade de educar adequadamente os consumidores, preparando-os para atuarem de modo a não se tornarem presa fácil de fornecedores mal-intencionados, que se aproveitam da inexperiência e inabilidade dos novos usuários de serviços eletrônicos de aplicativos.

DA EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR E AS NOVAS FORMAS DE CONSUMO

É importante que exista mecanismos sociais de proteção ao consumo, mas, além disso, é necessário que se promova a educação dos consumidores acerca dos produtos e serviços, suas características, espécies, riscos, segurança, etc.

A educação aqui tratada é mais ampla do que aquela formalmente dada no ensino escolar. Diz respeito a tratar da educação do correto meio de consumo desde tenra idade. Por isso, o legislador dispôs da seguinte forma:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios [...] IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo (BRASIL, 1990);

E também é elencada dentre os direitos básicos do consumidor no rol do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (BRASIL, 1990).

Deu-se destaque especial ao desdobrar a educação e a informação em dois incisos. Primeiro versando sobre a educação e o consumo adequado dos produtos e serviços, depois determinando que haja informação adequada sobre os mais diversos existentes no mercado.

Estabelece-se uma divisão na educação em formal e informal onde, a primeira seria aquela da-

da nas escolas e a informal, de responsabilidade dos fornecedores, a respeito das características dos produtos ou serviços que são lançados no mercado. Esta última é o interesse do legislador com foco na necessidade de educação voltada para o consumidor e ao consumo em si:

A educação formal não necessariamente deve consistir numa disciplina específica seja na escola de crianças ou mesmo em ensinos superiores, bastando que os professores ressaltem e que os conteúdos curriculares veiculem essa preocupação, como por exemplo na matemática com seus cálculos, juros, ou quem sabe em questões de qualidade de alimentos, prazos de validade, responsabilidade, consumo sustentável etc. (FILOMENO, 2018).

A educação informal é a preocupação para além do ambiente estudantil, não sendo exclusiva de órgãos públicos, mas também de entidades não governamentais, meios de comunicação como rádio, televisão e internet. (FILOMENO, 2018, p. 62). A finalidade da promoção da educação e da informação é concretizar a igualdade material que é uma das principais finalidades do CDC:

Nesse contexto, vale reforçar a ideia de que apenas a educação e a divulgação sobre o consumo conferirão ao vulnerável da relação a liberdade de, munido das informações necessárias sobre o produto ou o serviço, decidir se vai ou não realizar o negócio no mercado de consumo. Desta forma, conferida a oportunidade de educação e informação, bem como a manifestação de vontade formal e materialmente livre, caracterizada estará a igualdade material na relação de consumo (BOLZAN, 2013, p. 337).

Tais argumentos se coadunam com os ensinamentos de Jacques Delors no relatório da UNESCO, “a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva” (2003, p. 89). Cabe acrescentar: “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” (2003, p. 89). O papel da educação acaba por contribuir para a formulação de uma nova mentalidade, de conscientização da população, seja por mudanças no modo de pensar, levando sempre em “consideração atuais características da sociedade contemporânea e privilegiem uma visão total de mundo, com uma postura ética, responsável e solidária (GOMES, 2006, p. 19).

No que tange ao período de exceção da normalidade pela pandemia da COVID-19, no qual o mundo inteiro enfrenta uma readaptação social e difusão acelerada de informações que nem sempre é possível aferir sua veracidade, teve maior destaque a opção de compra pelos meios digitais, *online* e principalmente com entrega *delivery*. Um modo tão ativo e eficaz, sobretudo na pandemia que do simples *fast food*, as empresas passaram a atender todas as demandas online que antes eram predominantes no mercado convencional.

Os fornecedores resolveram entrar nesse universo “tanto pela necessidade de exposição como de relacionamento com o público, o número de pequenas e grandes empresas totalmente inseridas no ambiente de comunidades virtuais tornou-se cada vez maior” (SOUZA, 2020, p. 3).

O avanço dos fornecedores, das empresas nos meios digitais, exige um programa de reeducação dos consumidores frente ao consumo, agora em meio direto e constante no universo *onli-*

ne. Considera-se não apenas alertando sobre os riscos comuns dos produtos ou serviços, mas sobre quais e como consumir de modo claro, adequado, necessário. Nas entregas *delivery* define-se que a principal forma de aferir a qualidade do serviço é disponibilizada no mercado de consumo e do fornecedor.

O tema voltado à educação do século XXI exprime ainda uma conexão da educação com a informação que nos dias atuais não se preocupa tanto com a ausência ou não, mas a quantidade, muitas vezes desproporcional que prejudica a obtenção do que realmente o consumidor deve saber. Isso afeta diretamente a educação na relação de consumo:

A sucessão muito rápida de informações mediatizadas, o 'zapping' tão freqüente, prejudicam de fato o processo de descoberta, que implica duração e aprofundamento da apreensão. Esta aprendizagem da atenção pode revestir formas diversas e tirar partido de várias ocasiões da vida (jogos, estágios em empresas, viagens, trabalhos práticos de ciências...). (DELORS, 2003, p. 92).

Justifica-se uma reeducação dos consumidores já que o isolamento social transformou a forma de aquisição de produtos e serviços, tornando os aplicativos que antes eram optativos, em algo essencial para o acesso à alimentação, higiene, necessidades básicas, produtos voltados à saúde, e entretenimento. Ganham destaque as facilidades de consumo pelos meios virtuais, seja por aplicativos de celular, internet, sempre à distância.

Nunca antes as vendas *delivery* foram tão prestigiadas, tendo inclusive alcançado a margem de 94% de aumento (BULL, 2020). Os consumidores como único mecanismo disponível puderam usar e abusar da facilidade deste sofisticado meio de compra, e muitos usuários foram apresentados pela primeira vez a aquelas mídias nesse período. Cumpre destacar que muitos consumidores, principalmente idosos, tiveram que superar seus bloqueios com os meios tecnológicos, assegurando sua própria sobrevivência (ERROBIDARTE, 2020).

O consumo como válvula de escape serviu bem ao período pandêmico e ao contrário do que inicialmente parecia, não houve queda no mercado, mas um assustador crescimento das vendas e compras *online*, e principalmente das entregas por aplicativo, os chamados *delivery*. Diante da globalização e da cultura pós-moderna as formas de consumo adquiriram uma dimensão prática de suprir as necessidades essenciais, configurando-se através a pandemia, causada pela transmissão local, endógena da COVID-19 e a situação de isolamento.

Isso contribuiu para deixar vulneráveis os consumidores, acendendo o alerta de órgãos públicos de fiscalização como o PROCON, que em julho/2020 alertou a população para golpes que estavam sendo aplicados por entregadores de aplicativos de comida Ifood e Rappi (PROCON, 2020), cujos prejuízos somavam mais de R\$ 600.000,00, contava até então com 125 mil denúncias de golpes.

No mesmo sentido, matéria do UOL (TASINAFFO, 2020), explica: “os criminosos atuam de duas maneiras, no pagamento presencial, entregam uma maquininha com o visor danificado e inserem um valor bastante superior ao correto, ou se tratando de pagamento já realizado pelo

aplicativo, tentam cobrar uma taxa de entrega e, por telefone, solicitam os dados do cartão para o consumidor. ” Algo que os consumidores menos experientes estão totalmente indefesos e sujeitos as mais diversas artimanhas do mundo consumerista.

Ressalta que embora vivamos em uma época com grande difusão de informações, a qualidade como ela é tratada complica o real processamento e absorção destas. Em outras palavras, inibem o aprender a conhecer. É o que ocorre com as inovações tecnológicas, mais especificamente pelos aplicativos, entendendo-se como tais aqueles softwares presentes em celulares, dispositivos móveis e aparelhos inteligentes (DÂMASO, 2019).

É bem verdade que a aproximação das empresas, das marcas com os consumidores não se deu em meio à pandemia, mas já estava sendo gestado, em experimento, e aos poucos esse meio de consumo adquiriu patamares mais altos, como explica matéria de 13/05/2010 do site Mundo do Marketing, que retrata que as empresas Nestlé, Oi, Pão de Açúcar, Tecnisa, Porto Seguro e Farm (SÁ, 2010).

Não apenas as empresas, mas os entes públicos também se inserem nesta seara de aplicativos, como vemos em matéria publicada no site Gazeta do Povo (KADANUS, 2020). Aí é registrado o lançamento de um aplicativo pelo Ministério da Justiça, sobre a criação de um aplicativo de mediação de conflitos entre consumidores sem que tenham que sair de casa. Isso se deve ao fato de inúmeras reclamações terem sido submetidas ao órgão nesta época de pandemia.

Consta que a maioria das reclamações se refere às operadoras de telefonia, que engloba telefone, TV e internet. A média de resolução é de 90%. As facilidades são bem-vindas quando serve ao fim de auxiliar o consumidor, tal como retrata a matéria acerca dos aplicativos de supermercados, ainda recentes, mas muito mais em 2016 (G1, 2016). Na matéria em questão, o supermercado Rede Zona Sul localizado no Rio de Janeiro desenvolveu este aplicativo facilitando a vida dos consumidores nas compras quando assim desejar, bem como nas transações e-commerce.

Tal como este, há inúmeros campos da vida social que o aplicativo proporciona um acesso antes desconhecido. No período de pandemia, por exemplo, a reeducação abordou não somente aplicativos de consumo voltados à aquisição, mas otimização de tarefas comuns dentro de casa como pagar contas de água e energia, além de fazer supermercado (DAMASCENO, 2020). Como por exemplo, os cinco tipos de aplicativos para ajudar o consumidor, listados pelo Blog da Resolvvi, divididos por diferentes segmentos:

Como primeiro, o site lista o aplicativo Cashback por meio do qual, o consumidor pode comprar e obtém retorno de um percentual do valor pago, como uma restituição, uma espécie de desconto. Em segundo, o veículo apresenta os voltados à alimentação rápida, *fast foods*, Rappi e Ifood. Estes já eram bastante conhecidos e utilizados em larga escala até mesmo por aqueles que não tinham uma familiaridade com o uso dos aplicativos e smartphones, mas que em meio à pandemia estenderam as compras virtuais para os supermercados com entrega do-

miciliar.

Já o aplicativo Zoom, permite comparar preços de produtos, *review* dos mais procurados, voltado ao melhor custo benefício; O Cuponeria, serviço que oferece cupons de desconto em diferentes categorias de compra em supermercados, restaurantes, bares, salões de beleza, e-commerce e outros; O Shellbox para que o abastecimento de automóvel seja acompanhado pela tela do smartphone, facilitando o pagamento e oferecendo descontos.

Há também aquele voltado a comprar gás de cozinha sem sair de casa também entrou no rol daqueles mais necessários e indispensáveis, como é o caso do aplicativo “chama”, “lançado em 2016 lançado em novembro de 2016, foi criado pelo holandês Marijn van de Ven, 36. Depois de várias viagens ao Brasil a trabalho e a lazer, o consultor de estratégia identificou uma oportunidade de negócio e foi atrás de um investidor na Europa” (ANDRADE, 2020).

O mercado está repleto de aplicativos que buscam conquistar os consumidores, mas os principais destaques são aqueles que proporcionam reeducação, a novas experiências na vida cotidiana. Para o consumidor, descobrir o significado e a experiência que o produto traz faz mais sentido do que a aquisição do bem em si. Quanto mais utilitário, mais será o alcance do trabalho do desenvolvedor. Isso se deve em parte à Pandemia, mas é evidente que farão parte definitivamente da cultura consumerista dos brasileiros, aos poucos familiarizados com as inovações, o moderno, o novo e evolução da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo que sempre fez parte da vida em sociedade, ganha nova roupagem e se desenvolve numa cultura com aspectos bastante distintos de outros tempos. A variedade de aplicativos e o que tais meios proporcionam são coisas que a modernidade atual contempla e tende somente a avançar, sobretudo na pandemia, onde os modos de vidas dos povos do mundo todo foram obrigados a se adaptar, a se reinventar e buscar novos mecanismos para atingir suas finalidades, atender suas necessidades pessoais e sociais.

O uso do aplicativo veio em definitivo para atender compras de alimento, saúde, higiene, vestuário, entretenimento, trabalho dentre outros, pois as empresas viram ali uma oportunidade de expandir lucros e alcançar novos adeptos. A ideia incorporou-se no cotidiano ganhando relevo na cultura brasileira.

Com isso, o desafio do aparato jurídico de proteção e defesa do consumidor deve observar novas políticas públicas voltadas ao ensino em todo campo social. Frente às novas formas de consumo, a educação passa a criar aplicativos para reclamação sobre violações de direitos também, pois destas advirá novas demandas muitas das quais trarão possíveis embates quanto às distorções de mercado e as dificuldades de se consumidor adequadamente.

A política pública educacional sobre o uso, o consumo adequado e sem risco é um dos pilares desta nova forma de enxergar as relações consumeristas, como também é um direito básico do consumidor, conforme preconiza o art. 6º, CDC. Portanto, o legislador, o judiciário e os órgãos operantes nas relações de consumo não devem inibir as inovações e tecnologias que se incorporam à cultura da sociedade, mas tornar possível sua integração e adaptação ao consumidor, de modo que o mesmo tenha condições de participar da relação sem sofrer danos, sem ser lesado pela sua inexperiência, pela falta de segurança ou habilidade com uso de aplicativos ou outro meio cibernético que esteja em difusão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cláudia. Colaboração para o Universo Online UOL. São Paulo. **Gás acabou? Apps ajudam cliente a comprar e comparar preço de botijão.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2017/10/26/chama-aplicativo-holandes-botijao-gas.htm>. Acesso em 18 nov., 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BENJAMIN, Antonio Herman. MARQUES, Cláudia Lima. BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOLZAN, Fabricio. **Direito do Consumidor Esquematizado: Parte material Parte Administrativa.** Coord. Pedro Lenza. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em 25.11.2020.

BULL, Patrícia. **Gastos com delivery crescem mais de 94% na pandemia.** Consumidor Moderno. Publicado em 08.07.2020. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2020/07/08/gastos-com-delivery-crescem-mais-de-94-durante-a-pandemia/>. Acesso em 25.09.2020.

COELHO, Joyce Ajuz; CASTANHEIRA, José Cláudio S. A cultura do consumo e o entretenimento como linguagem multissensorial. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJFI**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 1-12, jun., 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20901/11275> - Acesso em 13.10.2020.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DAMASCENO, Giovanna. 5 aplicativos para ajudar o consumidor. **Blog Resolvi**, 24 jun., 2020. Disponível em: <https://blog.resolvi.com/aplicativos-para-ajudar-o-consumidor/> Acesso em: 02.12.2020.

DÂMASO, Lívia. O que é app? Quatro perguntas e respostas sobre aplicativos para celular. **TechTudo**, 09 dez., 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-app-quatro-perguntas-e-respostas-sobre-aplicativos-para-celular.ghtml> Acesso em 25.11.2020.

ERROBIDARTE, Danielle. Já que é para ficar em casa, vamos ensinar os idosos a usar aplicativos. **Campo Grande News**, 09 abr., 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/ja-que-e-para-ficar-em-casa-vamos-ensinar-os-idosos-a-usar-aplicativos>>. Acesso em 18.10.2020.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direitos do Consumidor**. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

KADANUS, Kelli. App da Justiça ajuda consumidores a resolver problemas sem sair de casa. **Gazeta do Povo**, 01 jun., 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/app-consumidores-empresas-ministerio-justica/>> Acesso em 23.11.2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NUNES, Luís Antônio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PROCON-SP alerta para golpe do delivery: Consumidores denunciam que foram vítimas de entregadores de aplicativo de entrega de comida. **Site Procon**, 31 jul., 2020. Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/procon-sp-alerta-para-golpe-do-delivery/>. Acesso em 31.08.2020.

RODRIGUES, Marcelo Barreiros. Homem: Quem é Ele e Qual Seu Papel no Mercado de Consumo na Sociedade Pós Moderna. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1390-1.pdf>. Acesso em 23.09.2020.

SÁ, Sílvia de. Marcas usam aplicativos para se aproximar do consumidor. **Mundo do Marketing**, 13 mai., 2010. Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/reportagens/digital/14139/marcasusam-aplicativos-para-se-aproximar-do-consumidor.html> acesso em 03.12.2020. Acesso em 03.12.2020.

SUPERMERCADO ZONA SUL. Aplicativos de supermercados facilitam vida de consumidores. **G1**, 21 jun., 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/especial-publicitario/supermercado-zona-sul/noticia/2016/06/aplicativos-de-supermercados-facilitam-vida-de-consumidores.html>. Acesso em 29.11.2020.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito do consumidor: direito material e processual**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

TASINAFFO, Flávio. Golpe do delivery cresce durante a pandemia; saiba como os criminosos atuam. **UOL**, 12 ago., 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/tudo-golpe/2020/08/12/golpe-do-delivery-cresce-durante-a-pandemia-saiba-como-os-criminosos-atuam.htm?cmpid=>>. Acesso em 23.09.2020.



UMA PROPOSTA DE USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CRÍTICA

A PROPOSAL FOR THE USE OF THE CELL PHONE IN THE CLASSROOM: A CRITICAL HISTORICAL PERSPECTIVE

EIRAS, Rafael Garcia Madalen *

RESUMO

O artigo reflete sobre o uso do celular como suporte de uma prática pedagógica crítica. Perspectiva que entende os ambientes educacionais como reflexos da sociedade, em que os aparelhos reprodutores e distribuidores de sons e imagens participam também do dia a dia educacional e devem ser incorporados ao processo de ensino. Proposta que tem como base teórica a Pedagogia Histórico-crítica que entende o plano de aula como promovedor de um ensino que não só reproduz, mas busca a emancipação, entendendo, assim, os discursos tecnológicos do aparelho como uma materialidade textual que reflita a prática social.

Palavras-chave: Celular; Pedagogia Histórico Crítica; Planejamento; Plano de aula.

ABSTRACT

The article reflects on the use of cell phones as a support for a critical pedagogical practice. A perspective that understands educational environments as reflections of society, in which sound and image reproducing and distributing devices also participate in the educational day-to-day and must be incorporated into the teaching process. This proposal is theoretically based on the Historical-Critical Pedagogy who understands the lesson plan as a promoter of a teaching that not only reproduces, but seeks emancipation, thus understanding the technological discourses of the apparatus as a textual materiality that reflects social practice.

Keyword: Cellular; Critical Historical Pedagogy; Planning; Class plan.

* Doutorando em cinema (PPGCine/UFF), Mestre em Humanidades, Culturas e Arte (PPGHCA/UNIGRANRIO), Professor do Município do Rio de Janeiro (SME/RJ). E-mail: eiras.rafael@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo faz uma breve reflexão acerca do uso do celular como suporte de uma prática pedagógica crítica. Percebendo que na escola é cada vez mais flagrante os aparelhos reprodutores e distribuidores de sons e imagens, que participam do dia a dia educacional sem pedir licença, como próteses do próprio corpo humano. “Uma lógica operacional que se tornou predominante no que convencionamos chamar de modernidade histórica.” (SOARES, 2016, p.84).

Já não se pode pensar em uma interação humana em que a lógica das imagens, da interatividade, não esteja presente. Os alunos lidam o tempo todo com essa lógica do dispositivo, mesmo que não o estejam usando. Suas formas de perceberem o mundo, de entenderem a realidade concreta perpassam o celular, o computador, como fluxo do dia a dia. Dinâmica que deve ser absorvida por uma pedagogia que pretende agir de forma crítica.

O processo educacional tem o ensino com sua ênfase na teoria e na aprendizagem prática (SAVIANI, 1999), opostos que se complementam. Sendo de primordial importância que os educadores tenham o conhecimento de diversas tendências pedagógicas, para poderem construir conscientemente a sua própria trajetória. “Através destes conhecimentos poderão propor mudanças, transformando a prática educativa em uma ação efetiva para que o ensino consiga transpor as dimensões do espaço escolar” (GASPARIN; PETENUCCI, 2008, p. 2).

Nos dias atuais, as práticas pedagógicas incluem a produção e divulgação em rede de uma crescente gama de linguagens audiovisuais e interativas que acompanham uma profunda tendência educacional, considerando leis, decretos, que nas últimas décadas mudam seus marcos regulatórios em decorrência de uma perspectiva que valoriza uma prática mediada pelas tecnologias da informação, as tão faladas TICs. Processo que gera uma valorização da educação a distância, da utilização de mídias audiovisuais na aula presencial, como também a possibilidade da própria produção de outras linguagens em sala de aula, como a prática cinematográfica, por exemplo.

A Base Nacional Comum Curricular brasileira (BNCC) (BRASIL, 2017), em seu capítulo introdutório, traz o conceito da educação básica como uma educação integral, composta de cinco dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Conceito já previsto em alguns dos principais marcos legais brasileiros, - como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, e o Plano Nacional de Educação - que busca promover o desenvolvimento dos estudantes como pessoas, profissionais, cidadãos. Preparando-os, dessa forma, para construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Tendo como carro chefe a ideia de competência - a aquisição de conhecimento, habilidades, atitudes e valores.

No entanto, fica no ar uma relação antagônica onde as competências¹ seriam habilida-

¹ Seriam: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; empatia e cooperação; autoconhecimento e autocuidado; responsabilidade e cidadania. (BRASIL, 1996)

des que buscam habilidades que buscam moldar um indivíduo polivalente para um mercado cada vez mais complexo, em uma prática curricular que traz como objetivos principal a formação técnica neoliberal. Neste ponto de vista, estaríamos criando as crianças através de mecanismos de *saber fazer*, *saber aprender*, *saber se colocar nesse mundo*, e deixando de lado uma visão crítica de desconstrução deste sistema, pois se não forem trabalhadas de forma a romper essa lógica, podem ser somente propostas curriculares que reproduzem e moldam o mercado de trabalho futuro. Afinal, a tecnologia por si só não garante essa formação vislumbrada nos marcos legais educacionais. Por outro lado, uma abordagem pedagógica crítica, como propõe Saviani (1999), pode romper essa estrutura.

A escola moderna, para Frigotto (2010), tem em sua gênese um forte teor revolucionário bastante utilizado pelas revoluções burguesas, tendo a importante função de educar toda uma nova geração para um novo mundo capitalista, socializando um conhecimento essencial para as práticas do mercado com seus valores, atitudes e símbolos. Essa escola acaba fixada em uma lógica de classes que não a permite alcançar seu ideário original revolucionário por completo, que seria uma escola pública, gratuita, universal, laica e unitária.

A dinâmica percebida por Bourdieu e Passeron (2014), com o conceito de “reprodução”, percebe que o potencial revolucionário original da educação é desestabilizado pelas forças do mercado. Os autores enfatizam o aspecto reprodutor das relações sociais existentes no contexto educacional, como se ele fosse uma instituição pensada para reproduzir aquilo que interessa aos grupos e classes dominantes. Dessa forma, perceber a escola como um lugar neutro, sem ideologia, sem um partido, enfraquece a ideia de luta de classes, afinal a escola é a sociedade.

[...] Conceder ao sistema de ensino a independência absoluta a qual ele pretende ou, ao contrário, não ver nele senão o reflexo de um estado do sistema econômico ou a expressão direta do sistema de valores da "sociedade global", é deixar de perceber que sua autonomia relativa lhe permite servir às exigências externas sob as aparências de independência e da neutralidade, isto é, dissimular as funções sociais que ele desempenha e, por tanto, desincumbir-se delas mais eficazmente. (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 208).

No entanto, a percepção da escola como reprodução não propõe uma prática pedagógica que desestabilize essa lógica. Como elabora Demerval Saviani dentro de um conceito de Pedagogia Histórico-crítica, inicialmente pensado no livro *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política* (SAVIANI, 1999). Na obra o autor faz uma análise tanto das perspectivas tradicionais e conservadoras das teorias da educação; como das perspectivas reprodutivas críticas, na qual se enquadraria Bourdieu.

Para Libânio (*apud* SILVA, 2018, p. 13) a pedagogia é a “ciência que investiga a teoria e a prática da educação nos seus vínculos com a prática social global [...]”, não estando isolada de outras áreas e disciplinas do saber. Ela bebe da História, da Filosofia, da Sociologia, da Economia, olhando a prática escolar através de sua própria epistemologia. Desta forma, a proposta Histórico-crítica surge como uma intervenção que tenta lidar com as tendências históricas pedagógicas, sejam as tradicionais, a *escolanovista* ou as perspectivas críticas; de forma a se

ter uma prática docente em que a “curvatura da vara” aponte sempre para as deficiências. Ou seja, ela se propõe a superar as tendências anteriores, baseadas no conteúdo, ou na preocupação tecnicista, ou ainda na supervalorização das experiências do aluno.

Nessa perspectiva, o professor é um pesquisador que tem como função mediar, ele não é neutro, nem o dono do saber. Trabalhando com um conteúdo dinâmico que necessita das experiências dos alunos, no entanto, tem como objetivo dar ao indivíduo uma consciência histórica que necessita dos conteúdos clássicos, já consolidados na sociedade. Recolocando, assim, uma perspectiva revolucionária na escola, impossibilitada pelas dinâmicas do sistema capitalista atual.

Essa pedagogia, que tem base no materialismo histórico de Marx e na teoria psicológica Histórico-Cultural de Vigotski.” (GASPARIN; PETENUCCI, 2008), tem como objetivo estimular a atividade do professor, pois favorece o diálogo com o aluno, e valoriza os conteúdos acadêmicos, “sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos” (GASPARIN; PETENUCCI, 2008, p. 4). Ela tem seu foco no plano de aula, propondo dividir a prática em cinco momentos para fins de se preparar um planejamento eficiente. Eles são: a prática social inicial; problematização; instrumentalização; catarse; prática social final.

Importante intervenção pedagógica em um momento em que há uma centralidade nos documentos oficiais das práticas mediadas pela tecnologia da informação e da comunicação (TIC), que acabam sendo inseridos na escola com um forte sentido de anular a dominação do capital (BARRETO, 2012), uma vez que surgem com um fetiche de democratização da informação, mas que na prática se apresenta como mecanismos de hegemonização, voltados para um mercado de trabalho no qual o indivíduo tem que lidar com a tecnologia para ser inserido.

No que tange aos contextos educacionais, a análise dos modos de recontextualização das TIC, entre políticas e práticas de formação de professores em curso no Brasil, implica a caracterização de dois movimentos antagônicos. De um lado, as TIC representadas como nova força motriz da sociedade, apagando as contradições entre capital e trabalho e os determinantes do desenvolvimento desigual do capitalismo em nível mundial, extrapolando as condições da sua produção, elidindo as múltiplas determinações do real; de outro, as TIC são vistas como produção que não pode ser pensada fora das relações sociais que as engendram. (BARRETO, 2012, p. 989).

Nesse panorama tecnológico, um novo paradigma parece surgir, que quebra a unidade dual do processo de ensino e aprendizagem. O ensino é colocado de lado e a prática pedagógica se centraliza na aprendizagem ressignificada pelas possibilidades de tutoria do aparelho. “É a celebração de uma espécie de *aprendizagem sem ensino*: como ‘autoaprendizagem’ ou aprendizagem mediada pelas TIC, estas frequentemente representadas como dispensando a intervenção humana.” (BARRETO, 2012, p. 992)

As tecnologias devem não só servir ao processo de ensino, elas devem ser desconstruídas por ele para serem compreendidas como dispositivos de linguagens que são carregados de forças ideológicas. Uma aparente neutralidade da lógica da imagem e do som, herdada, por

um lado, por um fetiche de realidade cinematográfica, e por outro, pelas já naturalizadas lógicas virtuais das dinâmicas em rede, que mascaram um processo de manutenção do sistema vigente. Porém, não se trata também de ir contra as tecnologias, como práticas indesejadas do mercado, mas dar ao aluno a percepção de que elas também são construções, ao desconstruir suas narrativas no próprio uso de suas potencialidades.

A ideia de se pensar a imagem, o som, e a interatividade nos dias de hoje partem de um trabalho de pensar os discursos. Duas correntes teóricas são pertinentes, mas por terem bases opostas, acabam se anulando. De um lado se tem uma percepção crítica da educação com um forte teor marxista, em que o germe revolucionário existente na escola é importante para a busca de uma sociedade mais justa e democrática. De outro lado, se tem uma construção pós-crítica² que sofre uma enorme influência do pós-estruturalismo, ao promover teorias que colocando o discurso como produtor da realidade, em que a materialidade é uma produção discursiva, em que o sujeito é o resultado dos dispositivos que o constroem como tal. Ou seja, oposta ao materialismo histórico.

Perspectivas que se divergem, mas, no entanto, tem como objetivos a busca de um sentido de emancipação. Do ponto de vista crítico se tem uma forte dinâmica de classes e de ruptura com uma ideologia colonial dos saberes. Como a perspectiva libertadora Paulo Freire (1996), - baseada numa crítica ao currículo na forma de uma educação bancária, tendo a cultura e o ato político como focais. Como também a própria *Pedagogia Histórico Crítica* de Saviani (1999) que se baseia em uma nítida diferenciação entre educação e política, em que a “educação torna-se política apenas na medida em que ela permite que as classes subordinadas se apropriem do conhecimento” (SILVA, 2015, p. 63).

Já uma perspectiva pós-estrutural se daria no sentido de deixar explícito a dinâmica de poder, em que os mecanismos disciplinares sejam expostos para além de um sentido emancipatório nos moldes pensados pelas teorias críticas. Mas no sentido emancipatório de se entender os processos e os discursos propostos por uma sociedade (SILVA, 2015). Ou seja, não se trata aqui de um juízo de valores, em uma acirrada rixa entre as teorias críticas e pós-críticas, mas perceber que se deve fazer uma escolha de como o professor, em sua prática diária, deve entender sua forma de emancipar. Tendo de um lado uma perspectiva crítica como forma concreta de alterar o mundo material através da educação, ou buscar alterar a compreensão do aluno através dos jogos de linguagem que se constroem e são constantemente homogeneizados.

Vale ressaltar que o caminho percorrido por este artigo se baseia em uma proposta didática reivindicada por uma *Pedagogia Histórico Crítica*, em uma clara diferenciação de pensar a linguagem desprovida de exterior. Percebendo o discurso como uma materialidade textual;

² As perspectivas chamadas pós-críticas, como o multiculturalismo, as relações de gênero (dependendo da abordagem), o pós-colonialismo, os estudos culturais, são frutos de uma ruptura da hegemonia marxista sob as ciências sociais como um todo (SILVA, 2018).

“como prática discursiva que compreende produção, distribuição e consumo; e como prática social.” (BARRETO, 2012, p. 986).

No que diz respeito à ideologia, a formulação retoma o conceito gramsciano de hegemonia para analisar os movimentos de entrega e resistência dos sujeitos aos sentidos sedimentados e aos deslocamentos possíveis. A busca é pela compreensão dos mecanismos constitutivos da luta pela legitimidade dos diferentes sentidos, já que, em meio aos sentidos historicamente possíveis, um tende a ser mais “lido” que os outros: é formalizado e legitimado, enquanto os demais podem nem ser cogitados. Em outras palavras, na perspectiva histórico-discursiva, a ideologia corresponde à hegemonia do sentido (BARRETO, 2012, p. 986).

Por mais que essa discussão tangenciando o pós-estrutural possa parecer um desvio do objetivo principal do artigo, que seria uma análise do uso do celular em uma prática histórico crítica emancipatória, essa é uma discussão pertinente, pois as imagens são discursos, são linguagens que deslocam a historicidade de seu eixo concreto.

Outra questão importante de se perceber é que quando se pensa no uso do celular, na própria elaboração de um caminho a seguir em sala de aula, duas características do dispositivo são pertinentes. Sua potência criadora e sua potência reprodutora e divulgadora de conteúdo. Ou seja, ele é tanto um instrumento que promove a criação de imagens, sons, textos - um dispositivo audiovisual; como também uma interface que pode enviar quase que instantaneamente seu conteúdo para o mundo virtual. Se tem unido um aparato cinematográfico completo – imagem, som, edição etc. - junto a um computador em rede.

O CELULAR NO PLANO DE AULA

Como câmera cinematográfica o celular pode criar imagens do mundo que os alunos habitam, podem criar discursos que devem ser analisados por um conteúdo disciplinar, mas que seja parte da dinâmica pedagógica e não somente uma muleta. Não uma gordura, mas um músculo, responsável pelo movimento do corpo como um todo. Não se trata de exibir filmes para explicar acontecimentos históricos, por exemplo, mas produzir filmes que dialoguem com o que se entende do mundo.

Filmes, músicas, *memes*, que possam gerar e problematizar as práticas sociais do aluno.

Como interface virtual, o dispositivo deve ser mais que uma ferramenta de pesquisa, e sim um distribuidor de interatividade que dialogue com outros alunos, outras perspectivas, que revele outros caminhos, rompendo até as lógicas logarítmicas das redes sociais.

Ou seja, o celular como produtor e divulgador em rede de um processo de criação que permite:

[...] mais do que documentar o real, em tempo real, possibilita àquelesque produzem e consomem audiovisuais dramatizar a vida cotidiana, tencionar o previsível, ficcionar sobre si e sobre sua relação com o mundo, imaginando, fabulando e experimentando performaticamente novas possibilidades de criar ética e esteticamente suas existências. As narrati-

vas audiovisuais exibidas cotidianamente nas diferentes telas compõem as escritas superficiais, híbridas, efêmeras e sensíveis do mundo e década pessoa ou grupo social, com as quais experimentamos, compomos e compartilhamos o presente (SOARES, 2016, p. 86).

No entanto, se deve fugir de uma armadilha conceitual em que o celular, como toda uma gama de tecnologias da informação e da comunicação, está enquadrado na atual tendência de documentos educacionais internacionais que pensam a escola através de um fetiche por práticas inovadoras. Um discurso produzido por uma forte tendência neoliberal que parece buscar manter as hierarquias sociais vigentes.

No terreno do discurso, fazendo um breve empréstimo de um conceito foucaultiano, que transbordam, em certa média, em uma abordagem pós-estrutural, o conceito de dispositivo (FOUCAULT, 1986) pode ser esclarecedor. Um conceito que é lido neste artigo como estrutura discursiva que buscam promover e estabilizar uma ideologia dominante e que engloba um conjunto heterogêneo:

[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas'. Ele seria a relação entre o dito e o não dito, 'a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1986, p. 244).

Desta forma, é necessário um extremo cuidado ao se utilizar as TICs através desse discurso tecnológico contemporâneo, que em vez de emancipar o indivíduo de forma revolucionária, pelo contrário, o exclua do processo. O dispositivo deve ser rachado, desconstruído, pois suas potencialidades de ordem acabam por hegemonizar um discurso afastando o poder do povo e uma educação realmente emancipatória se desenvolve ao se “profanar” seus conteúdos, ou seja, romper com essa hegemonia sistêmica.

Por tanto, a pedagogia pensada por Saviani (1999) e posteriormente trabalhada como uma proposta possível em sala de aula por autores como Gasparin e Petenucci (2008) se apresenta como uma poderosa ferramenta que utiliza tanto a necessidade de se ilustrar as práticas sociais do dia a dia do aluno, como também propõem a extrema necessidade de se transmitir conteúdos científicos inerentes a compreensão de um mundo regido por dispositivos.

Gasparin e Petenucci (2008) no artigo *Pedagogia Histórico Crítica: da teoria à prática no contexto escolar*. propõem um plano de aula que seque os momentos de uma Pedagogia Histórico Crítica. Porém é relevante perceber que:

[...] não se trata de passos mecânicos e pontuais, mas de uma formulação própria da didática, uma sistematização das formas mais avançadas, de modo a pensar e executar o processo de forma consciente, considerando a realidade social, visto que esses momentos não são lineares, mas se alteram de acordo com a necessidade entre a problematização, a instrumentalização e a catarse sobre a base da prática social. Dessa forma, não podemos incorrer no erro da pura e simples didatização, sem o devido estudo dos fundamentos da educação em suas dimensões ontológica, epistemológica e política (SILVA, 2018, p.139).

O primeiro momento dessa proposta seria o momento da *Prática Social*, que tem como ponto de partida a vivência prévia tanto do aluno como do professor acerca do conteúdo. O

professor, que inicia sua prática com um conhecimento diferenciado dos alunos, anuncia o conteúdo e os objetivos a ser transmitido, ao mesmo tempo em que busca conhecer seus estudantes através do diálogo, “desafiando-os para que manifestem suas curiosidades, dizendo o que gostariam de saber a mais sobre esse conteúdo.” (SILVA, 2018, p. 9-10) Neste reconhecimento inicial o celular pode ser um produtor de imagens do dia a dia do aluno, que podem ser vistas em sala de aula; como também um artefato que identifique os gostos pessoais ou coletivos, como o toque do telefone, a foto de papel de parede e etc. Ou seja, se pode perceber partes da personalidade do outro, ou pelo menos como esse outro pretende se mostrar.

O segundo momento seria o da *Problematização* que se dá na explicação dos problemas percebidos pela prática social relacionados ao conteúdo didático. É melhor desenvolvida em uma breve discussão com a turma, pontuando as dimensões científica, conceitual, cultural, histórica, social, política, ética, econômica, religiosa etc., “conforme os aspectos sobre os quais se deseja abordar o tema, considerando-o sob múltiplos olhares” (SILVA, 2018, p. 9-10). É o momento em que se questiona as imagens, os gostos, não de forma qualitativa, mas de forma crítica, percorrendo um caminho que perpassa sempre o conteúdo curricular proposto pela aula.

Já a *Instrumentalização*, que seria um terceiro momento, o professor deve utilizar todas as potencialidades e ferramentas pedagógicas acessíveis para trabalhar as dimensões do conteúdo exposto na transmissão do teor científico através de conceitos formais e abstratos. “Os educandos, por sua vez, por meio de ações estabelecerão uma comparação mental com a vivência cotidiana que possuem desse mesmo conhecimento, a fim de se apropriar do novo conteúdo.” (SILVA, 2018, p. 9-10). Neste instante, o interesse do dia a dia do aluno converge para os conteúdos eruditos e científicos que tangenciam a academia. As imagens os sons, as postagens, só são possíveis pois este universo científico existe, são frutos das disciplinas, frutos de um conhecimento que se inicia na escola.

A câmera fotográfica, por exemplo, e de muitas formas o celular pode ser comparado a ela, é fruto do desenvolvimento de poderosos pensamentos conceituais e conseqüentemente técnicos, que a ciência produziu no decorrer dos séculos, tornando possível o desenvolvimento de máquinas e de aparelhos capazes de representar o mundo (FLUSSER, 2005). Imagens que além de representar o mundo também são formadas por conhecimentos em química, em física, em artes, em eletrônica etc. São uma fórmula, um cálculo. A sua quebra, a sua desconstrução, é também refazer o caminho científico que se propõe em uma prática pedagógica histórico crítica.

Ou seja, se a disciplina em questão for a de Matemática, se pode entender a lógica logarítmica das redes sociais; ou em física, com a luz forma a imagem, como se comportam as ondas sonoras; ou em artes, como se produzir filmes através da estética.

É nesse momento que a vida do aluno se transforma em ciência, levando-o a uma *Catarse*, o quarto momento do processo, o instante em que esse conhecimento científico começa a fazer sentido. Elaborando uma nova forma de se entender o conteúdo inicial por meio de uma

síntese mental em que se possa unir o cotidiano ao científico. “Neste momento o educando faz um resumo de tudo o que aprendeu, segundo as dimensões do conteúdo estudadas” (GASPARIN; PETENUCCI, 2008, p.9-10). Síntese que deve ser “[...] expressa através de uma avaliação oral ou escrita, formal ou informal, na qual o educando traduz tudo o que aprendeu até aquele momento, levando em consideração as dimensões sob as quais o conteúdo foi tratado” (GASPARIN; PETENUCCI, 2008, p. 9-10).

Ou seja, é o instante em que o aluno deve produzir o conhecimento apreendido, produzindo novas imagens, interagindo de forma diferente com o dispositivo. Como também entendendo como as tecnologias da informação e da comunicação podem ser desconstruídos através do conteúdo escolar, e não o oposto, em que as estruturas das TICs sejam construções definitivas e neutras, como se o conhecimento que ela gerasse fosse o único e verdadeiro discurso.

Por fim, o final do processo, que também poderia ser entendido como um novo início, de outros conhecimentos futuros, seria a *Prática Social Final*. Esse passo se apresenta como a nova postura diante do mundo, radicalmente alterada pelos conteúdos compartilhados em aula e pelas ações “que o educando se dispõe a executar em seu cotidiano pondo em efetivo exercício social o novo conteúdo científico adquirido” (GASPARIN; PETENUCCI, 2008, p. 9-10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Pedagogia Histórico-crítica é um processo sempre em construção “portanto, imersa em grandes possibilidades de novas elaborações” (SILVA, 2018, p. 115), tanto no campo teórico, como na prática educacional. Um processo elaborado no enfrentamento da sala de aula. Sendo a incorporações das dinâmicas tecnologias imprescindíveis a essa proposta.

Ao final do processo, além do aluno ter assimilado o conteúdo necessário para uma prática social crítica, ele também percebe a construção dos aparatos ideológicos e discursivos do dispositivo. Uma real necessidade no contexto internacional e nacional em que proliferam programas que visam à utilização constante das TIC, “formulados em vários âmbitos e por diferentes sujeitos, tendo em comum a lógica do mercado, como o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)³ (BARRETO, 2012, p. 997).

O discurso tecnológico, devido a pandemia atual, fica cada vez mais evidente e necessário de ser problematizado, afinal a imagem e o som são os meios pelos quais muitos alunos estão tendo acesso a sua formação, tendo a tecnologia como um mediador que se apresenta como reproduzidor de um “eu”, uma *performance* que não é meramente objetiva, ela também é construída esteticamente. As aulas remotas não devem ser pensadas como o simples encontro

3 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi um conjunto de programas que propunham melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas. Lançado em 2007, tinha um prazo de quinze anos para ser completado, mas acabou descontinuado antes desse prazo. Apesar disso, muitos dos programas e iniciativas criados por ele se mantiveram, como o TV Escola e o Proinfo, da educação básica, e o Sinaes, no ensino superior.

entre aluno e professor, mas o encontro de *performances* intermediadas pela virtualidade das redes, das diversas características da imagem e de outras percepções de realidade, que podem possibilitar práticas criadoras e reveladoras de um ato pedagógico realmente emancipatório. E pensar na inserção do celular no dia a dia de sala, de forma crítica, como pensada neste artigo, é parte desse processo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel Goulart. A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente. **Revista educação e sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 985-1002, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 set. 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

FLUSSER, Vilem. **Filosofia da caixa Preta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2005

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. **Pedagogia histórico crítica**: da teoria à prática no contexto escolar. 2008. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/22898.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Livaldo Teixeira da. **Didática coerente com a Pedagogia Histórico-Crítica**. Rio de Janeiro: RPC Editora, 2018. p. 115-179. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29053>. Acesso em: 25 set. 2020.

SOARES, Maria da Conceição Silva. O audiovisual como dispositivo de pesquisas nos/com os cotidianos das escolas. **Visualidades**, UFG, v. 14, p. 80-103, 2016.



ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A PROFESSORA DOUTORA ISABELA CANDELORO CAMPOI

ROCHA, Thayná Alves ^{*}
ALVES, Igor Rodrigues ^{**}



Fonte: Arquivo pessoal da Professora. (Uso de imagem autorizado)

Professora Associada do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas e o Núcleo de Educação para as Relações de Gênero (NERG) da UNESPAR. É membro titular do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do estado do Paraná como membro representante das IES (sociedade civil) e presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do município de Paranavaí, PR.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro - PPGICH/UNISA (Bolsista CAPES), Graduada em História pela UNISA, Pesquisadora membro da Linha 1 - Interdisciplinaridade e História do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq e do Grupo de Estudos e Pesquisas Samuel Pessoa (FM-USP). E-mail: thaynalves17@gmail.com.

** Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro - PPGICH/UNISA (Bolsista CAPES), Graduado em História pela UNISA, Pesquisador membro da Linha 1 - Interdisciplinaridade e História do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - CISGES/UNISA/CNPq E-mail: igor.ralves@hotmail.com.

[1] Professora Isabela, observamos em seu currículo sua participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí. Gostaríamos de saber como o Conselho colabora com outras organizações e grupos na luta pelos direitos das mulheres na cidade de Paranavaí e qual a importância destes movimentos para o funcionamento pleno da democracia no Brasil a partir da sua experiência e vivência nestes espaços de luta.

[Profª Isabela] Atualmente estou à frente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí como representante da sociedade civil, já que sou professora na Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí. Eu considero os conselhos, de modo geral, espaços importantes de participação política. Os conselhos são previstos na Constituição Federal de 1988, chamada de constituição cidadã, e é através deles que a sociedade civil pode interferir politicamente, sugerindo políticas públicas, orientando ações e fiscalizando o poder público. Enfim, eu considero os conselhos entidades fundamentais em uma democracia participativa e, no caso dos Conselhos dos direitos das mulheres, podem, efetivamente, fazer a diferença na vida das mulheres, no sentido de que são mobilizadores, articuladores, propositores de ações efetivas. Como professora de história, estudando e pesquisando sobre relações de gênero, história das mulheres e feminismos, eu encontro no espaço do Conselho possibilidades de ação.

[2] A partir das suas experiências e trajetória no Conselho, quais são os principais desafios enfrentados em seu trabalho e como você os aborda? De que forma estes desafios refletem as violências contra a mulher no cotidiano e na política? Você as enxerga como algo histórico, enraizado? Poderia nos falar um pouco mais?

[Profª Isabela] Creio que o principal desafio seja mobilizar as forças, os movimentos, enfim, as pessoas que estejam aptas a compor o grupo e se engajarem ou, por exemplo, que se sensibilizem com o tema da violência de gênero, afinal, infelizmente a violência doméstica é a principal pauta enfrentada pelo conselho, e, até por conta disso, foi a partir da atuação do CMDM que instituímos a Rede de Atendimento e Enfrentamento à violência doméstica no município. Como se trata de um trabalho voluntário, essa mobilização não tem sido fácil. Por outro lado, por ser um espaço de reflexão, do conhecimento elaborado e do pensamento científico, a universidade tem sido importante para a formação de quadros aptos a participarem dos conselhos de direitos, funcionando como uma espécie de “incubadora” de pessoas engajadas. Temos na universidade espaços para isso, seja o grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas ou o Núcleo de Educação para as Relações de Gênero. No que tange às nossas heranças históricas, certamente o que vivemos hoje – e o alto índice de violência contra as mulheres é também reflexo disso – é legado de um passado que se perpetuou por meio do uso da violência, forte componente advindo do escravismo e do patriarcado. As diversas formas de violência contra as mulheres refletem a compreensão social do gênero feminino como ocupante de um

lugar de segunda ordem, o que justifica, em linhas gerais, a opressão e o próprio uso da violência. Por outro lado, foram as lutas e atuações de muitas mulheres que nos antecederam que proporcionaram mudanças nas legislações e nos costumes, proporcionando novos caminhos e oportunidades para as mulheres brasileiras. Da conquista da cidadania às leis específicas de proteção, o caminho foi árduo, profícuo e inspirador, mas deixo uma pergunta perturbadora: suficiente?

[3] Ainda abordando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaíba, poderia nos falar como são articulados os trabalhos para garantir a igualdade de gênero e a luta contra a violência no município?

[Prof^a Isabela] É evidente a importância da articulação quando se trata do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaíba. A lei de criação do CMDM foi aprovada em 2015, graças à atuação de pessoas ligadas à universidade, ao movimento de mulheres da cidade e à Secretaria de Assistência Social do município à época. Essa mobilização das forças políticas locais culminou com a primeira formação do CMDM no ano de 2016, que conta com a composição paritária de representantes do poder público e da sociedade civil, sendo onze de cada setor, com respectivos titulares e suplentes. Desde então, as articulações foram se estabelecendo num crescente: desde 2018 a comarca de Paranaíba conta com o NUMAPE, Núcleo Maria da Penha, um projeto de extensão da Unespar que oferece serviço social, jurídico e psicológico a mulheres de baixa renda. No mesmo ano foi instalada a Patrulha Maria da Penha, uma viatura com equipe especializada da Polícia Militar do estado do Paraná que atende e orienta mulheres vítimas de violência. A cidade conta com uma delegacia da mulher, uma das 21 existentes no estado, num universo de 399 municípios. Foi criada, a partir do trabalho do CMDM, a rede de atendimento e enfrentamento às mulheres vítimas de violência doméstica que se reúne uma vez ao mês atendendo caso a caso, articulando políticas públicas oferecidas pelas secretarias municipais de assistência social e saúde, ministério público, conselho tutelar, além das instituições já citadas, Numape, patrulha e delegacia da mulher. Desde 2018 elaboramos uma agenda unificada nos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres realizando uma série de atividades entre 20 de novembro e 10 de dezembro.

[4] Pudemos observar a partir de sua ativa participação no Conselho, mas também por intermédio de sua trajetória acadêmica, com suas pesquisas, publicações e áreas de estudos, sua importante atuação e luta diante do direito da mulher, bem como a luta por democracia. Poderia nos falar mais sobre você, isto é, o que motivou você a se envolver na luta pelos direitos das mulheres e a relação com a luta pela democracia no país?

[Profª Isabela] Desde a minha graduação em História, realizada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), eu me aproximei dos temas ligados às mulheres e isso tem sido uma constante na minha trajetória acadêmica, ainda que eu mudasse o tempo histórico, as mulheres e as relações de gênero sempre estiveram no meu horizonte de estudos. Atuar no Conselho Municipal dos Direitos da mulher de Paranavaí me proporciona elaborar, de forma prática, o que eu tenho estudado na História, na academia. Estar à frente do CMDM me coloca em um lugar de ação, de diálogo político, de ponderação, de encontro mesmo com as possibilidades de realização, através da vasta rede de relações com o poder público, com os atores da política institucional, uma abertura de possibilidades de proteção às mulheres, de lhes proporcionar uma vida longe da violência, com dignidade. São essas perspectivas de ação que me entusiasmam! É como se, atuando no conselho, eu honrasse todas as mulheres que me antecederam nessa luta... se soa arrogante, talvez, mas foram os estudos históricos que me fortaleceram, que me fizeram entender a importância de trilhar esse caminho que começou lá atrás, bem antes de mim, afinal, vejo como uma luta constante, permanente mesmo. Tem uma frase da Simone de Beauvoir que nos alerta: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.” E eu estou nessa vigília.

[5] A partir da sua vivência, você acredita que a ampliação da participação feminina na política é uma forma de colaborar com o enfrentamento contra a violência contra a mulher, fazer valer seus direitos enquanto cidadãs brasileiras, bem como combater a hegemonia masculina e patriarcal na política no país? Poderia nos falar mais sobre e apontar mais benefícios da participação de mulheres no âmbito político?

[Profª Isabela] A chamada teoria das esferas colocou as mulheres no âmbito privado, restritas aos cuidados da casa, ao espaço doméstico, enfim, às funções sociais restritivas, cumpridoras de um papel social que as levavam à reclusão. Por outro lado, os homens eram os responsáveis pelos assuntos da política, atuando no poder público. Isso foi se estabelecendo de forma muito clara e contundente a partir do século XIX, contextualizado pelo aumento da industrialização e pelo processo de urbanização, de modo que as mulheres foram excluídas dos assuntos da política. Em fins do século XIX e a partir do século XX as conquistas foram se estabelecendo paulatinamente, de modo que o principal e grande desafio das mulheres na atualidade, nesse início do século XXI é o aumento da representatividade na política institucional. Se hoje temos mais de 50% do eleitorado feminino, isso não reflete na quantidade de mulheres atuando na política institucional brasileira. Isso significa que essa divisão das esferas, dicotomicamente, ainda permanece, exigindo mudanças que se encontram no âmbito da cultura também. Por outro lado, uma mulher na política, não significa necessariamente que essa mulher

será progressista ou proporá mudanças no âmbito dos direitos reprodutivos, por exemplo. Uma lei de 1997 exige que 30% das candidaturas dos partidos ou coligações sejam de mulheres. E esse foi um passo importante, mas será que foi suficiente? Temos muito o que conquistar ainda, isso é fato. A criação de uma secretaria de estado ou de um ministério das mulheres é atitude política reveladora, pois significa a articulação, nos seios dos poderes executivos, de interesses que levam à execução de políticas públicas através de dotações orçamentárias que promovam o combate às desigualdades, seja por meio de campanhas, da execução de projetos e programas que levem à igualdade de gênero e combatam as diversas formas de violência.

Agradecemos imensamente sua disponibilidade em nos conceder a entrevista e sua importante contribuição com a Pluralistas.



RESUMOS EXPANDIDOS

OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS
DURANTE A DITADURA CIVIL -
MILITAR: OS EDITORIAIS E
MATÉRIAS DO JORNAL CORREIO
DA MANHÃ ENTRE 1964 E 1968

LOS MOVIMIENTOS
ESTUDIANTILES DURANTE LA
DICTADURA CÍVICO-MILITAR: EL
EDITORIALES Y ARTÍCULOS DEL
REVISTA CORREIO DA MANHÃ
ENTRE 1964 Y 1968

SILVA, Fabrícia Gonçalves da *

O fatídico 1º de abril de 1964 se converteu no resultado de uma campanha golpista que vinha ganhando contornos desde os idos de 1960. A usurpação do poder pelos militares teve o aval das camadas dominantes, de setores da classe média empresarial, da imprensa e do próprio poder Legislativo. A maior motivação para essa quebra constitucional diz respeito à contenção das pressões realizadas pelos trabalhadores e demais segmentos sociais e estudantis, em especial os ligados à esquerda, que exigiam a realização imediata das Reformas de Base. Ademais, a manobra previa refrear a ascensão populista, através da instituição de um governo militar “provisório”, responsável pela recondução nacional e “neutralização do comunismo no país”. A medida, dita passageira, trazia em seu cerne o desejo pelo poder absoluto, reacionário e violento, revelando ainda em seus primeiros meses a ditadura incubada no golpe. Em busca de se compreender como se deu a atuação da imprensa escrita e dos movimentos estudantis nesse processo histórico, foram analisados os discursos contidos nos editoriais e matérias do jornal Correio da Manhã (CM) durante a ditadura civil-militar brasileira no período de 1964 a 1968, com ênfase no protagonismo estudantil. Tendo como objetivo a determinação do posicionamento do jornal acerca da atuação dos estudantes e sua resistência à ditadura, além de identificar os episódios nos quais o CM se posiciona acerca da participação estudantil na condução dos acontecimentos e sua relação com o governo militar, observando as tensões e as medidas repressivas adotadas pela PM no trato com os referidos estudantes. Foi a partir da elaboração desses objetivos que buscamos res-

* Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: fabriaciag013@gmail.com.

ponder a problemática da pesquisa, circundada em torno da importância que essas publicações noticiosas e opinativas tiveram na construção de uma narrativa que consagrou o Correio da Manhã como “veículo defensor das liberdades estudantis” nesse período. Tal recorte possibilitou compreender não somente os movimentos estudantis como organizações atuantes agindo articuladamente em prol da democracia, mas, também, como o periódico se posicionou nos momentos que antecederam a queda do então presidente João Goulart até a tomada de poder pelos militares. Com relação a escolha do jornal, justifica-se por ter sido um dos periódicos de grande circulação no Rio de Janeiro, durante toda a década de 1960, desde sua fundação em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, um dos nomes mais importantes do cenário jornalístico da Primeira República. O matutino vinha desempenhando um papel fundamental nos processos de transformação política do país. O CM era tido como um jornal de “opinião” e tinha uma linha conhecida como “participativa e combatente”, declarava-se isento de qualquer tipo de compromisso partidário, apesar de não se considerar neutro. De posse de Paulo Bittencourt no ano de 1961, o Correio da Manhã mostrou-se favorável a subida de João Goulart ao poder após a renúncia de Jânio Quadros, apesar das “reservas” que tinha em relação ao político, endossou a Campanha da Legalidade, criada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que objetivava com esse movimento a garantia à legalidade da posse de Goulart, fazendo frente aos ministros militares que haviam assumido a presidência temporariamente e que se negavam a entregar a cadeira ao vice presidente com justificativa de que seu empossamento traria “instabilidade” ao país. Vitorioso nessa empreitada, Jango assume a presidência com poderes limitados em 7 de setembro do mesmo ano por meio do sistema provisório parlamentarista, que chegaria ao fim no ano de 1963 após plebiscito que trouxe de volta o presidencialismo, elevando João Goulart a condição de líder nacional e devolvendo as plenas funções do seu cargo. Desnudo do apreço do Alto Comando Militar, dos setores empresariais, de parte da imprensa e das elites, o presidente enfrentou forte oposição. Nos primeiros meses do ano de 1964, as forças conservadoras ligadas à direita já conspiravam abertamente contra o governo. É nesse ambiente extremamente tenso que Goulart participa do Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março do mesmo ano, no Rio de Janeiro em frente à estação ferroviária Central do Brasil. O ato reuniu mais de 200 mil pessoas, sendo trabalhadores, estudantes, camponeses, servidores públicos, representantes de partidos políticos, soldados e sargentos. Foi organizado com o objetivo de apresentar a decisão do Governo Federal de efetivar as Reformas de Base e defender as liberdades democráticas e sindicais. A orientação reformista adotada por Jango havia desencadeado a oposição dos setores dominantes do país além de grupos empresariais compostos por militares, políticos, civis e até mesmo governadores uniram-se, pois consideravam o Comício como a anúnciação do comunismo no Brasil. Em contrapartida, para os setores e organizações de esquerda, o Comício foi visto como a vitória da estratégia que defendiam. Goulart e seus apoiadores mantinham-se muito confiantes em relação ao resultado daquela situação, muito embora estivessem cientes que a direita conspirava contra

eles. Apesar do Correio da Manhã ter defendido a constitucionalidade do mandato de Jango, ainda enxergava com bastante desconfiança o governo e suas relações com as esquerdas, motivo pelo qual o jornal teceu severas críticas as falas de Goulart e seus apoiadores no Comício, voltando a atacá-lo no dia 30 de março após o comparecimento do chefe do Executivo em um evento na sede do Automóvel Clube no Rio. No ato, Jango voltou a afirmar seu compromisso com as Reformas. Tal acontecimento chancelou a derrocada do seu governo. Na madrugada do dia 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, dá início a manobra golpista que poria fim ao regime democrático do país. Em 1º de abril de 1964, o Estado Democrático de Direito brasileiro cai por terra. Orquestrado pelos militares do mais alto escalão das Forças Armadas e Marinha do Brasil, os líderes do golpe pretendiam através da tomada de poder e centralização política-administrativa, instituir um Estado militar responsável pela recondução nacional e neutralização da “ameaça comunista” que pairava sobre o país. Para tal, foram perpetrados os crimes mais hediondos. Submetidos a tortura física e psicológica, os opositores do regime viram se abater pelo país durante mais de duas décadas a face mais atroz do autoritarismo. Além dos militares, o movimento golpista, que depôs Goulart da presidência da República, reuniu os mais variados setores da sociedade com destaque para a imprensa que já vinha desde muito antes do golpe construindo condições favoráveis para que esse acontecesse. Após a queda de Jango e a subida dos militares ao poder, é promovido o primeiro Ato Institucional, o AI-1. Esse permitia a cassação dos mandatos parlamentares, além de praticar demissões de funcionários considerados de oposição. A partir desse momento o Correio da Manhã rompe com o seu apoio temendo pela liberdade democrática do país e a própria liberdade. Comprometido com a luta contra a repressão militar, o jornal passa a divulgar sistematicamente em suas páginas passeatas e movimentos coletivos contrários ao regime, especialmente, as manifestações realizadas pelos movimentos estudantis. Nessa trajetória de terror, violência e arbitrariedade, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também é acometida. Nas primeiras horas após o golpe sua sede na praia do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro, é alvo de ataques de grupos lacerdistas. Em meio às chamadas que consumiam o prédio, estudantes eram espancados e presos. O ataque perpetrado pelo regime retirou legalmente a representatividade da UNE, fazendo com que a entidade passasse a atuar na ilegalidade. Devido à perseguição constante a intelectuais, artistas, professores e integrantes de movimentos progressistas de esquerda, boa parte dos estudantes que estavam envolvidos nesse meio caíram na clandestinidade. De fiador do golpe à vítima da Ditadura, o CM encontra nos movimentos estudantis a “redenção” que necessitava. Potencializou os anseios juvenis mostrando-se favorável à luta específica estudantil, embora, mantivesse ressalvas com relação a luta política empreendida por alguns segmentos do ME. A acentuada mudança no discurso do periódico no pós-golpe, é ocasionada pelas imediatas demonstrações de autoritarismo e violência policial, empreendidas pelo Estado militar. Buscando afastar-se do governo, o periódico passa a construir uma imagem de veículo “defensor das liberdades democráticas”, se apode-

rando das causas estudantis de modo a transformá-las em ponto de virada para a construção de uma narrativa antiautoritária. Tornou público os protestos contra o acordo MEC-USAID que resultou no Massacre da Praia Vermelha; fez ampla cobertura das manifestações contra as obras inacabadas do Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, atos que se configuraram como estopim para um dos eventos mais trágicos e marcantes da história do Movimento Estudantil, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto em 28 de março de 1968, após a invasão dos policiais militares às dependências do estabelecimento. Em razão dessa ação, o CM publicou diversos editoriais, entre eles o “Responsabilidade”, em que expressa sua indignação com o comportamento criminoso das forças policiais e com o desinteresse do Estado em punir o assassino. Esses editoriais foram selecionados do acervo online da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) e ao todo são 23 editoriais e 6 matérias. O método utilizado para trabalhar com esses editoriais e matérias foi o de análise crítica do discurso da fonte partindo das subjetividades discursivas apresentadas nessas publicações, sendo assim consultei os estudos de Marialva Barbosa (2007), no sentido de compreender o jornal como veículo produtor de sentido. Conjuntamente foi utilizada a obra de Michel Foucault (1996) com intuito de identificar as influências de algumas noções de poder na construção dos discursos produzidos pelo jornal, assim como nas relações que o periódico estabeleceu com a sociedade durante a ditadura. Além disso, na tentativa de se entender o momento histórico em que a pesquisa está inserida e para que os editoriais juntamente das matérias fossem devidamente relacionados e contextualizados com outros acontecimentos do período, foram utilizados os estudos de Marcos Napolitano (1998) e Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014). Com relação à imprensa, trago como referências Ana Luiza Martins e Tania Regina De Luca (2018) e Ana Paula Goulart Ribeiro (2003). No que se refere a trajetória dos movimentos estudantis fiz uso das obras de Maria Ribeiro do Valle (2016) e Antônio Mendes Júnior (1981). As contribuições da grande imprensa para os eventos que levaram ao golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no país, não admitem refutação. No entanto, a trajetória singular de alguns desses jornais, permite que análises mais profundas sejam realizadas com objetivo de compreender as ambiguidades presentes em seus discursos e os novos posicionamentos adquiridos no pós-golpe, que levaram alguns desses periódicos a ressignificar sua atuação nos anos de chumbo chegando inclusive a tornassem vanguarda na resistência ao autoritarismo. Sob essa perspectiva foram analisados os editoriais e matérias do Correio da Manhã, que refugiando-se nas causas estudantis, construiu para si a imagem de veículo defensor das liberdades democráticas, da Constituição e da legalidade, ainda que, tenha atuado decisivamente na queda de Goulart. Porquanto, a elucidação desses editoriais é de grande valia para se compreender como o CM abandonou sua tradição legalista, em prol de ideais reacionárias e inconstitucionais, e como, posteriormente, esse veículo “reverteu” seu discurso, retomando seu apoio às aspirações liberais-democráticas de setores subjugados pela ditadura, em especial o estudantil. Portanto, foi possível demonstrar através das análises dos editoriais e matérias do referido jornal que sua

ambiguidade, relativa às questões políticas, se concentram exclusivamente nos meses iniciais que antecedem o golpe e que após a tomada de poder pelas forças do Exército, o periódico posiciona-se incisivamente contra a ditadura. Em vista disso, chegamos à conclusão, de que, os editoriais e matérias em que o Correio da Manhã defende enfaticamente os estudantes e suas reivindicações, foram de grande importância, pois, constituíram-se como ponto de virada para a dissociação de sua imagem à Ditadura, resultando na construção de uma imagem de “veículo defensor das liberdades estudantis”, consagrada por seu discurso antiautoritário.



EFFI BRIEST (1894) –
MODERNIDADE E TRADIÇÃO NO
ROMANCE DE THEODOR
FONTANE, EM MEIO À UNIFICAÇÃO
ALEMÃ

EFFI BRIEST (1894) –
MODERNITY AND TRADITION IN
THE NOVEL OF THEODOR
FONTANE AMID
GERMAN UNIFICATION

MORAES, Victor José Saris *

Effi Briest (1894), é um romance da literatura alemã cujo pano de fundo é a história de um adultério, é considerada uma das principais obras do Realismo alemão. O livro foi publicado entre 1894 e 1895 na revista alemã *Deutsche Rundschau*¹ em 6 episódios e foi lançado em formato de livro em 1896, e até hoje é considerada pelos críticos literários um dos três principais romances do autor². O autor do romance Theodor Fontane, considerado um dos principais autores alemães do século XIX. Fontane formou-se farmacêutico aos 17 anos, porém, após dois anos na profissão, abandonou o ofício para dedicar-se exclusivamente à escrita. A obra *Effi Briest* traz a visão do autor a respeito de questões que abarcavam seu tempo, o que nos permitiu identificar aspectos da vida cotidiana, como o casamento, a família e o próprio adultério, considerando a abordagem de determinado segmento social no âmbito do recém-formado Império Alemão. Diante do exposto, o trabalho se propôs a responder às seguintes questões: a) De que forma a vida cotidiana daquela sociedade, ou pelo menos parte dela, está representada em *Effi Briest* (1894)? e b) Alguns padrões de comportamento que expressam determinada ética de conduta, analisados à luz das relações sociais daquele momento histórico, coadunam-se com conceitos de conservadorismo e podem expressar a identidade alemã no período? Para respondermos a tais questionamentos, buscamos aprofundar a análise de aspectos sociais, como a representação de valores, da moral e da ética, com destaque para como são demonstradas as contradições

¹ Periódico literário e político alemão fundado em 1874.

² As outras duas principais obras de Fontane são *Irrungen, Wirungen* (1887) e *Der Stechlin* (1897).

* Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. E-mail: victor.j.s.moraes@hotmail.com. Professora Orientadora: Dra. Vera Lúcia Vieira.

vigentes na sociedade do II Reich. Ressaltamos que não procedemos, nesta pesquisa, à interpretação psicológica das atitudes das personagens; dedicamo-nos à análise de aspectos históricos e identitários, buscando verificar se as características comportamentais presentes no romance podem ser tomadas como expressão do conservadorismo alemão. Ao longo do trabalho, discorreremos sobre como Fontane, um expoente do Realismo alemão, demonstrou ser um autor preocupado em trazer os temas da política em curso na época, não se furtando a tecer críticas, mesmo em se tratando de um romance de costumes. Além disso, tratamos da forma como o romance retrata a condição da mulher, responsável pela preservação dos costumes e valores, e relegada ao universo da vida privada. Sua subjetividade é subordinada a um mundo eivado de princípios éticos e morais pré-determinados por valores cuja ancestralidade determina o momento de sua vivência e a de sua família. Em contraposição, consideramos as representações sobre a função social do homem que, inserido no campo público e político, vivencia as transformações nos negócios e nas relações sociais, e permanece atento às inseguranças decorrentes das políticas que impõem novas regras, normas e padrões de conduta. Abordamos, ainda, como as diversas mulheres são representadas na obra, a nobre, a burguesa, a tradicional e a marginalizada, e quais eram as consequências para aquelas que não cumprissem com o papel a elas designado. Por fim, foi esse trabalho focou em discutir as contradições do processo histórico que marcaram a unificação alemã no século XIX e como elas são expressas em *Effi Briest* (1894). Nesse sentido, refletimos sobre o embate entre a modernidade e as tradições, entre o campo e a cidade e entre os diversos grupos étnicos que compuseram o país, buscando, assim, a compreensão acerca de uma sociedade que sofreu rápidas transformações decorrentes da industrialização acelerada e das políticas capitaneadas por Bismarck. Desse modo, *Effi Briest* (1894) é analisada como um romance que tangencia o Realismo alemão e cujas personagens revelam valores e costumes da sociedade alemã no final do século XIX, permeada pelo liberalismo em curso na época. É igualmente importante refletirmos sobre a pertinência da utilização do romance como documento histórico. A categoria de romance histórico é muitas vezes referida à produção literária que versa sobre fatos com ampla repercussão na dinâmica de uma dada história, entretanto para compreendermos os comportamentos das personagens em destaque, as posições mais radicais manifestadas com maior frequência e porque algumas ideias e posições surgem em determinados lugares, é preciso entender os valores, os códigos éticos e morais, a cultura e as tradições da sociedade. Esse entendimento requer a análise da origem, da formação e da estruturação da sociedade em questão. Desse modo, um romance que é capaz de remeter o leitor à atmosfera de uma época, que coloca, nas falas de suas personagens, valores e costumes praticados em um dado período histórico, é uma obra capaz de remeter o leitor aos liames de uma dada sociedade. A supracitada obra, até há pouco tempo acessível apenas na língua alemã, pauta a pertinência ou não das abstrações razoáveis passíveis de formulação a partir da objetivação das categorias que emergem do romance. No âmbito das pesquisas realizadas no Brasil, encontramos dois estudos que envolvem *Effi Briest*

(1894): o doutorado de Rita Mara Netto de Moraes (2009) e o ensaio do professor Daniel Reizinger Bonomo (2018); o primeiro foca na análise da representação da condição feminina no matrimônio e destina a *Effi Briest* (1894) apenas um capítulo; o segundo apresenta uma análise literária do romance, particularmente em relação ao hibridismo entre o Realismo e o Romantismo, presente no romance de Fontane. A escassez de trabalhos que tenham como objeto de estudo a obra de Fontane revela uma lacuna no campo de estudos, em especial, em relação ao contexto do II Reich representado na literatura alemã. Durante o trabalho, a análise realizada do romance *Effi Briest* (1894) revela um escritor atento às mudanças inerentes ao processo de transformação do antigo império germânico no moderno Estado Alemão. O romance revela muitos aspectos sociais, culturais e políticos de um passado recente em relação ao tempo da escrita do romance, cujos ecos reverberam nos ouvidos de Fontane, confundindo-se com suas próprias vivências. O romance explicita o choque entre o tradicional e o moderno, o novo e o velho, o atraso e o progresso, simbolizado pelo confronto entre o campo – representante das tradições – e a cidade – expoente da modernidade. Dado que em 1894 tínhamos o Estado moderno unificado, em sua plena consolidação, com os códigos de Bismark em uso, o mundo retratado por Fontane, no qual transitam suas personagens, transparece de forma lírica, expresso pelas detalhadas descrições das paisagens, características do Realismo alemão. Com base na análise que empreendemos e conforme transparece na obra de Theodor Fontane, é possível perceber como o passado, os costumes, as tradições e as memórias prussianas no II Reich se fazem presentes e como a herança militar da Prússia se manifesta no recém-unificado império. Além disso, pudemos notar que, em *Effi Briest* (1894), estão presentes elementos do Realismo alemão, cujas características mais marcantes são a construção de diálogos realistas, a forte presença do campo durante toda a obra, as inúmeras descrições de paisagens – excepcionalmente detalhadas –, a exaltação da natureza e a retratação crítica da sociedade. Conforme ressalta Carpeaux (2013), Fontane retratou em seus trabalhos o seu mundo, descreveu a melancólica e pobre paisagem do entorno de Berlim, os desertos de areia, os pequenos lagos, bosques e castelos abandonados; mostrou, do prisma histórico, o berço da Prússia. À luz das considerações tecidas ao longo desse trabalho, foi capaz, dessa forma, concluir que o país denominado Alemanha, no período referido como II Reich, surge em decorrência de um processo histórico concluído em 1871. Entretanto, o indivíduo entendido como o cidadão alemão é resultado de um conjunto de relações socioculturais, cujo processo de construção iniciou após a unificação alemã.

A RELAÇÃO NOCIVA ENTRE
OPERÁRIOS TÊXTEIS,
TUBERCULOSE E HABITAÇÕES EM
FORTALEZA - CEARÁ (1930-1950)

THE HARMFUL RELATIONSHIP
BETWEEN TEXTILE WORKERS,
TUBERCULOSIS AND HOUSING IN
FORTALEZA - CEARÁ (1930-1950)

OLIVEIRA NETO, José Cleudon de*

O presente texto busca trazer reflexões acerca de um objeto de estudo ainda inconcluso, onde optamos por apresentar um aspecto desta pesquisa. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar brevemente nossas considerações sobre a relação entre operários têxteis, tuberculose e habitações insalubres na cidade de Fortaleza, em meados do meio do século XX. A História Social do Trabalho é basilar para nossa perspectiva, pois buscamos no cotidiano do operário têxtil aspectos de seu processo de adoecimento. Assim sendo, enxergamos metodologias que dialoguem com nossa prática teórica e facilitem o trabalho com as fontes, que são majoritariamente a revista “Ceará Médico” e o jornal “O Democrata”. De maneira geral, a tuberculose é uma enfermidade que atinge principalmente os pulmões, sendo causada pelo bacilo de Koch. Transmitida de pessoa para pessoa através do ar, as aglomerações e os locais insalubres e fechados estão entre os fatores de risco para propagação da tísica. Sendo assim, é comum que a tuberculose atinja com maior frequência alguns setores sociais, dentre eles, a classe trabalhadora. As habitações das classes mais pobres sempre foram propícias ao alastramento de doenças, devido à falta de estrutura e a insalubridade, e neste caso garantiam a proliferação do agente patogênico da tuberculose. As novas perspectivas da “ideologia da higiene”, surgidas em meados do século XIX, que adentraram e se fortaleceram durante o século XX, proporcionaram a crítica de médicos fortalezenses aos casebres das classes pobres da cidade, pois de diversos pontos de vista, essas habitações favoreciam largamente

* Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: cleudon73@gmail.com.

a proliferação de doenças. Grande parte sem qualquer planejamento, as habitações da classe operária têxtil não tinham ventilação, banheiros e nem iluminação suficiente. Assim sendo, é de nosso interesse e objetivo compreender como essa relação foi vista e exposta pelos médicos, denunciada pelos operários e “recebida” pelos governantes. Um fator de grande importância, utilizado pelos médicos para explicar tal relação, é que as habitações da família operária eram ocupadas, de forma majoritária, por 4 ou 5 pessoas, o que acarretava numa aglomeração em pequeno espaço. Num estudo realizado pelos médicos cearenses Octávio Lobo e Lineu Jucá em 1942 publicado na “Ceará Médico”, foi demonstrada a seguinte análise sobre as habitações e a tuberculose: “[...] sendo, porém, a família operária muito prolifera, podemos fazer o cálculo aproximado de sua população em 58.465 pessoas (5 pessoas por casa). O casebre é a expressão mais alta da falta de higiene e conforto [...] essa habitação malsã é, sem dúvida [ilegível] de agravo iminente a saúde e meio propício de contágio.” (LOBO; JUCÁ, 1942, p. 9-10). Segundo o médico fisiologista Dr. Wilson Jucá, em artigo para a “Ceará Médico” (1950, p. 17-18), “a tuberculose se encontra estreitamente na dependência dos múltiplos fatores sociais [...]”, e entre esses fatores está a habitação insalubre, visto que “A repetição e a prolongação do contato favorecem o contágio tuberculoso.”. Em desenho feito pelo próprio Wilson Jucá, ao denunciar a estrutura das habitações operárias na cidade de Fortaleza, o médico apresentou as casas operárias: duas entradas de ventilação e iluminação pela frente da casa, uma entrada pela parte de trás da casa, nenhuma janela pelos lados e uma quantidade de moradores considerada alta, pelo tamanho das residências. Não eram, porém, apenas os médicos que faziam as “denúncias” sobre as péssimas condições de vida dos operários têxteis de Fortaleza. Os próprios trabalhadores têxteis tinham sua voz acolhida e espalhada pelo jornal “O Democrata”, mencionado anteriormente. Em edição de 14 de julho de 1950, na primeira página, o jornal exibe um editorial intitulado: “Ninguém pode mais suportar esta situação de miséria”, o subtítulo traz o assunto em específico: o problema da moradia. A matéria traz o depoimento de uma moradora do bairro Campo do Pio – hoje nomeado de Otávio Bonfim, em Fortaleza. Maria Bernardino da Silva, residente do bairro visitado pelo jornal alega que “Aqui falta de tudo. A moradia, por exemplo, é escassa. Há um ano a gente pagava por um chalé daqueles 30 cruzeiros. Sabe quanto nós pagamos agora? Diga? Pois bem: pagamos 100 e até 150 cruzeiros. Isso é um absurdo meu senhor!” (NINGUÉM..., 1950). Os problemas em relação à habitação eram intrínsecos aos péssimos salários, que acabavam por obrigar os operários têxteis a alugarem casas pequenas e insalubres. Em mais uma denúncia, “O Democrata” (O AUMENTO..., 1950), ao fazer um apelo para o comparecimento dos operários numa reunião do Sindicato dos Tecelões, opta por o seguinte título de chamada: “O aumento de salário para os trabalhadores da indústria têxtil é questão de vida ou de morte.”. Os líderes governamentais da cidade agiam de maneira a colocar em prática os ideais ligados a “ideologia da higiene”. Seguindo essa perspectiva, é em momento um pouco mais tarde que a preocupação com as habitações das classes operárias se intensifica, assim como a tentativa de dar um fim a este problema, especialmente

com a construção das chamadas “vilas operárias”, que ganharam força, na cidade de Fortaleza, com a expansão da indústria têxtil, principalmente nos anos de 1920 a 1950. Nesse sentido, observamos aqui, as vilas operárias como ponto para as análises de habitação dessa classe, visto que, no código de postura municipal no ano de 1932 era a primeira vez que se observava uma legislação específica para estas vilas. As vilas operárias tinham como objetivo principal exercer controle sobre o trabalhador. Com o aspecto de quem buscava oferecer conforto, higiene e segurança a preços baixos, os patrões gozaram de incentivos do governo para construir as vilas. Normalmente, eram localizadas bem próximas das fábricas. No entanto, as próprias vilas, que “deveriam” fornecer habitações abaixo do valor de mercado para os operários, eram alvos de críticas e denúncias. “O Democrata”, em 17 de junho de 1950, chamou o empreendimento de “Vilas Operárias para gente rica”, ao expor os preços abusivos cobrados em alugueis das “habitações operárias”: “[...] O anúncio falava também do preço dos alugueis, para os associados do Instituto, 230,00 por mês, para os não associados, 270,00. Agora perguntamos: é possível a um operário alugar uma dessas casas, abandonar sua choupana infecta e sem conforto?” (VILAS..., 1950). É, portanto, necessário ressaltar que as habitações operárias eram parte fundamental do processo de contágio e adoecimento pela tuberculose, levando muitos dos operários têxteis a morte. De mesma importância, revelamos também que não eram apenas as habitações, mas observamos outros fatores do cotidiano dos operários têxteis como o próprio ambiente de trabalho e a alimentação precária.

RESENHAS

"OS IRMÃOS KARAMÁZOV" DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI: UM ROMANCE FILOSÓFICO IMERSO NA POLIFONIA DO GÊNERO HUMANO

SOUZA OLIVEIRA, Luka de *

Escrito por Fiódor Dostoiévski (1821-1881) e publicado em 1880, "*Os irmãos Karamázov*" é um dos maiores clássicos da Rússia e da literatura do século XIX. Trata-se de um romance épico dividido em duas partes. Dostoiévski apresenta uma narrativa entrelaçada, repleta de personagens complexos e múltiplos, cada um deles com suas crenças, filosofias, motivações, conflitos e dilemas pessoais. Por meio de cada personagem, Dostoiévski nos permite mergulhar nas profundezas da alma humana, explorando diversos temas como moralidade, religião, filosofia, direito, política e a natureza complexa das relações familiares.

Fiódor Dostoiévski foi um escritor russo que iniciou sua carreira no mundo literário ainda jovem. Publicado em 1846, a obra "*Gente Pobre*" já mostrou a potência de Dostoiévski como escritor e intelectual. Frequentador do círculo revolucionário de Petrachevski, Dostoiévski era um crítico do regime político tsarista que permaneceu na Rússia até 1917. Entre 1847 e 1850 ocorreu um dos episódios mais famosos da história da literatura: o processo da prisão de Dostoiévski, onde os anos de dificuldade se estenderam até 1959. Na experiência de "quase morte", nos anos de trabalho forçado na Sibéria e no trabalho como soldado raso, foram fundamentais para a formação de Dostoiévski como um escritor de maturidade, que dedicaria em seus romances um notável aprofundamento na psique de todos os seus personagens, é o que vemos em *Memórias do Subsolo* (1864), *Crime e Castigo* (1866), *O jogador* (1866), *O idiota* (1867), *Os Demonios* (1872), *O adolescente* (1875) e por fim, seu último ro-

* Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Mestrando pelo programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Santo Amaro e estudante do programa de Pós-Graduação especialização em Filosofia e Ensino de Filosofia do Centro universitário Claretiano. Pesquisador no grupo de estudo Arte, Cultura e Imaginário na Universidade Santo Amaro, no GECEF - Grupo de Estudos em Cinema e Ensino de Filosofia, pelo Centro Universitário Claretiano e participante do grupo de Pesquisa NESEF - Atualidades UFPR Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre o Ensino de Filosofia. E-mail: lukaoliveira347@gmail.com.

mance, a síntese de todas as suas obras e ideias, *Os irmãos Karamázov*. A trama principal se passa em torno dos Três irmãos Aliocha, Dmitri e Ivan. Filhos do mesmo pai e mães diferentes, os irmãos, cada um à sua maneira representa uma filosofia e uma busca pessoal. Aliocha, o irmão mais novo e herói da história, representa a incorruptibilidade do gênero humano. Dmitri, com sua autenticidade e personalidade forte, representa o libertarianismo. E por fim, temos Ivan, intelectual, crítico e por muitos momentos Niilista.

Três irmãos completamente diferentes que encaram diversos conflitos com o mundo e com o próprio pai, Fiódor Karamázov. Fiódor representa toda a problematização que podemos conhecer em um ser humano: egoísmo, maldade, arrogância e ignorância. Cada um destes personagens servem como linha para traçar a trama principal do romance e ao mesmo tempo como espelhos, para Dostoiévski investigar a natureza humana e explorar as questões mais profundas da existência. Os personagens coadjuvantes também desempenham um papel fundamental na trama. Nas figuras de Smerdiakov, Stárietz Zossima, Rakitin, Liza, Khokhlakova, Gruchenka e outros que formam a galeria de personagens secundários do romance, podemos encontrar a importância das pessoas que formam nossos círculos sociais e como elas influenciam em nossas criações e ideologias pessoais. Cada um destes personagens representam diferentes estratos sociais e problemas morais. Dostoiévski oferece ao leitor a complexidade psicológica de cada um de seus personagens citados no romance e detalha cada jornada individual de cada um destes personagens.

O romance é denso e cheio de monólogos reflexivos, Dostoiévski expõe todas as contradições da sociedade, a corrupção moral pelo dinheiro, os vícios da sociedade russa, o declínio ideológico da família burguesa e a degradação da sociedade. Um dos temas centrais trabalhados em "*Os Irmãos Karamázov*" é o conflito entre a fé e a razão. Dostoiévski aborda a questão religiosa por meio de diálogos filosóficos e discussões entre os personagens do livro. O debate sobre a existência de Deus, a natureza do mal e o livre-arbítrio permeia toda narrativa, criando um ambiente intelectualmente estimulante e provocativo. O que poderia ser apenas um imenso romance filosófico não se restringe a isso. Ao longo da trama, Dostoiévski cria ao mesmo tempo uma narrativa filosófica e policial, repleta de vozes próprias de seus próprios personagens.

Paulo Bezerra, que em 2012 foi premiado pelo governo da Rússia com a Medalha Púchkin, por sua contribuição à divulgação da cultura russa no exterior, foi responsável pela impecável tradução, enriquecedor posfácio e notas precisas da publicação da edição em análise. Bezerra, no posfácio "Um romance-síntese" explica não ter feito concessões a tentações corruptíveis para uma maior palatabilidade do texto dostoiévskiano para o leitor, mantendo, sem malabarismos, a recriação em nossa língua do clássico russo.

O que torna a obra *Os Irmãos Karamázov* ainda mais fascinante é a sua capacidade de provocar no leitor uma experiência literária enriquecedora. Por mais que o número de páginas possa intimidar, cada parágrafo da obra é uma imersão intelectual pela intertextualidade com

outros clássicos da literatura e da filosofia que a antecederam, e no caleidoscópio dos complexos afetos humanos.

